

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Bruna Atalaya de Almeida Rocha

Cotidiano e História: (re)construindo um registro sobre a “Favela do Rato” em Juiz de fora  
MG

Juiz de Fora  
2025

**Bruna Atalaya de Almeida Rocha**

**Cotidiano e História:** (re)construindo um registro sobre a “favela do rato” em Juiz de fora  
MG

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação do Prof. Dr. Alexandre Aranha Arbia.

Juiz de Fora  
2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Atalaya de Almeida Rocha, Bruna.

Cotidiano e História : (re)construindo um registro sobre a "favela do rato" em Juiz de fora MG / Bruna Atalaya de Almeida Rocha. -- 2025. 154 f.

Orientador: Alexandre Aranha Arbia

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2025.

1. Favelas. 2. Urbanização. 3. Vida Cotidiana. 4. Pobreza . I. Aranha Arbia, Alexandre, orient. II. Título.

**Bruna Atalaya de Almeida Rocha**

**Cotidiano e História:** (re)construindo um registro sobre a “Favela do Rato” em Juiz de Fora  
MG

Dissertação  
apresentada  
ao Programa de Pós-  
graduação em  
Serviço Social  
da Universidade  
Federal de Juiz de  
Fora como requisito  
parcial à obtenção do  
título de Mestre em  
Serviço Social. Área  
de  
concentração: Questão  
Social, Território,  
Política Social e  
Serviço Social.

Aprovada em 17 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA

**Prof Dr Alexandre Aranha Arbia** - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Profª Drª Elizete Maria Menegat**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Profª Drª Ana Cláudia de Jesus Barreto**

Universidade Federal Fluminense



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Aranha Arbia, Professor(a)**, em 18/03/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria Menegat, Professor(a)**, em 19/03/2025, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia de Jesus Barreto, Usuário Externo**, em 19/03/2025, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2240592** e o código CRC **C36ADAF5**.

---

## **AGRADECIMENTOS**

Com imensa gratidão por ter contado com pessoas tão especiais ao longo da minha jornada, inicio expressando meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Alexandre, por seu brilhantismo, apoio, dedicação e companheirismo ao longo de todo o processo de formulação deste trabalho. O Mestrado foi uma trajetória marcada por incertezas, desafios e inseguranças, e sou profundamente grata pela sua postura sempre acolhedora e pelo olhar atento às minhas inquietações. Sua orientação foi essencial, e minha admiração por você é imensa.

Agradeço também às professoras que fizeram parte da Banca examinadora, Elizete e Ana Cláudia, por aceitarem contribuir com a construção e avaliação desta pesquisa de forma tão pontual e inspiradora. À Faculdade de Serviço Social da UFJF, ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social e aos professores por me permitirem ter acesso a um conhecimento de tão alta qualidade, que trouxe impacto em todas as áreas da minha vida, inclusive me tornando uma pessoa mais crítica, preocupada em conhecer o mundo de forma profunda e enraizada.

Gostaria de ressaltar também meu especial agradecimento ao meu esposo, meu amor, meu amigo, que me acompanha e me fortalece todos os dias, fazendo com que esse processo de produção intelectual fosse o mais leve possível, eu amo muito você!

Meus agradecimentos a minha família e em especial a minha mãe, que sempre me apoiou, inclusive lendo sempre meus trabalhos, artigos e produções em geral. Ao meu avô Oswaldo, que sempre esteve por perto e minha falecida avó Nicinha, que me incentivou de todas as formas, sendo uma companheira e ouvinte, amiga para sempre. Aos meus irmãos Samuel e Davi, parceiros para a vida toda – muito obrigada pelas conversas, incentivos e abraços aconchegantes.

Aos meus amigos, em especial Débora e Kevin, Cássia, Ester e Yuri, Bia e Daniel, Larissa e Mateus, Suellen, Isadora, Kainen e Mariana, que estavam sempre comigo nos momentos de tensão e leveza, sou muito agraciada por partilhar a caminhada com vocês, amo-os muitíssimo! Aos colegas de mestrado pelo carinho, pelos sonhos e esperanças compartilhados em agradáveis conversas.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão aos meus amigos do Education USA, que fizeram parte da minha trajetória ao longo de 2024. Seu apoio e incentivo foram fundamentais em tantos momentos, fortalecendo-me e trazendo ânimo diante dos desafios e

incertezas desse período. Ter o suporte de vocês fez toda a diferença, e serei eternamente grata por essa parceria e amizade!

A minha Igreja local por ser um lugar de paz e bons relacionamentos, e por também ter ampliado meu conhecimento a respeito da espiritualidade e a respeito de Deus. A Deus, por ser bondoso e gracioso, pai em todos os meus caminhos, pelas inúmeras experiências incríveis e sobrenaturais, por me mostrar que a vida é bela e cheia da sua identidade, pelo dom da vida e do amor, pelo consolo nos momentos de ansiedade e por permitir que eu continue lutando para alcançar os meus objetivos. Enfim, a todos, minha GRATIDÃO!

## RESUMO

O presente trabalho aborda o processo de favelização e suas configurações atuais a partir da pesquisa de campo realizada na “favela do rato”, no bairro Santa Terezinha, no município de Juiz de Fora, orientada a partir da finalidade de compreender a história e vida cotidiana da favela do rato. Para alcançar este objetivo, foi necessário realizar um resgate analítico a respeito do processo histórico de formação e transformação das favelas no Brasil, de forma mais ampla, para que conexões mais gerais estejam alinhadas com os achados na cidade, especificamente na favela mencionada. Nesse percurso abordamos também a formação sócio histórica da cidade de Juiz de Fora, seu processo de urbanização, os influxos migratórios que impactaram a conformação da cidade, dando ênfase para a região em que a favela está localizada. Dessa forma, este projeto propõe explicitar a vida cotidiana na "favela do rato", abordando a constituição e gênese da favela, seus processos de desenvolvimento e sua configuração atual, através da compreensão das trajetórias de vida de parte dos sujeitos que residem nesse território, sujeitos esses, dotados de representatividade comunitária, que residem e contribuem na construção das relações do território. Por último, serão apontadas as alternativas encontradas pelos moradores do território na reprodução social da vida cotidiana em comunidade. Esses processos formam um caminho analítico para a compreensão da vida cotidiana na “favela do rato” e sua história, situada no contexto juiz-forano.

**Palavras-chave:** Favelas. Urbanização. Vida Cotidiana. Pobreza Urbana. Habitação

## ABSTRACT

This paper examines the process of favela formation and its current configurations based on field research conducted in the "Favela do Rato" (Rat Favela) in the Santa Terezinha neighborhood of Juiz de Fora. The study aimed to understand the historical background and everyday life of Favela do Rato. To this end, we conducted a broader analytical review of the historical processes of favela formation and transformation in Brazil, establishing connections with specific findings in Juiz de Fora, particularly in the studied favela. The study also explored the socio-historical formation of Juiz de Fora, its urbanization process, and the migratory influxes that have shaped the city's development, focusing on the favela region. By examining the life trajectories of community representatives residing in the territory—who play a significant role in its social fabric—this research seeks to elucidate everyday life in Favela do Rato, addressing its genesis, development processes, and current configuration. Finally, the paper examines the strategies employed by Favela do Rato residents in their daily lives, providing insights into alternative forms of social organization within the community. This analytical approach aims to provide a comprehensive understanding of daily life and historical context in Favela do Rato within the broader framework of Juiz de Fora.

**Keywords:** Favelas. Urbanization. Daily life. Urban Poverty. Housing

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA: A QUEM ESSA TERRA PERTENCE?</b> .....	13
1.1. O pós-abolição e seu impacto na vida de ex-escravizados, imigrantes e demais segmentos populacionais .....	22
1.2 Quadro econômico do país: do mercado capitalista emergente ao estabelecimento do capitalismo competitivo .....	28
1.3 A gênese das cidades no Brasil e o processo de crescente urbanização .....	38
1.4 Formação e expansão de favelas: políticas habitacionais e suas repercussões no século XX .....	53
<b>2 MAPEANDO HISTÓRIAS: FAVELIZAÇÃO EM JUIZ DE FORA E O CASO DA FAVELA DO RATO</b> .....	71
2.1 Juiz de Fora: formação social-histórica .....	71
2.2 Expansão das favelas em Juiz de Fora: Um processo iniciado nos anos 1960 .....	88
2.3 A pesquisa de Campo na Favela do Rato .....	103
2.3.1 Porque pesquisar essa realidade .....	103
2.3.2 Contato com o território .....	104
2.3.3 Metodologia .....	105
2.3.4 Identificação do sujeito-chave: primeira aproximação .....	107
2.3.5 Obstáculos .....	109
2.3.6 Pesquisa com outros sujeitos vinculados ao território - engenheiros, funcionários públicos, etc. ....	110
2.3.7 A pesquisa documental e de campo .....	112
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	140
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	143
<b>ANEXOS</b> .....	151

## INTRODUÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado, submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), constitui parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. O estudo tem como objeto de análise o processo de favelização no contexto brasileiro, com enfoque em uma favela específica localizada no município de Juiz de Fora, Minas Gerais.

Nos últimos anos, diversos autores e estudiosos têm abordado temáticas relacionadas à crescente urbanização e favelização que reconfiguraram os espaços nas cidades do mundo, especialmente nos séculos XX e XXI. Em 2006, Davis apontava que as cidades do futuro não seriam feitas de aço ou vidro, mas que seriam constituídas “em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira” (p.29). Pode-se constatar que o mundo urbano constituído já no início deste século segue a tendência prevista, mostrando o espraiamento de habitações e comunidades inteiras, nas quais o padrão habitacional é marcado pela autoconstrução, não como uma forma de “poupança” ou especulação, mas como “solução de subsistência” (Kowarick, 1979, p. 57).

Para além das características físicas que marcam evidentemente as favelas, somam-se uma série de carências experienciadas pela população que reside nesses espaços. Em grande parte das favelas brasileiras as formas de viver dos sujeitos são marcadas pela precariedade do acesso aos meios de viver, em especial, o trabalho. Ainda, a falta de acesso à serviços básicos, como saneamento, transporte público, saúde, educação e lazer de qualidade, somam-se a demais dificuldades também presentes, como o medo constante de viver, uma vez que nesses locais, a violência é constantemente exercida por grupos milicianos, traficantes de drogas e pelo próprio Estado, colocando essas populações em constante risco. Pesquisas realizadas já na década de 1990, relacionadas à análise da pobreza urbana, indicavam que esta se constituiria no problema mais importante e politicamente explosivo do século XXI (Anqing Shi, 2000).

Ainda, as favelas têm se tornado cada vez mais locais onde o Estado tem pouca inserção, principalmente a partir de meios não-violentos, o que dificulta a coleta de dados precisos e a compreensão real da vida cotidiana das populações que habitam esses territórios, o que torna o estudo sobre a temática de grande valia tanto para pesquisadores quanto para moradores, uma vez que o conhecimento quantitativo e qualitativo sobre a vida cotidiana nas favelas pode constituir matéria de políticas públicas. Davis (2006), aponta essa mesma problemática quando ressalta que estatísticas exatas sobre a população favelada são escassas,

ocorrendo na verdade o sub cálculo maciço desses sujeitos. Abreu (2009) também trabalha o conceito de favela ressaltando que embora seja um fenômeno explicitamente dado, visivelmente perceptível, o mesmo vivencia um processo de ocultação, por parte de órgãos ligados à administração pública. Para a autora, “as favelas não são como um fenômeno isolado, mas sim lugares que integram a totalidade da cidade” (Idem, p.144), o que significa dizer que, compreender o processo de formação e organização das favelas é também entender a complexidade da cidade, bem como compreender quem são os sujeitos que residem nesses territórios e quais elementos fazem parte de seu cotidiano de vida.

Sobre os dados atuais relacionados ao crescimento das favelas, embora a proporção da população urbana que vive em favelas no mundo tenha diminuído ligeiramente, de 25,4% para 24,2% entre 2014 e 2020, o número total de moradores de favelas continua a aumentar em termos absolutos com o aumento da urbanização, aproximadamente 1,1 bilhão de pessoas vivem atualmente em favelas ou em locais com condições semelhantes, "número que pode estar, ainda, subestimado, frente às dificuldades de captação desses dados em diversos países e à dinamicidade de formação e dispersão desses territórios" (IBGE, 2022, p.5), prevendo-se que mais 2 milhões passarão a viver nos próximos 30 anos (ONU, 2022).

Segundo as últimas pesquisas, 85% dos moradores de favelas estão concentrados em três regiões no globo: Ásia Central e Meridional (359 milhões), Ásia Oriental e Sudeste (306 milhões) e África Subsaariana (230 milhões). A respeito do Brasil, atualmente o país possui mais de 11 mil favelas, onde o Censo 2022 estima recensear 16 milhões de pessoas, em 6,55 milhões de unidades habitacionais (IBGE, 2022). Importante pontuar que esses dados levam em consideração a classificação do IBGE para o conceito de favela, não considerando os locais nas áreas urbanas que embora marcados pela pobreza e miséria não são considerados pelos órgãos oficiais como favelas.

A expansão populacional das favelas no Brasil não se limita a uma mera manifestação da crise habitacional, mas reflete questões estruturais profundas relacionadas à posse da terra no país e aos sujeitos que a acessam legalmente.

Dessa forma, a pesquisa em questão pretendeu especificamente explicitar a história e cotidianidade de uma favela na área urbana de Juiz de Fora, a fim de que o resgate de sua formação e desenvolvimento contribuam para a visibilização destes sujeitos e suas demandas, bem como sirva de memória e registro para a história das favelas em Juiz de Fora e seus processos de gênese e desenvolvimento. Nossa pesquisa tem como objetivo registrar o desenvolvimento desse território, evidenciando as demandas de seus habitantes, narrando sua trajetória e tornando sua vida cotidiana acessível à análise.

Lefebvre (1991, p.23), escrevendo sobre o mundo moderno aponta que “a vida cotidiana oculta o misterioso e o admirável que escapam aos sistemas elaborados”, sendo assim, o estudo da vida cotidiana permite compreender as formas de reprodução dos sujeitos, os conflitos por eles enfrentados, que majoritariamente não aparecem em pesquisas cujo foco não são os sujeitos. O autor acrescenta que o estudo do cotidiano,

Mostra o lugar dos conflitos entre o racional e irracional na nossa sociedade e na nossa época. Determina assim o lugar em que se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para a abundância e do precioso para a depreciação (Lefebvre, 1991, p.23).

Dessa forma, o estudo da vida cotidiana localiza os problemas concretos e os historiciza, buscando compreendê-los a partir da sua inserção nas relações sociais, ressaltando conflitos e contradições entre o racional e irracional. É, portanto, o estudo das formas de reprodução da existência social dos sujeitos.

Diante desses apontamentos, este trabalho tem como objeto de análise a história e vida cotidiana da "favela do rato", buscando compreender as dificuldades cotidianas dos moradores, as demandas mais gerais, as estratégias adotadas na reprodução social da vida cotidiana em comunidade e o desenvolvimento histórico da comunidade. Esse estudo apresenta sua proposta a partir do entendimento de que em Juiz de Fora, assim como Abreu (2009) indicou, há uma ocultação do fenômeno da favelização, que se soma a um processo mais amplo e abrangente que ocorre no Brasil como um todo, que contribui para invisibilidade das populações que habitam esses territórios. E, não apenas, contribui também para a defasagem na compreensão da vida cotidiana dos sujeitos.

Nesse sentido, em um contexto de ocultação e invisibilidade dessa população, os estudos sobre a vida cotidiana são fundamentais, uma vez que trazem o debate à tona, no intuito de publicizar os meios e formas de viver dessa população que cresce a cada ano, tornando acessível possíveis intervenções a partir dos dados coletados.

A fim de cumprir tais objetivos, produzimos dois capítulos. No capítulo I buscamos explorar a formação social brasileira buscando compreender como se deu a posse de terras no Brasil, quais faixas populacionais acessaram ou não a terra de forma legal, quais acontecimentos importantes impactaram na formação da população brasileira, de que forma o período colonial e a escravização dos povos negros impactaram o acesso à moradia de qualidade. Ainda no primeiro capítulo buscaremos compreender como foi o processo de formação das cidades brasileiras, quais processos impactam a sua expansão e urbanização, evidenciando onde os pobres passaram a habitar, pontualmente na virada do século XX. Nesse

momento trouxemos o debate a respeito do processo de favelização no Brasil, pontuando a gênese e expansão das favelas na realidade nacional. Para esse debate trouxemos autores como Prado Jr (2011), Fernandes (2020), Quijano (2005), Kowarick (1979), Maricato (2003), dentre outros.

No segundo capítulo, fizemos o debate do desenvolvimento regional da cidade de Juiz de Fora e de que forma os processos nacionais impactaram o estabelecimento da realidade no município. Abordamos o processo de formação da cidade, a sua introdução no circuito produtivo, quem são as pessoas que acessam o trabalho formal e a terra legal - quais pessoas não acessam, como se deu o processo de urbanização, quais foram os fluxos migratórios, como se deu a formação das favelas na cidade e o cotidiano da favela do rato em específico.

Nesse último momento apresentaremos a pesquisa de campo realizada nessa comunidade - a história da favela e as estratégias adotadas historicamente pelos moradores na reprodução social da vida cotidiana em comunidade. Nesse sentido, buscamos responder a tais perguntas: em quais circunstâncias a favela do rato surge, quais os motivos que levam a sua formação, quem são os moradores que migraram para lá, quais eram seus territórios originais, quais eram as principais demandas, como é a vida cotidiana na favela hoje e quais suas atuais demandas.

Nossas hipóteses indicavam que os habitantes da "Favela do Rato" são, em sua maioria, oriundos de outras localidades da cidade ou migrantes da Zona da Mata, que se estabeleceram neste território devido às dificuldades de subsistência em seus locais de origem. Além disso, elaboramos a possibilidade de suas trajetórias serem historicamente marcadas pela informalidade no trabalho, pela precariedade das condições de vida e moradia, pelo acesso limitado a serviços básicos e por múltiplas carências que afetam sua reprodução social. Por fim, consideramos que, no contexto atual de Juiz de Fora, assim como ocorreu no passado, há um processo de ocultação do fenômeno da favelização, sustentado tanto pela escassez de informações sobre essa população quanto pela inviabilização de suas demandas.

Dessa maneira, para a proposta desta dissertação, foi realizada uma pesquisa de campo de base qualitativa na Favela do Rato, localizada no bairro Santa Terezinha, na cidade de Juiz de Fora-MG. A seguir apresentaremos o percurso teórico que possibilitou a apreensão das questões fundamentais associadas aos processos de segregação espacial e favelização no Brasil, e, por último, na realidade de Juiz de Fora.

## CAPÍTULO I

### FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: A QUEM ESSA TERRA PERTENCE?

De acordo com Caio Prado Jr. (2011, p.15), “todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo sentido”. Este sentido não aparece nos pormenores da história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que conformam a trajetória histórica de um povo em um longo espaço de tempo. O sentido apresenta o que houve de fundamental e permanente ao longo do tempo.

Partindo dessa compreensão e em busca de localizar o sentido da história e formação social do Brasil, bem como compreender quais processos influenciaram e formataram a configuração espacial das cidades brasileiras e a composição de sua população, é necessário realizar o resgate da gênese dos processos fundantes à sociedade brasileira. Processos estes que atualmente ainda estruturam a conformação espacial das cidades brasileiras e a localização territorial de seus sujeitos. Por isso, para compreender a conformação da realidade brasileira na atualidade, faz-se necessário voltar à gênese e considerar o processo de colonização, o impacto do imperialismo na construção do país, a escravização dos povos negros e a formação da população brasileira a partir desses pressupostos.

As análises partem de um marco temporal, os séculos XV e XVI. Esses séculos inauguraram os avanços nas técnicas de navegação marítima, impulsionando a corrida imperialista europeia para a procura de novos mercados. A comercialização com mercados mais distantes inicia seu período de maior crescimento, com especial destaque para a região das Índias Orientais, alvo das embarcações marítimas, uma vez que eram abundantes em especiarias, pedras preciosas, finos tecidos e raras madeiras (Prado Jr, 2011). Até aquele momento, a comercialização era quase unicamente terrestre, sendo limitada, por via marítima, a navegações costeiras de baixo volume comercial (Idem, 2011). É precisamente neste contexto que empresas comerciais, financiadas pelas monarquias europeias, iniciam as expedições a fim de expandir suas fronteiras e possibilidades de comércio com o oriente.

Na corrida por novos mercados e comércios, Espanha e Portugal se destacam pela posição geográfica privilegiada de seus territórios, encontrando na costa africana uma nova rota para o oriente. Nesse momento, o deslocamento da primazia comercial dos territórios centrais do continente, por onde passava a antiga rota, é redirecionado para a sua fachada oceânica: Holanda, Inglaterra, Normandia, Bretanha e Península Ibérica." (Idem, 2011, p. 21). No intuito de chegar às Índias, os países europeus encontram então a América.

A primeira aproximação dos Portugueses com o Brasil, em 1.500, é marcada por trocas de objetos e especiarias entre a população nativa e os navegantes, o que ficou conhecido como escambo. Algumas relações de troca se estabeleceram nesse período através das feitorias comerciais, em especial o escambo entre gêneros agrícolas, objetos vindos de Portugal e o pau-brasil (Idem, 2011). As feitorias que funcionavam como portos comerciais viabilizando as trocas e exportações de gêneros brasileiros para a Europa.

Durante os 30 primeiros anos após a chegada dos portugueses, a relação estabelecida entre portugueses e nativos consistia unicamente na troca de mercadorias e na exploração do pau-brasil e alguns gêneros alimentícios. A procura portuguesa por comércios e relações mercantis explica, em grande parte, porque o território do Brasil não foi povoado nos 30 primeiros anos, pois não haviam aqui relações comerciais já em desenvolvimento, como nos países orientais. É somente após esse período, sob a ameaça de posse do território brasileiro por outras nações, que Portugal inicia um processo de povoamento e colonização, a fim de que o território fosse defendido.

Pelas particularidades geográficas do Brasil, o simples estabelecimento de feitorias não seria suficiente para a defesa do extenso território brasileiro. Para além da defesa do território, era necessário organizar e gerenciar a exploração da terra e seus recursos, era preciso ampliar as bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. “A ideia de povoar surge daí, e só daí”. (Prado Jr, 2011, p.21).

Caio Prado analisa que, nas regiões tropicais a ocupação e povoamento tomaram rumos bem diferentes das experiências em regiões temperadas, que possuíam um clima mais ameno e similar ao europeu, sendo por isso preferenciais à adaptação. Em países como o Brasil, a ocupação e o povoamento tomaram outro rumo. Em primeiro lugar, "as condições naturais, tão diferentes do habitat de origem dos povos colonizadores, repelem o colono que vem como simples povoador" (Prado Jr, 2011, p. 27). Para a ocupação de territórios de clima tropical, era necessário que houvesse outros estímulos, “para estes, o europeu só se dirige, de livre e espontânea vontade, quando pode ser um dirigente, quando dispõe de cabedais e aptidões para isto, quando conta com outra gente que trabalhe para ele”. A exploração nos trópicos se realizará em larga escala, isto é, em grandes unidades produtoras, fazendas, engenhos, plantações (as plantations) que reúnem cada qual um número relativamente avultado de trabalhadores. Em outras palavras, para cada proprietário (fazendeiro, senhor ou plantador), haveriam muitos trabalhadores subordinados e sem propriedade (Prado Jr, 2011, p. 29).

Desde esse momento, montantes de terras foram distribuídos através das capitânicas hereditárias, estas "compreendiam grandes extensões de terras doadas aos donatários, nobres que prestavam serviços ao rei" (Barreto, 2010, p. 176) e posteriormente pelo sistema de sesmarias, que também consistia em um regime de doação de terras mediante pagamento de impostos à coroa e beneficiamento agrícola. Os colonos, capitães/governadores escolhidos pelo reino para administrar as sesmarias, representavam os interesses da coroa portuguesa, enquanto delegados sobre a terra, e precisavam necessariamente produzir riquezas a partir do seu beneficiamento. Eram "capitalistas-colonizadores, que dispunham de capital e enormes extensões de terra" (Stédile, 2012, p. 23). Sua seleção era minuciosa e passava por critérios de posse de escravizados, posse de gados, relações pessoais com a coroa e com a nobreza, evidenciando assim aqueles para quem as terras eram doadas.

Nesse regime de "concessão de uso" as terras estavam sob posse hereditária, por isso, caso o capitão falecesse, a concessão passaria para seu herdeiro (Stédile, 2012). Além do governador, também tiveram acesso à posse da terra moradores, chamados donatários, que tinham obrigação de trabalhar a terra e produzir gêneros agrícolas. "A condição essencial para a distribuição de terras era o poder aquisitivo do interessado" (Barreto, 2010, p. 177), fato que evidencia desde o início da colonização, como assinalado acima, o acesso restrito a uma gama de pessoas, em especial europeus, brancos, com posse de escravizados e gados, com interesse e poder aquisitivo para explorar o território e cultivar a terra.

A partir do século XVI a coroa portuguesa inicia o tráfico intensivo de escravizados para o Brasil, principalmente a partir de 1555, o que vai impactar diretamente o acréscimo da população na colônia. Os números do tráfico bem demonstram: entre 1576 e 1600, desembarcaram em portos brasileiros cerca de 40 mil africanos escravizados; no quarto de século seguinte (1601-1625), esse volume mais que triplicou, passando para cerca de 150 mil os africanos aportados como escravizados na América portuguesa, a maior parte deles destinada a trabalhos em canaviais e engenhos de açúcar (Marquese, 2006).

Ainda no primeiro século da colonização, o Brasil consagra-se como único produtor de açúcar em grande escala, fato que favorece a constituição de grandes fortunas concentradas nas mãos dos proprietários rurais, donos dos engenhos. A produção de açúcar fez com que no Brasil se instalassem grandes propriedades agrícolas, já que para o cultivo desse gênero alimentício eram necessárias grandes extensões de plantação e um número vultoso de trabalhadores. Esse processo de enriquecimento devido ao açúcar apenas foi possível através da utilização da grande massa de escravizados, primeiro, habitantes originários do território,

posteriormente, os negros trazidos do continente africano, que eram submetidos ao trabalho nas lavouras e fazendas rurais.

Desde o início da colonização a massa populacional é constituída por negros, povos originários e mestiços, conformando a base econômica e social brasileira essencialmente escravista. De acordo com Moura (1992), nos anos de 1817-1818, foram geradas pesquisas e estimativas sobre a população escravizada brasileira. Nessa análise ele coloca que, para uma população de 3.817.000 pessoas, 1.930.000 eram escravizados, negros e pardos e 585.000 eram ex-escravizados libertos. Esses dados demonstram qual era a configuração da população brasileira no período e quem compunha a massa social. E não apenas: eles demonstram que a distribuição social e espacial do negro no país foi determinada pelo lugar que ele ocupou na estrutura econômica e social desde a colonização (Moura, 1992).

Esses dados permitem que seja feita a análise entre a relação do trabalho com a condição social, a condição econômica e a participação social na colônia. Uma vez que o trabalho determina a condição social, isto é, determina quem é escravo e quem é livre, de igual forma, determina a condição econômica, quem possui bens, terras e meios de subsistência. E diretamente determina quem monopoliza os meios de subsistência e detém o poder de decisão nos diversos aspectos da colônia. Essa questão é fundamental para entendermos que o processo de colonização e povoamento não se deu de forma natural e orgânica, pelo contrário, ele se deu de forma violenta e imperativa, submetendo a grande parcela da população a condições de exploração, mediante o trabalho, e de exclusão da posse de terras e meios de subsistência (Moura, 1992).

Caio Prado (2011) aponta que a estrutura agrária do Brasil colônia possui características que favoreceram a concentração de riquezas, são elas: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Como ressaltamos, o tipo de colonizador que chega ao Brasil é aquele que deseja empreender, explorar e administrar um grande negócio. Nesse sentido, são doados montantes extensos de terras a esses capitães, gerando a extrema concentração de terras nas mãos de poucas famílias e tornando a grande propriedade um padrão. Sobre a utilização da monocultura, o seu objetivo consistia na produção de gêneros de grande valor comercial, sendo por isso altamente lucrativos, mas com a monocultura como estratégia de minimização dos custos operacionais, uma vez que para a diversificação da produção seria necessário um alto nível técnico, o que não havia até aquele momento (Moreira, 2020). Por último, o trabalho escravo é utilizado, isto porque, como dissemos, o colonizador não vem para “arar a terra” para a sobrevivência de sua família, ele vem para

dirigir um empreendimento, e nesse sentido precisa de trabalhadores. Estes, serão comercializados e farão com que toda a riqueza seja produzida.

Sobre os processos de povoamento ainda no período colonial, Prado Jr (2011) destaca três grandes fases que marcaram a evolução do povoamento no Brasil. A primeira inicia com a colonização indo até o século XVII, foi marcada pela ocupação inicial do território pelos portugueses. Nesse período a ocupação se deu na faixa litorânea do território e em algumas regiões interiores, como o caso do Sertão Nordestino e o vale acima do Rio Amazonas.

No século XVIII inicia-se uma nova onda de povoamento. Devido à crise da produção do açúcar, a coroa portuguesa incentiva a procura de metais preciosos dentro do território brasileiro, a fim de encontrar uma alternativa ao colapso açucareiro. E de fato essa alternativa surge, a descoberta do ouro na região central do continente, especialmente em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás atraiu uma corrente grande de imigrantes, gerando também um fluxo maior do tráfico de escravizados para trabalhar nos garimpos. Formam-se núcleos de povoamento na região central do país com vistas à localização dos metais preciosos; nesses núcleos se concentram uma das maiores parcelas da população colonial. Porém, já na metade do século, os depósitos auríferos estão esgotados e a decadência da mineração já podia ser avistada. No correr da segunda metade do século XVIII, a terceira fase do povoamento na colônia se inicia: um redirecionamento das minas para a agricultura.

Essa fase será muito mais lenta que a do período anterior, a determinada pela descoberta das minas. Far-se-á paulatinamente, sem arrancos e convulsões, de forma às vezes quase imperceptível e que se nota mais nos resultados que no processo em andamento. Até fins do século, contudo ela já terá esboçado bem claramente suas feições principais, mostrando, se não realizada, pelo menos em franca via de realização, uma nova estrutura demográfica no país (Prado Jr, 2001, p. 74)

O autor aponta o fato de que no Brasil, os deslocamentos ao longo do território existiram de forma muito recorrente. Essas mudanças apontam para a busca de novas experiências empreendedoras, “a procura incansável do melhor sistema de vida” (Prado Jr, 2008, p.75). Esse cenário aponta para uma tendência. Assim como cultivava-se a cana de açúcar, o café, retira-se também o ouro e planta-se algodão, todos esses esforços voltados para a extração de riquezas com vistas a um mercado externo. A colonização não se orientou no sentido de estabelecer uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e cuidadosa dos gêneros produzidos pela terra em benefício da população habitante do território. Pelo contrário, as atividades desenvolvidas aqui foram organizadas para a lucratividade da metrópole e seus comércios internacionais.

No início do século XIX há um novo aumento populacional no território brasileiro com a chegada da família real em 1808. Nesse período são datadas algumas mudanças urbanas, como a construção de estradas, o crescimento das cidades coloniais, algumas obras de infraestrutura, que em parte foram criadas para o benefício da família real e do setor econômico (Tomich, 1982).

Em conjunção com o crescimento demográfico da corte, o decreto de livre comércio teve impacto imediato sobre a demanda de escravizados: na década de 1800, desembarcaram ali uma média anual de 10.000 cativos africanos. No decênio seguinte (1811-1820), sob o novo regime de comércio, a cifra praticamente duplicou: cerca de 19.000 africanos aportaram anualmente como escravizados no Rio de Janeiro. Parte desses escravizados, obtidos a baixo custo no trato atlântico, foram destinados às crescentes lavouras de café (Tomich, 1982, p.13).

Com o esgotamento do ouro, a colônia começa a exportação de café, um gênero agrícola em crescimento de demanda no mundo todo, o que gera outro processo de aumento populacional pela vinda ainda mais intensificada de escravizados africanos ao Brasil. Mais precisamente em 1828, o país despontava como o maior produtor mundial de café, mantendo sua hegemonia até o início da fase de desvalorização da “commodity”, em 1870. Essa produção em larga escala vinha principalmente do Vale do Paraíba, região delimitada pelas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que inaugurou um novo recorde na exportação do produto (Tomich, 1982).

Em 1850, um novo regimento, e talvez o mais importante para as análises propostas por este trabalho, foi redigido para o acesso à terra, a Lei de terras. Importante apontar que, nesse período, o Brasil já era um dos maiores exportadores de café do mundo, devido ao grande contingente de escravizados que trabalhavam na produção (Tomich, 1982). Sendo pressionado pela Inglaterra a interromper o tráfico de cativos, desde a década de 1820, o país vivenciava os primeiros sinais da abolição da escravatura e a iminência da chegada de mais imigrantes europeus (Barreto, 2010), esses movimentos tencionaram algumas mudanças no país.

Visto a iminência da abolição da escravidão, os grandes proprietários de terra pressionam uma saída legal para que a população que seria liberta não conseguisse acesso à terra como meio de sobrevivência, oficializada a liberdade. Então, em 1850, é criada a Lei de Terras, que expressa os interesses das elites na tentativa de regularizar a propriedade rural e o fornecimento de trabalho, sem o acesso da população escravizada. Essa lei instituiu que a posse de terras a partir de então se daria apenas pela compra dos territórios ao governo brasileiro, fato que reconfigurou a forma de obtenção dos territórios, pois antes os mesmos

eram obtidos somente via concessão (Stédile, 2012). Esse processo regularizou a propriedade privada das terras, tornando-as uma mercadoria e condicionando seu acesso ainda mais limitado, apenas por meio da compra, o que excluiu ex-escravizados, imigrantes pobres, arrendatários e meeiros (Barreto, 2010).

A lei de terras proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra (Stédile, 2012). Sobre esse processo, como elucidado por Martins (2013, p. 10): “Se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa”. Isso evidencia que, tanto em um sistema quanto em outro, a terra jamais foi um bem acessível à população negra, seja ela escravizada ou posteriormente liberta.

Martins (2013) descreve que a acumulação de capital, baseada no trabalho cativo, permitiu aos grandes proprietários adquirir mais terras devolutas e favoreceu os sesmeiros com a regularização de suas posses, incluindo a apropriação de terras de posseiros. Com o governo imperial responsável pelas mediações, floresceu uma indústria de falsificação de títulos de propriedade, geralmente por meio de subornos a escrivães e notários (Martins, 2013). Assim, o acesso à terra tornou-se praticamente impossível para escravos e trabalhadores livres, incluindo brancos, mestiços e negros, devido à falta de capital e ao desconhecimento das complexas burocracias.

Segundo Gomes e Mello (2021), como a Lei de Terras não estabelecia o tamanho máximo das propriedades, em 1865, quatro quintos do solo brasileiro estavam nas mãos dos grandes proprietários, sobretudo nas áreas passíveis de maiores capitalizações, e a quinta parte, pertencente ao governo, por outro lado, compreendiam terras no interior do país, longe dos cursos d'água, dos centros populacionais e usualmente em terras sujeitas a ataques indígenas.

Importante pontuar que, além dos povos originários, negros escravizados, os agregados, os proprietários rurais e os pequenos proprietários, existia na colônia outra mão-de-obra, os denominados "vadios inúteis", os desclassificados sociais, indivíduos deportados da Europa, camponeses desapropriados de terras e sem trabalho, negros libertos e mestiços, todos pobres. Esses indivíduos não possuíam privilégios, em geral ocupavam cargos eventuais e esporádicos, como trabalho de feitor e capitão do mato (Barreto, 2010). Essa conceituação será essencial para conformar o entendimento de quem são os sujeitos que habitam as favelas na contemporaneidade. De acordo com Barreto (2010, p. 179): “A

formação do Brasil colonial foi heterogênea, marcada por vários grupos, cada um com sua história e trajetória, mas traziam uma marca em comum: a desclassificação social”. A estrutura econômica favoreceu o aparecimento da massa vadia. A economia agrária voltada para a exportação e uso de mão-de-obra escrava propiciavam a acumulação capitalista primitiva.

Dessa forma, quando a abolição é promulgada a terra está essencialmente nas mãos de poucas famílias ricas, que construíram seus negócios voltados para exportação de gêneros altamente lucrativos e que enriqueceram com as transações comerciais. A grande massa de ex-escravizados e mestiços não possuía acesso legal à terra, ou meios de trabalho, o que fez com que sua situação já nesse período fosse extremamente precária. As alternativas para a população de recém libertos serão baseadas na manutenção da exploração do trabalho, em caso de existência destes. Essas pessoas não teriam mais nada além de seus corpos e suas famílias. Abordaremos melhor a sua situação no próximo tópico.

De acordo com dados do início do século XIX, não considerando as variações de capitania a capitania e as imprecisões dos dados demográficos disponíveis, a população colonial brasileira como um todo seguia as seguintes proporções: 28% de brancos imigrantes europeus, 27,8% de negros e mulatos livres, 38,5% de negros e mulatos escravizados, 5,7% de povos originários (Nadalim, 2003).

Fazendo uma análise geral, os dados mostram que, após a abolição da escravidão, o Brasil tinha quase 40% de pessoas sem qualquer acesso a moradia e formas de reprodução, tínhamos também quase 30% de indivíduos sem acesso ou com acesso precário a moradia e trabalho, o que somam quase 70% da população vivendo em condições muito precárias ou sem condições nenhuma de sobrevivência. Esses dados confirmam, com ainda mais clareza, quem são os sujeitos que não acessam, ou acessam de forma precária, as moradias nas cidades brasileiras e os postos de trabalho, isto é, sujeitos negros, pobres e ex-escravizados. Para estes, a posse de terra foi negada desde sua chegada ao Brasil, bem como o direito de tirar dela seu sustento, estes aspectos de classe e raça impactam o lugar que essa população ocupa na sociedade e no território.

Como trabalhamos desde o início, o retorno à gênese da formação brasileira permite compreender que em essência nos constituímos para fornecer gêneros diversos para o comércio europeu, o objetivo sempre foi externo, voltado para fora do país, tudo seguirá este sentido, a estrutura e as atividades produtivas (Prado Jr, 2011). Esse fato trará grande impacto nas condições de vida da população no período pós-abolição, como veremos a seguir.

A partir do levantamento realizado por Nadalin (2003), torna-se imprescindível destacar a situação dos povos originários no início do século XIX. Os dados indicam que, nesse período, eles representavam 5,7% da população brasileira – um reflexo evidente do extermínio dessas populações, que deixou marcas profundas na história do país. Esse cenário é validado por outras fontes e autores, como por David Stannard (1993), que estimou a existência de aproximadamente 10 milhões de indígenas no continente americano antes da chegada dos europeus. Contudo, após os primeiros contatos com os colonizadores, observou-se uma taxa de declínio populacional de 95%, “o que significa dizer que, em média, para cada 20 indígenas, apenas um permanecia de pé depois do banho de sangue inicial” (Baniwa et al., 2021, p.23).

Inúmeras estratégias foram adotadas pela empresa colonial para aniquilar os povos indígenas, desde as chamadas guerras justas – com a penalização de morte a qualquer indivíduo que recusasse ser vassalo do reino de Portugal – até a disseminação de epidemias e a imposição de trabalhos pesados.

Quijano (2005) defende que, embora após um longo processo de resistência, a servidão imputada a esses povos não pode ser compreendida como semelhante à servidão no feudalismo, uma vez que não incluía a proteção do senhor feudal, nem a posse de uma porção da terra para subsistência, nem salário de qualquer outro tipo. Esse processo constituiu-se enquanto estratégia para o esgotamento do braço indígena, de sua cultura, de sua presença na sociedade.

A história do Brasil tem demonstrado que para essa população, a desapropriação e os inúmeros retrocessos nas demarcações de terras, o assassinato de lideranças, a violência e a ameaça constante é uma marca na sua trajetória. A característica dessa violência não é pontual e esporádica – ela se expressa como "plano arquitetado contínuo de obliteração da existência indígena" (Baniwa et al., 2021, p.25). Essa população também enfrentou e ainda enfrenta inúmeros desafios para a efetivação de seu direito à terra. No entanto, a realidade mostra que os povos indígenas enfrentam desafios ainda maiores, como a preservação de sua cultura, costumes e própria existência. Hoje, eles representam apenas 0,4% da população nacional, um número drasticamente menor do que no início do século XIX, evidenciando que o genocídio e o extermínio jamais cessaram.

## 1.1 O pós-abolição e seu impacto na vida de ex-escravizados, imigrantes e demais segmentos populacionais

O fim da escravidão em 1888 trouxe alterações importantes na estrutura social e econômica do Brasil. Com a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, iniciou-se um fluxo migratório exponencial com a chegada de trabalhadores europeus, alocados nas fazendas de café brasileiras e nas nascentes indústrias (Barreto, 2010). O fluxo de imigrantes foi fortemente impulsionado pelo desenvolvimento econômico e produtivo do Brasil naquele período, com o aperfeiçoamento das técnicas de navegação e um importante progresso das técnicas modernas que permitiram o desenvolvimento da produção brasileira em maior escala. Nesse período o país vivenciou também avanços nas técnicas de preparação do café, e recebeu investimentos que proporcionaram a chegada da eletricidade e dos transportes, somado a um financiamento internacional substantivo (Prado Jr, 2008).

Prado Jr (2008) aponta que os anos que seguem o primeiro decênio do século sinalizam o apogeu na economia brasileira até aquele momento, voltada para a produção extensiva e em larga escala de matérias primas e gêneros tropicais destinados à exportação. Esse movimento de expansão é amplamente impulsionado pelo crescimento da demanda relacionada ao comércio internacional, sendo “fruto considerável do desenvolvimento da população europeia e norte-americana em particular, da ascensão do seu nível de vida, da industrialização e, finalmente, do aperfeiçoamento técnico material” (Prado Jr, 2008, p.207). Como resultado desse processo, os mercados de matérias primas e gêneros alimentares tropicais de países como o Brasil vivenciavam uma ampliação.

Dentro de pouco tempo, as ações progressivas dos interesses financeiros internacionais se alastraram e infiltraram-se ativamente em todos os setores fundamentais da economia brasileira, até que ela se tornou, em grande parte, a seu serviço (Idem, 2008). O largo incremento da lavoura cafeeira, por exemplo, se deu através dos capitais e créditos fornecidos pela finança internacional. Nesse processo, além do café, a borracha, o cacau, o mate e o fumo concederão ao Brasil uma posição entre os grandes produtores mundiais de matérias primas e gêneros alimentícios. Embora a exportação tenha possuído grande relevo na economia do período, a produção de produtos para consumo interno decairá, tornando insuficiente a produção nacional em comparação a demanda, obrigando o país a importar inclusive gêneros alimentícios. Esse movimento evidencia o objetivo primário e quase exclusivo da economia brasileira da época, a produção para a exportação.

Sobre os impactos da Abolição e da entrada do Brasil nessa nova fase de crescimento, diferentemente do que esses processos representavam para a população imigrante, que enxergou oportunidades de empreendimento e um mercado de trabalho pronto a lhes receber, para a população que já habitava o país, isto é, ex-escravizados, mestiços, remanescentes de povos originários e demais segmentos empobrecidos, o fim da abolição possuiu um significado adverso.

De acordo Prado Jr (2008, p. 212), após a abolição, o regime da grande propriedade agrária ainda continuou vigente no país até que a indústria do café entrasse em crise mais adiante, no início do século XX. Embora livres no papel, a grande massa de ex-escravizados não deixou majoritariamente seus postos de trabalho naquele momento imediato à abolição. Segundo o autor, houve uma permanência dos trabalhadores nas grandes propriedades, explicada, em regra, por dois fatores. O primeiro fator diz respeito às distâncias que separavam as propriedades rurais dos centros urbanos e do comércio. Pela localização dessas propriedades, muitos trabalhadores não possuíam nenhuma relação com as áreas urbanas distantes, o que tornava a ida para localidades afastadas a última opção para a grande massa de trabalhadores recém libertos. Além disso, o proprietário da terra atuava como um fornecedor quase obrigatório dos gêneros consumidos pelos trabalhadores, e, caso permanecessem nas fazendas, teriam acesso a trabalho e alimentação, ainda que de forma precária.

Segundo, o autor coloca que, embora a abolição houvesse sido promulgada, o trabalho nas fazendas e lavouras ainda continuaria acontecendo e a força de trabalho ainda era necessária. A economia cafeeira, diferentemente da escravidão, não entra em colapso - na verdade, ela permanece a partir de um novo vínculo de mão de obra, agora fundamentada no trabalho livre. Pela impossibilidade de acessar outras formas de trabalho para além das antigas fazendas, muitos permaneceram nelas como única forma de subsistência.

A respeito da introdução de ex-escravizados na produção nascente do período, "enquanto o branco absorvia todas as atividades, o negro era posto à margem do processo, sendo conduzido a setores residuais, confinados a tarefas ou ocupações degradadas" (Barreto, 2010, p. 179). Muito recorrente nesse contexto foi a retenção do trabalhador por dívidas, que se via nessa situação devido aos baixos salários e o superfaturamento dos gêneros necessários à sua sobrevivência. Dessa forma, o empregador conseguia com certa facilidade manter seus trabalhadores sempre endividados e impossibilitados de partir. Esse sistema foi muito comum em diversas regiões brasileiras e em particular na indústria de extração da borracha (Prado Jr, 2008).

Rios e Mattos (2004) demonstram que mesmo antes da abolição uma das preocupações centrais dos senhores era a possibilidade de os recém-libertos deixarem as fazendas nos quais foram cativos. Dentre as estratégias adotadas para que não houvesse uma saída massiva dessas pessoas, os senhores, antecipando-se à abolição, concediam alforrias em massa na tentativa de manter os ex-escravizados por laços de gratidão. A liberdade se tornava então uma benesse concedida pela boa vontade dos proprietários de terra, como uma dádiva senhorial.

As autoras apontam também que muitas comunidades de escravizados possuíam laços familiares entre si, o que dificultava a mobilidade dessas famílias para regiões mais afastadas. De acordo com Rios e Mattos (2004, p.178) “No Vale do Paraíba, boa parte dos escravos estava ligada entre si por extensas redes de parentesco, de por vezes até três gerações em uma mesma fazenda”, isso também contribuiu para que após um primeiro momento de maior agitação e movimentação (o período imediato a abolição), boa parte dos ex-escravizados considerassem vantajosa a permanência na região que conheciam e que possuíam laços familiares e comunitários (Idem, 2004). Uma pesquisa realizada mais tarde aponta essa tendência:

Assim foi possível, nos anos de 1994 e 1995, encontrar pessoas como Seu Valdemiro, Seu Izaquiel, Seu Pedro Marin, Dona Zeferina, Dona Bernarda e muitos outros que viviam na mesma região, na mesma fazenda ou até na mesma casa em que seus avós, da primeira geração de libertos, viveram. Foi possível também encontrar remanescentes de antigas escravarias que permaneceram conformando comunidades de libertos de uma mesma fazenda, como as do Paiol, em Bias Fortes (MG) e a de São José, em Valença (RJ) (Entrevistas arquivadas no MC/LABHOI, 1994, p.55).

Como estamos trabalhando, a decisão de deixar as fazendas deveria considerar não apenas as condições de sobrevivência do ex-escravizado como indivíduo, mas também a viabilidade de uma vida em família, com acesso à moradia e à produção de subsistência. Na pesquisa realizada pelas autoras a respeito dos padrões migratórios na região sudeste do Brasil, entre a gama de entrevistas, a alternativa de migração para as cidades aparece como forte tendência para a geração posterior, de filhos e netos de antigos escravizados que se dirigiram para Juiz de Fora, Rio de Janeiro ou pequenas cidades da região. Nestes casos, os padrões migratórios foram mais recorrentes a partir da década de 1930 (Rios; Mattos, 2004).

Além desses fatores, segundo Fernandes (2020), nos locais onde a produção se encontrava em níveis baixos, assim como os antigos libertos, os ex-escravizados optaram na quase totalidade pela reabsorção no sistema produtivo, em condições precárias e análogas à escravidão. Nos locais onde a produção atingia níveis mais proeminentes, refletindo em um

crescimento econômico e estrutural da região e da organização do trabalho, os ex-escravizados concorriam com os chamados “trabalhadores nacionais” e principalmente a mão de obra importada da Europa.

Para os libertos que não permaneceram nas fazendas, a deserção se dava majoritariamente quando os antigos senhores não compreendiam a condição de libertação, tratando-os ainda como tal. Dentre as alternativas encontradas por aqueles para manter sua subsistência e sua proximidade com a família, existiram também fluxos migratórios para outras regiões onde existiam parentes e familiares próximos. Sobre isso, escreve Evaristo de Moraes:

O escravo, em regra, não ia para longe [...] Retirava-se, às vezes, somente, da fazenda em que sofrera coação e os rigores do cativo; fugia, apenas, à senzala, que tão dolorosas recordações lhe trazia. Dirigia-se a outra fazenda próxima e procurava contratar seus serviços (Moraes, 1924, p.308).

Dessa forma, mesmo saindo das fazendas, muitos não abandonaram a lavoura, mas mudaram-se para outras fazendas próximas, ou no mais mudaram se para regiões próximas, muitos influenciados por familiares em outras localidades.

Sobre o período pós abolição e o significado desse processo para a população liberta, Barreto (2010, p.33) aponta que houve uma “libertação sem liberdade”. Famílias inteiras sem acesso à moradia e ao trabalho e sem condições de competir com a população imigrante. Submetidos a quatro séculos de escravidão, condicionados à uma vida limitada, submissa e sem perspectiva nenhuma de melhoria, essas pessoas foram afastadas abruptamente do convívio em sociedade, eram tratados como sub-humanos. As marcas dessa história impactaram fortemente a sua reinserção no trabalho e na vida em comunidade. Primeiro porque, como estamos trabalhando, quando a abolição é promulgada muitos deles permanecem, sem perspectivas, nas fazendas anteriores, apenas para que suas necessidades mais elementares fossem supridas. Segundo porque após a abolição a mão de obra imigrante era privilegiada. O imigrante sairá de seu país de origem com a promessa de uma nova vida, de uma nova oportunidade para enriquecer, fazendo o que fosse necessário. Estes ocuparam as melhores oportunidades de trabalho livre e mesmo as mais simples, como a de vendedor ambulante. Nesse processo o negro era posto a margem, ocupando os trabalhos mais incipientes e mal remunerados.

A preferência por imigrantes também foi sustentada pelo estigma e racismo enraizados na cultura brasileira, que impactaram a construção da identidade social do negro e do seu lugar na estrutura social a partir de uma visão de inferioridade. Vistos como não-cidadãos,

criminosos, preguiçosos e inúteis para o trabalho. Pelo contexto da escravidão, o acesso à educação, leitura e escrita, foram negados, o que também influenciava a preferência por imigrantes (Barreto, 2010).

Ferreira (2020) vai apontar o processo em tela afirmando que existiu uma intenção clara com a importação de pessoas brancas da Europa para o Brasil, a ideia era branquear a população a partir de um discurso civilizatório. Segundo a autora, esse projeto de nação eugenista começa a ser desenhado em meados do século XIX e é materializado a partir de 1888. Por meio do trabalho livre, que no país beneficiou imigrantes, esse projeto ganha expressividade da realidade nacional. O objetivo girava em torno de produzir um “novo tipo de brasileiro” a partir da reorganização da sociedade sob ideais de "modernidade" e "progresso", fortemente influenciados por teorias raciais científicas vindas da Europa que compreendiam o negro como raça inferior. Essas ideias estavam baseadas na eugenia, uma corrente de pensamento que buscava "melhorar" a composição racial de uma população por meio de práticas que promoviam a superioridade racial branca.

O termo eugenia foi utilizado pela primeira vez em 1883 no auge da “era moderna da ciência da hereditariedade” (Stepan, 2005, p. 29) e foi propagado por médicos, juristas, cientistas, higienistas mentais etc. e se popularizou durante todo o século XIX. Na eugenia, a relação entre biológico e social se dava estreitamente, os aspectos biológicos (como raça, hereditariedade e características físicas) eram vistos como determinantes diretos para a organização e o funcionamento social. Ou seja, acreditava-se que as características biológicas de uma população influenciavam diretamente o progresso, a moralidade e a estrutura da sociedade.

Ferreira (2020) apresenta que embora o projeto de uma nação eugênica já estivesse em curso desde 1889, com a abolição da escravidão, é a partir de 1930 que esse movimento se torna explícito por meio das ações estatais impulsionadas no governo de Vargas. Embora o Estado aparecesse como representante do interesse de todos, houve uma hierarquização planejada entre as diferentes classes. Esse governo, “ao mesmo tempo em que estimulou a imigração europeia e a mestiçagem, cortejou a eugenia e elegeu os elementos que formavam os trabalhadores da nação brasileira, fruto da ‘harmoniosa’ relação entre três raças” (Ferreira, 2020, p.227). Nesse período, as políticas sociais – como a saúde pública e as reformas sociais – foram amplamente questionadas devido ao impacto assistencial que poderiam gerar para a população pobre, especialmente a negra. No entanto, observa-se uma ênfase na implementação de políticas voltadas ao controle da reprodução humana.

[...] o dia de oito horas, atendimento médico gratuito e a redução da mortalidade infantil incentivavam e aumentavam a produção de indivíduos ‘não empregáveis’, degenerados física e mentalmente deficientes”. Reformas médico-sociais eram, nas circunstâncias, equivalentes ao encorajamento à formação de uma população cada vez mais “disgênica”, uma vez que também se argumentava que os pobres inadequados se reproduziam com maior rapidez que os adequados da classe média (Stepan, 2005, p. 93).

No Brasil, essa discussão se intensificou nesse período, uma vez que o país repensava como se projetar ao mundo como nação forte e apta ao progresso. O desejo de “imaginar” a nação em termos biológicos, de purificar a reprodução das populações para adequá-las às normas hereditárias, de regular o fluxo de pessoas através das fronteiras nacionais, de definir em novos termos quem poderia pertencer à nação ou não – todos esses aspectos da eugenia giravam em torno da raça e produziram propostas ou prescrições de novas políticas invasivas de Estado voltadas para os indivíduos.

Para o aprimoramento moral e o fortalecimento da nação, a eugenia defendia, essencialmente, o incentivo aos nascimentos considerados favoráveis (eugenia positiva) e a restrição intencional da união e reprodução de indivíduos classificados como inadequados ou prejudiciais à sociedade. A proposta tinha por objetivo diminuir o índice de natalidade nos grupos considerados ‘inferiores’ através de meios como os anticoncepcionais, o exame pré-nupcial, a esterilização e o aborto.

Nesse grupo eram incluídas pessoas diagnosticadas com tuberculose, sífilis, alcoolismo, epilepsia, transtornos mentais e outras condições vistas como indesejáveis (eugenia negativa). Nesse processo também estavam incluídas pessoas negras. Um dos grandes pensadores do eugenismo Gobineau (1816-1882), defendia a existência de uma diferença essencial entre as raças que constituíam a sociedade. De acordo com ele, algumas raças seriam sempre inferiores e só serviriam para o trabalho escravo, “como máquinas, animais, como bestas de tiro a serviço das raças superiores”. Este não era o caso da raça branca, que para ele:

Não se mostra nunca naqueles estados primitivos em que vemos as outras duas “a negra e a amarela”. As vemos desde o primeiro dia relativamente cultivada e dotada de elementos originários mais importantes para chegar a desenvolver em algumas de suas ramificações, criando as diferentes formas de civilização (Gobineau apud Boarini, 2003, p.24).

Por isso, para os teóricos da eugenia a miscigenação era vista com muita hostilidade. Para eles, os tipos puros não deveriam ser alterados, pois a civilização era acessível apenas a eles. O mestiço era a negação dessa civilização, e, neste sentido, formaria uma sub-raça decadente e degenerada.

Em resumo, por causa da eugenia, a raça branca estava extremamente ligada à política de identidade nacional. Para os eugenistas, uma verdadeira nação teria um propósito comum, língua e cultura compartilhadas e uma população homogênea (Stepan, 2005).

A Eugenia se soma aos ideais higienistas que possibilitaram com que as cidades e seus espaços fossem reconfigurados. Boarini (2003) apresenta que o higienismo foi um movimento científico e social que impulsionou grandes movimentações nos cenários urbanos, sendo “dessa época o registro da maior incidência de deslocamento da população; tal como as dunas movem-se de acordo com o vento” (p.31).

Esse projeto se estende até a constituição de 1988, quando a política social ganha um caráter mais universal. Voltaremos a falar sobre o projeto higienista e eugenista mais adiante.

Voltando para o final do século XIX, segundo Fernandes (2020), a Primeira República preservou as condições já existentes anteriormente no período Imperial, que permitiam a existência de “duas nações”, uma delas incorporada à ordem civil, composta pela minoria que realmente era constituída, segundo o autor, de “uma nação de mais iguais” e a segunda nação, composta pela grande maioria que totalizava no período mais de 80% da população, excluída parcial ou totalmente da ordem civil. No entanto, Ianni (1989) defende que, para a existência dessa minoria, composta por donos de terras, grandes latifundiários, pessoas influentes nas decisões políticas, existiu uma maioria que não possuía terras, acessava com dificuldade o trabalho formal, não acessou meios de se reprodução autônoma, tornando uma a condição de existência da outra.

## 1.2 Quadro econômico do país: do mercado capitalista emergente ao estabelecimento do capitalismo competitivo

Desenhando agora especificamente o quadro econômico do Brasil na transição para o século XX e todo o processo de industrialização que se desenrola até a década de 1930, o que se apresenta nesse contexto de evolução interna do capitalismo competitivo é o fato de que essa “evolução” esteve ancorada em um acúmulo de recursos gerados pelas exportações comerciais da economia do período colonial. A influência modernizadora gerava as condições para o estabelecimento de uma economia competitiva satélite, em uma relação de dependência com a dominação externa internacional.

Segundo Fernandes (2020), consideradas a partir de uma perspectiva global, três fases do desenvolvimento capitalista moderno no Brasil são especialmente importantes para a compreensão dos processos fundantes da economia brasileira:

1- fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno, uma fase de transição neocolonial que pode ser compreendida na linha temporal a partir da abertura dos Portos (1808), até meados de 1860; 2- fase de formação e expansão do capitalismo competitivo, situada justamente no período de expansão das fazendas de café, da transição do trabalho escravo ao trabalho livre, caracterizada pela consolidação e disseminação do mercado capitalista moderno, compreendendo pois a consolidação da economia urbano-comercial e a primeira industrialização verdadeiramente importante para o contexto nacional, indo de 1860 até 1950; 3- fase de irrupção do capitalismo monopolista, caracterizada pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através de operações comerciais, financeiras e industriais de grandes corporações. Destas três fases, deteremos nossa análise nas duas primeiras pois são fundamentais para o estabelecimento das chaves compreensivas do período.

Voltando um pouco ao período escravista, segundo o autor, essa primeira fase, que compreende da abertura dos portos (1808) até a década de 1860, é importante pois dá início a formação do mercado capitalista moderno, é a “base de evolução ulterior para o capitalismo competitivo” (Fernandes, 2020, p.228), sua importância para a vida econômica do país reside em 3 aspectos distintos. Primeiro, ao contrário do que acontecia com o mercado colonial, esse novo tipo de mercado capitalista preenchia a função de injetar na economia brasileira recursos externos, o que converteu o país em um polo em crescimento acelerado.

Segundo, é uma fase importante, e particularmente essencial para esta pesquisa, uma vez que é justamente nesse período o início da relação entre mercado capitalista moderno e cidade, com a cidade servindo de suporte imediato ao funcionamento e crescimento dos mercados, ainda que nesse estágio a inter-relação se desse de forma descontínua e longínqua, sendo disseminada por regiões limítrofes. É justamente através dessas irradiações que o mercado capitalista adquire vida própria, com potencialidade de crescimento a partir do estilo urbano de vida (Fernandes, 2020).

Terceiro, a importância dessa fase reside na relação que o mercado capitalista moderno estabelece com o sistema de produção escravista, uma vez que através do novo mercado, as parcelas do excedente econômico que permaneciam no país encontrariam formas de aplicação fora do circuito da produção escravista, fato que não seria possível se o mercado ainda fosse essencialmente colonial. Dessa forma, o mercado capitalista nascente estimulou, condicionou

e, com o tempo, intensificou a passagem “do entesouramento tradicionalista e da *acumulação estamental* para transações especulativas mais abstratas e complexas, fundadas em expectativas de que elas eram seguras e poderiam incrementar o volume do dinheiro, do crédito e, por vezes, da riqueza materializada” (Fernandes, 2020, p. 229).

Justamente por meio dessa evolução do mercado capitalista, a cidade passa a monopolizar, de forma cada vez mais intensa, as funções de centro estratégico e de reprodução do excedente econômico e de foco de integração do mercado interno. É por esse processo que a cidade, antes apenas centro de organização política, passa a aglomerar o fluxo e o crescimento do comércio interno, gerenciando a produção escravista em geral.

Essa é a alteração da função da cidade, gerada na transição neocolonial pela incorporação da economia do país ao mercado mundial (Fernandes, 2020). Sobre o surgimento das cidades no país, falaremos mais detalhadamente no próximo item. O autor aponta ainda que, nessa articulação da economia urbano-comercial com a economia agrária, inicia-se uma autêntica revolução urbana, que germinaria de modo lento e descontínuo. Nessa fase a revolução ainda aparece dissociada de transformações no sistema de produção escravista e o trabalho escravo ainda permanece como meio a fim de que a transição se tornasse possível. Falaremos um pouco mais sobre a relação capitalismo e escravismo adiante.

A segunda fase apontada pelo autor, expressa na emergência e expansão do capitalismo competitivo está situada justamente no período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, na reconfiguração do papel das cidades e na emergência de processos migratórios internos e externos que impactaram a formação das cidades e de seus habitantes no período pós-abolicionista. Este momento é particularmente importante para esta pesquisa, uma vez que se apresenta como um marco essencial na formação das cidades e na gênese da configuração territorial marcada por desigualdades de classe e raça.

Segundo Fernandes (2020) a formação de uma economia capitalista competitiva dependia não apenas da consolidação de um mercado capitalista moderno, mas do grau de difusão e ampliação que este alcançaria na realidade brasileira. Era necessário que esse mercado se expandisse em termos de diferenciação, tamanho e intensidade financeira para que estimulasse a constituição de um sistema de produção diretamente vinculado às necessidades socioeconômicas do setor urbano.

O período de transição neocolonial ofereceu ao capitalismo comercial as bases econômicas, institucionais e humanas de maturação interna. O autor aponta que tanto a aristocracia agrária quanto os grupos ligados à dinamização do esquema de exportação-importação se empenharam para a consolidação e difusão do mercado capitalista

moderno no Brasil. Nesse contexto, a existência de uma grande porcentagem da população ainda na escravidão permitiu converter a urbanização em um processo muito seletivo, produzindo uma ligação direta entre a escravidão, com a exclusão das massas, e o desenvolvimento do capitalismo competitivo dentro do país (Idem, 2020).

A articulação do regime escravista com a economia urbano-comercial foi essencial para o estabelecimento do capitalismo comercial no país, principalmente quando o café passa a garantir incrementos mais constantes do excedente econômico, criando as condições necessárias para o crescimento urbano-comercial.

Na prática, portanto, a articulação funcionava como equivalente histórico da revolução agrária, quando se compara a evolução do capitalismo no Brasil com a da Europa. De um lado, ela correspondia precisamente às funções da acumulação originária em contextos de maior aceleração do desenvolvimento capitalista [...] a cidade convertia-se em polo dinâmico do crescimento capitalista interno sem necessitar estender ao campo qualquer desdobramento da revolução urbana (Fernandes, 2020, p.231).

Fernandes (2020) expõe que a revolução urbana nessa fase significava puramente, “lançar o peso do desenvolvimento capitalista sobre o trabalho escravo e o regime de produção escravista” (p.232), a articulação entre a formação de um mercado tipicamente capitalista e o regime escravista garante a formação de um excedente econômico permitindo aos senhores de escravos transformarem a expropriação do produto do trabalho escravo em base material para o crescimento urbano-comercial. A revolução correspondeu precisamente às funções de acumulação originária em momentos de maior aceleração do desenvolvimento capitalista, dessa forma, “a cidade convertia-se em pólo dinâmico do crescimento capitalista interno sem necessitar estender ao campo qualquer desdobramento da revolução urbana” (Fernandes, 2020, p.231).

Quijano (2005) defende que para a compreensão das relações sociais estabelecidas no Brasil deste período a ideia de raça é fundamental. Segundo o autor, na medida em que as relações sociais estavam se estabelecendo a partir de um padrão de dominação, as diferentes raças foram associadas a posições hierárquicas diferenciadas – raça e identidade foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial” (p.117). Na América, a raça foi adotada como forma de conceder legitimidade às relações de dominação impostas pelos colonizadores.

No Brasil, as formas de controle, exploração do trabalho e produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas com a escravidão – ambos

os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçados mutuamente – culminando na divisão racial do trabalho.

No curso da expansão mundial da dominação colonial por parte da mesma raça dominante –os brancos (ou do século XVIII em diante, os europeus) – foi imposto o mesmo critério de classificação social a toda a população mundial em escala global. Conseqüentemente, novas identidades históricas e sociais foram produzidas: amarelos e azeitonados (ou oliváceos) somaram-se a brancos, índios, negros e mestiços. Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial (Quijano, 2005, p. 11).

Esse processo gerou uma quase exclusiva associação do homem branco com os postos de mando na administração colonial, e, em contraposição, relegou ao homem negro o lugar de dominado e explorado, instaurando o controle sobre o trabalho de uma raça sobre a outra. Ainda, disseminou-se a ideia de que o trabalho pago era privilégio dos brancos, o que implicava o não pagamento de salário às raças colonizadas, pontualmente negros, mestiços e povos originários. Quijano (2005) defende inclusive que o vasto genocídio indígena nas primeiras décadas da colonização não ocorreu primariamente pela violência da chegada do colonizador ou pelo espraçamento de doenças, mas pelo trabalho forçado que utilizou a mão de obra indígena de forma descartável, forçando-os a trabalhar até a morte.

“O capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos” (p.120), inclusive da divisão racial do trabalho. De acordo com o autor, na América a escravidão foi deliberadamente estabelecida como mercadoria para a produção de mercadorias ao mercado externo, para servir as necessidades do capitalismo.

Isso significa que todas essas formas de trabalho e de controle do trabalho na América não só atuavam simultaneamente, mas foram articuladas em torno do eixo do capital e do mercado mundial. Conseqüentemente, foram parte de um novo padrão de organização e de controle do trabalho em todas as suas formas historicamente conhecidas, juntas e em torno do capital. Juntas configuraram um novo sistema: o capitalismo (Quijano, 2005, p. 126).

Quijano (2005) explica que, como relação social baseada na mercantilização da força de trabalho, o capital nasce bem antes da colonização do continente americano. Porém, antes da emergência da América, ele não possuía sua configuração estruturada articulando todas as demais formas de organização e controle da força de trabalho, nem mesmo era predominante a elas. Apenas a partir do contato com a América que o capital ganha alcance global, sendo o eixo em torno do qual todas as outras formas de organização foram articuladas para os fins do mercado mundial.

Na realidade especificamente brasileira, para que houvesse um “crescimento natural” do mercado capitalista moderno era necessário o acréscimo constante de populações urbanas para a reorganização geográfica, sociocultural, econômica e política nas chamadas “cidades-chaves”. O autor aponta que o processo migratório gerado ainda no período colonial foi responsável por trazer uma proporção considerável de pessoas, principalmente grupos com rendas altas e médias (descendentes de famílias tradicionais, porém empobrecidas que buscavam no Brasil a possibilidade da prosperidade através do trabalho livre em um mundo escravista) estrangeiros ou de origem nativa, alocados especialmente no comércio, em ocupações artesanais e em vários outros tipos de serviços, incluindo os serviços públicos, todos esses postos oferecendo crescimento moderado (Fernandes, 2020).

O autor aponta que além desse contingente, estavam também escravizados e vários tipos de libertos, sofrendo atração por esse processo de urbanização à longa duração, iniciado já no período colonial. A demanda maior de trabalhadores era por serviços domésticos, porém, algumas formas de trabalho artesanal e serviços por aluguel também contribuíram para a utilização do trabalho escravo no espaço das cidades.

O liberto por sua vez encontrava na cidade-chave, nas esferas das ocupações artesanais e dos serviços, muitas oportunidades de transição para o trabalho livre e de reclassificação social. Com frequência, só ele podia se ocupar de certos trabalhos, que eram rejeitados pelo artesão branco ou pelo branco pobre e que não podiam ser transferidos, normalmente, para o trabalhador escravo mais qualificado, senão com o risco permanente de fuga (Fernandes, 2020, p. 232).

Nesse contexto, tanto o liberto quanto o escravo de aluguel foram essenciais nessa gênese da urbanização brasileira, uma vez que ocupavam postos de trabalho importantes para a organização do sistema de trabalho urbano. A transição do trabalho escravo para o livre foi acompanhada inicialmente por uma escassez de trabalhadores urbanos, essa demanda era suprida em grande parte por escravizados. É apenas nos próximos anos, quando a urbanização se torna mais rápida, com a exigência de um número maior de trabalhadores nessas ocupações, números estes que não poderiam ser supridos pelo montante de escravizados ou libertos, nesse momento específico a presença do imigrante ganharia mais notoriedade e o fluxo migratório aumentaria (Fernandes, 2020).

Porém, o Brasil escravista, recém egresso do sistema colonial e sem contar com um setor capitalista desenvolvido, dificilmente poderia dispor dos recursos materiais, humanos e culturais para realizar completamente o processo de estabelecimento do mercado capitalista moderno no país. Nesse momento o país sofria pressões do mercado mundial para redefinir a natureza de seu mercado, “o mercado capitalista moderno ou sofreria uma transição para

responder a exigências internas e externas, adaptando-se aos requisitos do padrão de desenvolvimento inerente ao capitalismo comercial, ou enfrentava um colapso” (Fernandes, 2020, p.234). No caso brasileiro, o sistema reage flexivelmente, ainda articulando elementos originários do período escravista, mas atrelados a componentes modernos.

Essa transformação se concretizou devido a alguns fatores, primeiro, o aumento da demanda por café no mundo trouxe oportunidades de crescimento para o país através da produtividade das fazendas de café brasileiras. Prado Jr (2008) esclarece que alguns fatores contribuíram para a expansão da economia cafeeira. Primeiro, a partir do século XIX o café passa a ser considerado alimento de luxo nos países do ocidente, estimulando o cultivo do gênero nas colônias da América e Ásia. Sua demanda também se elevou devido ao desenvolvimento do mercado norte-americano, que agora independente da Inglaterra, buscava outras relações comerciais na América. A produção de café brasileiro encontraria nos Estados Unidos um de seus maiores compradores, no seu auge, 50% da produção foi destinada a esse país.

Sobre o crescimento mundial da demanda por café no período, a causa está diretamente relacionada com alterações no modo de vida nas cidades e nas fábricas. O novo mundo, pós I Revolução Industrial, demandava cada vez mais trabalho, produtividade, padronização das atividades nas fábricas e longas jornadas de trabalho. Para responder a essa demanda era necessário a alteração do estilo de vida do trabalhador, gerando estímulos para a execução das atividades nas fábricas. Nesse sentido, o café vem suprir uma demanda da sociedade moderna, produzindo indivíduos cada vez mais estimulados, em prol da maior produtividade possível (Tomich, 1992). Com o aumento da demanda mundial a produção do produto se expandiu e conseqüentemente o valor das sacas diminuiu, tornando ainda mais acessível a sua produção e comercialização generalizadas.

No Brasil, especialmente na região sudeste, a produção cafeeira encontrou condições propícias para o cultivo do gênero. Condições ideais de temperatura, solo, chuvas e disponibilidade de terras para a plantação fizeram do país um dos maiores exportadores no período impactando diretamente o crescimento econômico do Brasil, “para aquela exportação, o precioso grão chegou a contribuir com mais de 70% do valor da riqueza do país” (Prado Jr, 2008, p.167).

Porém, a flexibilidade que o sistema atingiu não se deve apenas ao nível de produtividade alcançado pelas lavouras de café ou a eficácia do sistema de importação e exportação sobre a expansão do setor urbano-comercial. Mas também se deve ao fato de que o Brasil dispunha de muitos recursos naturais ainda não explorados e especialmente, um grande

território à disposição, o que o tornou atraente aos países de capitalismo central que faziam naquele momento a “partilha do mundo”. O interesse das nações imperialistas era claro, empenharam seus esforços na construção de uma economia capitalista dependente nos trópicos (Fernandes, 2020).

No século XX, o café foi um dos grandes componentes de um processo que transformou completamente a história do país. Principalmente a partir da década de 1930, a crise do café impacta uma migração expoente no Brasil que direcionou trabalhadores rurais para as cidades, é o que apontaremos a seguir.

O café, de todos os produtos brasileiros na modernidade, era o gênero mais relevante para o país. Desde o Império, liderou uma exportação ascendente trazendo ao Brasil um crescimento econômico importante. Na República, ainda será o gênero mais importante para as finanças brasileiras, deixando todos os outros gêneros em segundo plano, se comparado o peso de suas influências. Já no início do século XX ele será um dos gêneros mais importantes no mercado internacional, e o Brasil contará com 70% da produção mundial.

De acordo com Caio Prado (2008), às condições naturais do país contribuíram enormemente para o cultivo do gênero, porém, o fator decisivo que permitiu o “surto” produtivo da lavoura cafeeira no último meio século, foi o trabalho escravo e a imigração europeia, que forneceram mão de obra necessária para a aceleração do crescimento. Segundo o autor, falando a respeito de São Paulo, um dos grandes produtores do gênero:

O imigrante (italiano sobretudo), será trazido, com todo auxílio e amparo oficiais, desde seu domicílio na mais recôndita aldeia dos Apeninos ou de outra região qualquer, até a fazenda de café, através de uma organização que vai da propaganda do Brasil na Europa à distribuição perfeitamente regularizada dos trabalhadores entre as diferentes propriedades do Estado (Prado Jr, 2008, p.226).

Dessa forma, a imigração se torna uma política amplamente incentivada pelo Estado no período. Com vistas ao fim do trabalho escravo, um movimento de importação de mão de obra estrangeira inicia de forma exponencial. Sobre essa questão, discutiremos mais adiante.

Voltando ao café e seu impacto na economia brasileira, os autores chamam a atenção para a sua alta lucratividade, mas apontam também a irregularidade da disposição das lavouras entre as diferentes regiões do território brasileiro, o que gerou um desenvolvimento econômico desigual se consideradas diferentes regiões do país. A grande área lucrativa, com acentuado progresso, situa-se a oeste do estado de São Paulo (60% da produção nacional), no estado do Espírito Santo e em Minas Gerais.

No entanto, embora lucrativa, a instabilidade econômica da lavoura cafeeira já apresentava sinais de crise desde o período imperial. Sem muitas inovações nos processos agrícolas relacionados à cultura do café já implementados no passado, o café brasileiro perderia em qualidade abrindo a possibilidade de outros países desenvolverem técnicas mais modernas para o cultivo do gênero, monopolizando assim a produção. Além disso, ainda que a larga produção do gênero tenha trazido crescimento econômico para o país, a sua superprodução será um componente presente na história do café principalmente no século XX. Com a criação de grandes estoques, a queda nos preços e a saturação dos mercados consumidores, muitas safras serão amplamente desvalorizadas e posteriormente destruídas. Em 1896 serão observados os primeiros sinais de desequilíbrio, mas sempre acompanhados por outros períodos de crescimento, em um processo irregular e descontínuo (Prado, Jr, 2008)

Para os momentos de crise, a especulação comercial será um agente ativo na concessão de empréstimos e financiamentos estrangeiros, atuando não apenas no comércio cafeeiro, mas na vida econômica do país. Foram estabelecidos diversos planos de valorização do café desde o início da sua desvalorização, sustentados pelo financiamento de grandes instituições financeiras e bancos estrangeiros com o claro objetivo de controlar o comércio do café, que acabaram por produzir um grande endividamento dos produtores ao comércio internacional.

No período de 1914-1918 haveria outra onda de valorização do café e após a I Guerra Mundial, o insumo passaria por outro período de prosperidade, porém, nenhum desses períodos detiveram a crise já sustentada pelo endividamento dos produtores, pelo endividamento do país e pelo acúmulo de estoques. Além disso, alargava-se também a produção concorrente do Brasil, especialmente vinda da Colômbia.

Devido às dívidas da lavoura, o preço do café presenciou um acréscimo descontrolado, o que gerava a necessidade da queima de estoques e de novos empréstimos, formando um ciclo contínuo de endividamento. De acordo com Prado Jr (2008), o golpe final viria com o craque da Bolsa de Nova Iorque em 1929, que gerou uma crise geral da economia brasileira e o encerramento de muitas lavouras. Esse processo, como sinalizamos, é responsável por promover um deslocamento expressivo de um grande contingente populacional para as cidades do século XX, movimento que veremos mais detalhadamente no próximo item, mas que trouxe um impacto exponencial para as cidades brasileiras.

Esse período também é acompanhado por uma série de intervenções estrangeiras no intuito de reorganizar a infraestrutura da economia brasileira, transcendendo inclusive incentivos diretos ao mercado interno. O controle indireto e distante das economias na

periferia não era mais suficiente para os países de capitalismo central, seu objetivo era implementar controles econômicos internos que operassem através do desenvolvimento da livre empresa em todos os níveis. A empresa privada (no nível do comércio, dos bancos, das manufaturas, dos serviços e da agricultura) centralizava as operações. Ela não operava de fora para dentro, mas a partir de dentro” (Fernandes, 2020, p. 237). Essa transformação apresenta duas características evidentes: primeiro, é uma transformação indireta iniciada e gestada pelos países de capitalismo central, embora ela parecesse ter sido gerada internamente.

Desse ângulo, a constituição de uma nova infraestrutura para o mercado capitalista moderno e a criação quase concomitante de uma nova estrutura para todo o sistema econômico surgiam como se fossem transformações puramente internas, que encontravam suporte no exterior, mas nasciam de processos imanentes à diferenciação e ao crescimento espontâneo da economia brasileira (Fernandes, 2020, p. 238)

E, segundo, ela ocorre estabelecendo formalmente a conexão estrutural entre as nações capitalistas hegemônicas e o desenvolvimento econômico interno no Brasil. Nesse sentido, à medida que se implementava uma nova infraestrutura para o mercado capitalista moderno, se diferenciaram e se expandiram o comércio, a agricultura, a produção manufatureira e conseqüentemente as cidades. O mercado passa a gradualmente integrar localidades distantes e descontínuas entre si, concedendo a relação capitalista a função de unificação nacional, anteriormente fraca.

Nessa fase são geradas as condições estruturais e dinâmicas para a conformação de uma economia capitalista competitiva, nucleada no setor urbano-comercial com tendências à expansão para o campo, o estabelecimento destas condições tem direta relação com movimentos provindos de fora e de dentro, isto é, pelas influências das nações capitalistas centrais e o mercado mundial, mas também pelo crescimento econômico interno (Fernandes, 2020).

Em um primeiro momento, quando surgem as formas “mais ou menos elementares de produção capitalista” (p.242), vários artigos de consumo diário passam a ser produzidos no país, mas ainda sem pressionar a produção artesanal ou a necessidade de formação de uma produção manufatureira mais abrangente. O comércio mantinha-se como núcleo do sistema de importação e exportação organizado desde o período colonial e na medida que a estrutura da produção capitalista se difunde territorial e socialmente o mercado interno cresce em qualidade e quantidade (Fernandes, 2020)

É especificamente no período compreendido entre a última década do século XIX até a crise de 1929, que se inicia um surto industrial, fortemente apoiado nos dinamismos do

mercado. No Brasil, esse surto não envolve apenas a substituição da produção artesanal pela produção industrial sistemática, esse processo envolve o amadurecimento na economia competitiva e no crescimento urbano. Esse surto, no entanto, não é acompanhado de um aumento nos salários das massas trabalhadoras em geral e dos operários urbanos, o que também vai impactar fortemente a reprodução dos trabalhadores, em especial seu acesso à terra legal. O mercado continua altamente seletivo, gerando uma concentração social e racial de renda, e a produção de um desenvolvimento desigual no país. Esse fato impacta a vida e trajetória das massas e sua localização nas cidades, como veremos a seguir.

### 1.3 A gênese das cidades no Brasil e o processo crescente de urbanização

Voltando um pouco à história, a configuração das cidades na atualidade remete à organização e estruturação das cidades no período colonial. Davis (2006) relembra que, os padrões polarizados de uso da terra e de densidade populacional recapitulam lógicas mais antigas de controle imperial e dominação racial. Em todo o Terceiro Mundo, as elites pós-coloniais herdaram e reproduziram com ganância as marcas físicas das cidades coloniais segregadas. Apesar da retórica de libertação nacional e justiça social, adaptaram com agressividade o zoneamento racial do período colonial para defender os seus próprios privilégios de classe e a exclusividade espacial.

Tomando como referência uma perspectiva mais geral, segundo Castells (1983), as cidades surgem quando as condições naturais, econômicas e sociais permitem a produção de riquezas para além do necessário à sobrevivência humana; as cidades tornam-se centros administrativos, religiosos, culturais, políticos e comerciais.

Elas começam a se formar antes mesmo do processo de industrialização, em um período em que já centralizam a vida social e política, onde não apenas se concentraram riquezas, mas também se acumularam conhecimentos, técnicas e produções culturais. Segundo Lefebvre:

A industrialização fornece o ponto de partida para a reflexão sobre nossa época. Ora, a cidade é preexistente à industrialização. Esta é uma observação em si mesma banal, mas cujas implicações não foram inteiramente formuladas. As criações urbanas mais eminentes, as obras mais 'belas' da vida urbana datam de épocas anteriores à industrialização. Houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana, ligada à posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais, mas contra a feudalidade da terra). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política: a cidade medieval, sem perder o caráter político, foi essencialmente comercial, artesanal, bancária. Ela inaugurou os mercados [...]. Quando a industrialização começa, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial, a cidade já tem uma poderosa realidade. [...] São centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras. A própria

cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca (Lefebvre, 1991, p.34)

Embora a cidade seja esse produto das relações materiais e humanas, o autor supracitado concebe a *urbe* também como um produto a ser consumido. A cidade cria o centro de consumo, os comércios se densificam no centro atraindo ainda mais produtos e gêneros comerciais. Nesses lugares o consumidor não consome apenas os produtos à venda, mas o espaço – os indivíduos se reúnem, "veem, olham, falam, falam. É o lugar do encontro, a partir do aglomerado das coisas" (Lefebvre, 1991, 9.130). No entanto, a cidade como centro de consumo é acessível apenas para alguns – a cidade burguesa já nasce com as marcas da divisão social entre as classes, ela revela as marcas da apropriação privada da riqueza produzida coletivamente. É exatamente na cidade, no cotidiano, que "a vida se apresenta como não filosófica, como mundo real" (Lefebvre, 1991, p.17) – é o lugar onde o cotidiano está estruturado pelo conjunto de relações sociais tipicamente capitalistas organizando o território, a inserção das pessoas em cada espaço da cidade, a forma como os homens vivem, trabalham e interagem. É justamente no cotidiano "que se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para a abundância" (Idem, p.30). O cotidiano na cidade mostra as opressões, as exclusões, a fragmentação da cidade, as hierarquias sociais e a dinâmica de dominação de uma classe sobre a outra.

Canettieri (2019) coloca que, seguindo a tradição do pensamento marxista no campo da urbanização, a cidade é colocada em uma perspectiva central para a acumulação de capital. Para que isso aconteça, é necessário que se garanta a superexploração da força de trabalho e, para que essa desapropriação ocorra, é preciso aplicar o expediente da violência através do Estado. A superexploração da força de trabalho garante uma massa de mais-valor alimente a reprodução ampliada de capitais em outras partes do mundo (Marini, 2005). "A mão de obra, nos países de capitalismo periférico, é superexplorada para enviar riqueza aos países centrais, criando um fluxo constante de riqueza que, por causa das perdas, impede o desenvolvimento da periferia" (Canettieri, 2019, p. 147). Nesse sentido, existe uma correlação intrínseca entre a reprodução cotidiana da cidade e manutenção da periferia tal como ela é.

Ao contrário de uma visão dualista da cidade, Silva (2006) defende que ela não é resultado de uma soma de partes diferentes, uma vez que as diferenças se contrapõem e ajustam. Diversas atividades e grupos humanos fazem o conjunto da cidade. Ela aponta exatamente a configuração que não se dá na aparência – a cidade é um produto coletivo, mas apropriado privadamente. Segundo Lefebvre, a cidade agrupa os centros de decisão,

tornando-se lugar de exploração de todos aqueles que não pertencem à classe dominante. A configuração territorial de cada indivíduo segue a posição na estrutura econômica, esse processo é mediado pelo mercado e pelas decisões do governo.

Sobre o surgimento das cidades no Brasil, Moreira (2020) afirma sua gênese já no período colonial, como um combinado “cidade-câmara-município”. É na câmara que se definiam os rumos e detalhes do cotidiano da cidade, seu prédio comumente ao lado da Igreja era o centro de referência de governo na cidade. Nela estavam representados os poderes vindos da Coroa Portuguesa e dos colonos, por isso, Santos (1993, p.17) afirma: “No começo, a ‘cidade’ era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante”. O autor aponta que elas surgem como um conjunto de pequenos aglomerados populacionais, a partir da finalidade logística de assentar os colonos, os jesuítas e as instalações militares, daí progredindo do status de vila e depois de cidade.

No Brasil, ainda no período colonial a instituição da grande propriedade fundiária aproxima a cidade à fazenda, tornando-a um binário “cidade-fazenda”, uma vez que a ideia do povoamento e ocupação do território vem através da premissa da exploração da terra e seus recursos, possibilitada através das fazendas nas grandes propriedades rurais (Moreira, 2020). Nesse sentido, desde seu surgimento, as cidades no Brasil já são territórios que funcionam a partir da necessidade de produção de riquezas para a exportação – essa riqueza é direcionada às economias europeias para o aquecimento do capitalismo central.

O desenvolvimento econômico e territorial vai adicionar formas novas de atividades produtivas, como o desenvolvimento de um pequeno comércio de subsistência, ainda sem muitas expressões nesse momento, mas com a finalidade de abastecimento alimentício das fazendas e cidades em surgimento, contando também com algumas atividades diversas desenvolvidas por homens livres na colônia.

O ciclo da mineração no século XVIII inicia trazendo a cidade um novo aspecto, crescem na cidade a presença de comerciantes de subsistência voltados para o consumo interno. Embora não dure muito como fase (a mineração), esse é um momento particular pelo crescimento da população residente, já impactada pela imigração estrangeira que via na descoberta das minas uma oportunidade de empreendimento. É um momento não rural, cujos desdobramentos a longo prazo são a Proclamação da Independência e a Instituição do Estado Nacional. Moreira (2020) aponta que, em todos esses momentos, é a agroexportação o fundamento econômico, a cidade-fazenda o eixo da organização cultural-política e a elite plantacionista o centro do domínio do governo.

Fazendo uma análise dos primórdios da urbanização no Brasil, Reis (1968), estudando o período compreendido entre 1500 e 1720, destaca duas principais etapas de organização em torno das vilas e cidades e sua estrutura na época. Segundo o autor, a primeira etapa, compreendida entre 1530 e 1570, inaugurou 3 cidades, Rio de Janeiro, Iguape e Filadélfia da Paraíba. Entre 1580 e 1640, período marcado pela dominação espanhola, foram estabelecidas mais 10 vilas e outras 3 cidades, com uma urbanização voltada para o norte, sentido Amazônia. Num terceiro momento, entre 1650 e 1720, são fundadas outras 35 vilas, elevando duas delas a categoria de cidades: Olinda e São Paulo. Fazendo um balanço, “ao fim do período, a rede urbana estava constituída por um respeitável conjunto de sessenta e três vilas e oito cidades” (Santos, 1993).

Dentre os elementos explicativos da urbanização no período colonial, Reis (1968) aponta como principais: a organização político-administrativa da colônia, as capitânicas, o governo geral e a organização municipal; sobre as atividades econômicas rurais, a agricultura de exportação e de subsistência, e sobre as camadas sociais, os proprietários rurais; as atividades econômicas urbanas e seus atores (comércio, ofícios mecânicos, funcionalismo, mineração).

Segundo os autores, até o século XVIII o crescimento das cidades se dá em números ainda não tão expressivos, como sinalizado acima. Porém, é justamente a partir desse período que a urbanização inicia seu processo de desenvolvimento e a cidade começa a ganhar mais importância. Ela torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do Senhor de engenho, que só vai até a propriedade rural em momentos específicos, como na colheita dos gêneros produzidos. Ainda, é a opção de residência de imigrantes vindos da Europa e suas famílias.

Foi necessário mais um século para que a urbanização atingisse sua maturidade, e ainda mais um século para adquirir as características tipicamente atuais (Santos, 1993). Esse processo anterior ao século XIX, trata-se muito mais da geração de cidades do que do advento da urbanização em si, uma vez que a relação entre as cidades era fraca e a maior porcentagem da população ainda estava no campo.

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, polos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes (Santos, 1993, p.26).

O século XIX inicia com mais alterações na dinâmica, influência e tamanho das cidades no Brasil proporcionado em grande parte pela chegada da família real em 1808, quando os portos da colônia foram abertos ao comércio exterior e a família real juntamente com os funcionários da corte se estabelecem no Rio de Janeiro (Schultz, 2007).

De um lado, os membros da corte tentaram reconstruir o Rio de Janeiro baseados nas experiências da renovação urbana do século XVIII em Portugal e no Brasil, nas quais tanto a projeção de poder real absoluto quanto o estabelecimento de uma ordem ilustrada tinham servido como objetivos primários. De outro, mesmo à medida que as reformas que se seguiram à transferência da corte deram continuidade àquelas experiências anteriores, o que um cronista local da época descreveu como a “metamorfose política” do Rio, também se definiu como sendo um momento histórico específico no qual tal transformação ocorreu (Schultz, 2007, p.7).

Nesse período são datadas algumas mudanças urbanas importantes, como a construção de estradas, o investimento em obras de infraestrutura, em parte criadas para o benefício da família real e da economia urbana em crescimento (Tomich, 1982). A transferência da corte para o Brasil significava a metropolização explícita da cidade, em especial do Rio de Janeiro. Com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, o Brasil estava liberado para manter comércio com outros países, dando materialidade ao fim do pacto colonial. Em março de 1808, já instalado no Rio de Janeiro, o príncipe regente liberaria também a criação de fábricas, proibidas desde 1785. Quatro anos mais tarde, uma pequena siderúrgica já estava funcionando na colônia, além de outras instituições públicas e privadas.

A Coroa subvencionava a construção de novos prédios públicos, bem como um palácio maior para o príncipe regente em São Cristóvão. Uma Imprensa Real foi instituída pela primeira vez na história da colonização portuguesa no Brasil, e novas academias reais, uma escola de medicina, a biblioteca real e aulas régias ampliadas ofereciam novas oportunidades de educação e de treinamento profissional. A duplicação de instituições, incluindo o Desembargo do Paço, a Casa de Suplicação do Brasil, a Junta de Comércio e o Erário Real, assim como a criação de um Banco do Brasil, trouxe prestígio à cidade, facilitou a administração e o exercício da justiça e de transações econômicas, proporcionando oportunidades para a prestação de serviços à corte real (Schultz, 2007, p.8).

Visando controlar e unificar o vasto território brasileiro, a coroa portuguesa inicia a construção de estradas, proibidas até aquele momento, para que facilitassem a integração de todo o território colonial, o que resultou em uma maior articulação comercial entre regiões distantes, principalmente nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A construção de estradas influenciou o aumento da demanda por todo tipo de insumos, provocada também pelos mais de 15 mil portugueses que se instalaram no Rio de Janeiro no início do século.

No fim do período colonial – antes da proclamação da independência – cidades como São Luís do Maranhão, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, somavam perto de 5

,7% da população total do País, onde viviam, então, 2.850.000 habitantes (Prado Jr, 2011). Em 1872 apenas 3 cidades contavam com mais de 100.000 habitantes, sendo elas Rio de Janeiro, Salvador e Recife; em 1900, São Paulo e Belém entraram na marcação, e mais algumas cidades estavam próximas de atingirem 50.000 habitantes, alterando a porcentagem da população total que habitava em cidades para 9,4%.

Segundo Santos (1993), o índice de urbanização pouco se alterou entre o fim do período colonial até o final do século XIX e cresceu menos de quatro pontos nos trinta anos entre 1890 e 1920, passando respectivamente de 6,8% em 1890 a 10,7% em 1920. Porém, foram necessários apenas vinte anos, entre 1920 e 1940, para que essa taxa triplicasse, passando a 31,24%.

De acordo com Santos (1993), fazendo uma análise do estado de São Paulo, no final da década de 1920 a urbanização evoluiu de forma acelerada, sendo reforçada pelo movimento de capitais mercantis, propiciando investimentos de ordem privada em companhias de energia, telefone, meios de transportes, instituições de ensino e bancos, acrescentando-se ainda o surgimento de postos de gasolina e armazéns para venda de suplementos agrícolas e sementes, o que reforçou o setor urbano e o setor de serviços do país.

Como ressaltado previamente, após o processo abolicionista não houve uma migração maciça dos trabalhadores ex-escravizados do campo para as cidades. Embora as cidades estivessem recebendo mais e mais trabalhadores imigrantes, não houve um fenômeno de êxodo rural que tenha mobilizado um contingente de pessoas para as áreas urbanas até aquele momento, o que fez com que a configuração das cidades permanecesse sem muitas alterações exponenciais até a década de 1920, como assinalamos acima. No entanto, esse cenário vivencia uma alteração profunda quando o país inicia uma de suas crises mais importantes no século XX: a crise do café, como assinalamos anteriormente. Esta impactaria toda a dinâmica da vida nas cidades, mobilizando grandes montantes de pessoas da zona rural para a urbana.

Esse fato é particularmente essencial pois é a partir desse momento que uma massa de trabalhadores antes localizados no campo, nas fazendas de café, inicia um processo de direcionamento para as cidades, fato que influenciará o crescimento exponencial das mesmas e acelerará o processo de urbanização e posterior favelização.

Antes do massivo êxodo rural as cidades já passavam por um processo de crescimento devido à imigração europeia e as funções assumidas por libertos nas cidades. Fernandes (2020), falando sobre a cidade de São Paulo, aponta que já nos fins do século XIX, quando se acelera o crescimento econômico da cidade, todas as posições estratégicas na economia

artesanal e no pequeno comércio urbano já eram monopolizadas por estrangeiros, especialmente italianos, portugueses e espanhóis.

Um censo realizado em 2000 sobre o século XX (IBGE, 2006), estimou que um total de quase 5 milhões de pessoas emigraram para o País entre 1887 e 1957, sendo este contingente formado em cerca de 32% por italianos, 31% por portugueses, 14% por espanhóis e 4% por japoneses. O pico deste influxo migratório se deu na última década do Século XIX, quando mais de 1 milhão de imigrantes (majoritariamente italianos, com destino a São Paulo) aportaram aqui, estimando-se quase um quarto do crescimento populacional total no período. O influxo de imigrantes resultou no agravamento do conflito no mercado de trabalho, opondo os trabalhadores nacionais aos estrangeiros, tendo constituído foco de agitação popular em várias regiões durante as primeiras décadas da República, especialmente no Rio de Janeiro, onde foi forte o movimento dito “jacobino” e frequentes os episódios chamados de “mata galegos”, opondo violentamente trabalhadores brasileiros e portugueses (Fernandes, 2020).

Mortara (1947), estudando a contribuição da imigração no crescimento da população de alguns países da América Latina entre 1840 e 1940, concluiu que a imigração contribuiu de forma direta (os próprios imigrantes) e de forma indireta (seus descendentes) com 19% do aumento populacional brasileiro no período.

Sobre o acesso ao trabalho nas primeiras décadas do século XX, Fernandes (2020) demonstra que o negro e o mestiço foram eliminados das posições que ocupavam relacionadas ao artesanato urbano ou ao comércio e serviços, sendo majoritariamente direcionados à ocupações braçais, mau remuneradas e temporárias. O impacto da competição com o estrangeiro foi severo, como coloca o autor:

Enquanto o branco da camada dominante conseguia proteger e até melhorar sua posição na estrutura de poder econômico, social e político da cidade e enquanto o imigrante trocava sucessivamente de ocupações, de áreas de especialização econômica e de posições estratégicas para a conquista de riquezas, de prestígio social e de poder, o negro e o mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades residuais com os componentes marginais do sistema - com os que não serviam para outra coisa ou com os que estavam começando bem por baixo (Fernandes, 2020, p.14).

Fernandes (2020, p.16) defende que o imigrante era visto como o “agente natural do trabalho livre”, aquele que estava melhor adaptado à vida autônoma e que já havia experienciado outras formas de ocupações assalariadas. Enquanto isso, o ex-escravizado, como indivíduo ou coletivamente, era visto como sujeito irracional, sem aptidão para a vida livre. A escravidão impactou a imagem do homem negro, associando suas características à irracionalidade, animalidade e à brutalidade. Nesse sentido, como a escravidão foi substituída

pelo trabalho livre no desenvolvimento das relações de produção, o estrangeiro também era visto como o agente do progresso, a “grande esperança nacional de progresso” e por isso escolhido para as ocupações nas cidades. Fernandes (2020), defende que todo o processo abolicionista não se orientou no sentido de converter o escravo em trabalhador livre, mas de mudar a organização do trabalho para permitir a substituição do trabalhador negro pelo branco.

O significado do trabalho para os trabalhadores negros e estrangeiros possui implicações diferenciadas. Para o imigrante, a vinda para o Brasil significava a oportunidade de iniciar uma nova vida na nova pátria, a possibilidade de uma vida que poderia elevar sua situação econômica a outro patamar. Já para o negro e para o mestiço, o trabalho convertia-se em um fim em si mesmo, para si mesmo, como se por meio do trabalho, provassem a liberdade e dignidade de si e de sua família, uma forma de inserção e aceitação social (Fernandes, 2020), além, é claro, de ser a única forma de subsistência, uma vez que a população negra não possuía nem bens, nem terras e nem meios de trabalho, o que tornava o assalariamento, majoritariamente, a única forma de sobrevivência possível.

A substituição do trabalho negro pelo trabalho branco foi amplamente sustentada pelo poder público. Após a abolição, não houve qualquer ação sistemática que visasse a introdução da população recém liberta nos diversos ramos do trabalho - nenhum incentivo ou suporte foi desenvolvido. Por outro lado, o Estado fomentou as correntes migratórias de estrangeiros para o Brasil, principalmente ao sudeste, dando assistência aos trabalhadores brancos recém-chegados por meio da concessão gratuita da passagem e da moradia, para que fossem direcionados principalmente aos latifúndios das principais regiões rurais do Sudeste (Mortara, 1947).

Importante reforçar que a respeito da abolição, tanto a ideologia abolicionista, quanto a indignação e revolta dos escravizados contrários à escravidão, foram movimentos capturados estrategicamente em função de interesses e fatores econômicos relacionados a dinâmica global do sistema capitalista, que naquele período transacionava para o trabalho assalariado como padrão mundial. Esse movimento pressionou as camadas conservadoras que direcionam os rumos do trabalho escravo no país, fazendo com que grandes proprietários de terra, latifundiários, aderissem à agenda capitalista.

Tanto os movimentos abolicionistas quanto as rebeliões nas senzalas trouxeram reivindicações essenciais e a muito tempo necessárias, somando-se e pressionando o “antigo regime”. Porém, o que fez com que de fato o processo abolicionista fosse encaminhado e depois consolidado por medidas jurídicas, administrativas e políticas foi a necessidade de

romper as barreiras que detinham o fluxo da mão de obra estrangeira, a desenvolvimento pleno do trabalho livre e os surtos progressistas da livre-iniciativa (Fernandes, 2020)

Com vários processos ocorrendo simultaneamente, a saber, abolição da escravidão, imigração estrangeira, crise do café e êxodo rural, as cidades começam a receber em massa trabalhadores vindos de todas as regiões do país. Os centros das cidades eram preferencialmente escolhidos pelo acesso ao trabalho e nesse contexto uma nova forma de moradia é inaugurada na realidade brasileira - o cortiço - que atendia tanto a imigrantes pobres quanto a população ex-escravizada e mestiça. Falando sobre esse processo, Kowarick escreveu:

O cortiço é a habitação mais antiga em São Paulo, ligada aos primórdios da industrialização-urbanização que se iniciou na última década do século XIX. São imigrantes inicialmente italianos que fazem a cidade crescer e ocupam os principais postos no nascente parque fabril: salários baixos, frequentemente deteriorados, jornada de trabalho de doze ou mais horas, trabalho noturno feminino e infantil, também na indústria têxtil, motor da economia por várias décadas do século XX (Kowarick, 2013, p. 49-77).

Nesse contexto, para imigrantes pobres, ex-escravizados e mestiços que buscavam nas cidades oportunidades de acesso ao trabalho, os cortiços e estalagens eram uma das opções de moradia mais viáveis. Os cortiços atendiam a demanda da população pobre pois apresentavam os menores preços de aluguel e estavam localizados em áreas centrais nas cidades, fato que era particularmente essencial uma vez que muitos postos de trabalho eram também em fábricas nos centros. Embora a localização fosse central, essas moradias ficaram conhecidas pelas condições precárias da infraestrutura dos locais. Nos centros das cidades casas para residência unifamiliar não eram a grande opção para as famílias pobres, pelo contrário, os cortiços eram a opção mais viável: “casas deste preço há muitas e quem mora nelas não são operários: são os pequenos empregados; os operários moram em cortiços” (Secretaria Municipal da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1916, p. 377).

Dessa forma, o cortiço era uma das opções mais acessadas pela população trabalhadora e pobre em muitas cidades brasileiras até as primeiras décadas do século XX, cedendo lugar às casas autoconstruídas nas periferias distantes, destituídas de infraestrutura, e mais recentemente, depois de 1970, substituídas pela favela, que se espalhou pelas fronteiras dos municípios brasileiros (Kowarick, 2013).

Pela posição geográfica em áreas de alto valor imobiliário e pela proximidade com as residências da elite, a tentativa de eliminação dos cortiços foi uma realidade desde seu surgimento. Falando especificamente sobre a cidade de São Paulo no final do século XIX, Kowarick (2013) aponta a existência de setenta cortiços no bairro de Santa Efigênia,

próximos a 300 metros de uma região de classes altas - Higienópolis e Avenida Paulista. A ideia de limpar e sanear as ruas surge desse contexto, uma vez que retirando as pessoas dos locais centrais, as camadas ricas não necessitariam de mais nenhum tipo de contato com a pobreza e com a desigualdade.

A imprensa do período denunciava as condições de vida nos cortiços, onde a incidência de doenças era alta, pela proximidade de pessoas em um ambiente pequeno e não arejado. Porém, a mesma imprensa noticiava “riscos de contaminação advindos da promiscuidade e sujeira nas moradias”, espalhando estigma e preconceito.

O pretexto da doença encobria o estigma e preconceito direcionados à população habitante dos conjuntos e responsabilizava os pobres pela sua própria condição de precariedade, dessa forma isentando o poder público de intervenções que visassem o bem-estar da população habitante dos cortiços.

Além do julgamento moral, o espriamento das doenças era uma ameaça às elites. Pela proximidade entre as moradias, as epidemias se espalhavam por toda parte, pressionando as classes altas a intervirem sobre a realidade de saúde dos bairros. Esse é um fato que marca a realidade das grandes cidades no mundo. Sobre esse processo, porém na Alemanha, Engels aponta:

As modernas ciências da natureza demonstraram que os chamados «bairros maus» onde os operários estão apinhados são os focos de todas as epidemias que de tempos a tempos afligem as nossas cidades. A cólera, o tifo e a febre tifoide, a varíola e outras doenças devastadoras espalham os seus germes no ar pestilento e na água contaminada destes bairros operários. Quase nunca de lá desaparecem, desenvolvendo-se, logo que as circunstâncias o permitem, em grandes epidemias e, ultrapassando então os seus focos, vão atingir também as partes da cidade mais arejadas e sadias habitadas pelos senhores capitalistas. A dominação dos capitalistas não pode permitir-se impunemente o prazer de gerar doenças epidêmicas entre a classe operária; as suas consequências recaem também sobre eles próprios e o anjo exterminador desencadeia a sua fúria entre os capitalistas de forma tão brutal como entre os operários. (Engels, 1873, p. 23)

Engels defende que, a partir do momento que as ciências da natureza descobrem a forma de transmissão das doenças por contato ou proximidade, as elites alteram seu posicionamento e discurso em defesa da "saúde do trabalhador" e de suas famílias. Iniciou-se um período de debates sobre a temática e de aprovação de leis com o fim de acabar com as fontes das epidemias. Foram investigadas as condições de habitação dos operários e inauguradas tentativas para remediar os riscos mais expoentes. Engels aponta que essa é uma das razões pelas quais a burguesia se abriu ao debate da moradia, pelo fato de a situação de saúde também oferecer risco às classes médias e altas.

No entanto, a questão da habitação nunca foi resolvida a partir das necessidades da classe trabalhadora. O que pretendia a elite não era a melhoria das condições de habitação e

saúde, mas a retirada dos pobres de sua proximidade. Importante pontuar que esse é um período onde os meios de transportes eram limitados, o que dificultava a locomoção de trabalhadores com residências distantes. No Brasil, o sistema de transporte baseado predominantemente no bonde até 1940, se contrapunha ao padrão expansivo de crescimento urbano, pois seus trajetos dependiam da passagem por áreas adensadas mais próximas dos centros das cidades, o que impedia o trabalhador urbano de morar em locais distantes, uma vez que a jornada de trabalho também era extensa se comparada a atualidade. A cidade se tornara então um mosaico de desigualdade, pobreza e riqueza concentradas nos mesmos limites geográficos. É justamente pela impossibilidade de permanecerem os trabalhadores nos centros das cidades que muitas empresas e fábricas disponibilizaram aos trabalhadores vilas e locais específicos para suas moradias, como uma forma de possibilitar ao operário a manutenção máxima de sua produtividade (Engels, 1873).

Engels (1873) sinaliza que para ser resolvida a questão da habitação precária a solução da burguesia sempre foi única, "a burguesia tem apenas um método para resolver à sua maneira a questão da habitação — isto é, resolvê-la de tal forma que a solução produza a questão sempre de novo. Este método chama-se Haussmann<sup>1</sup>" (Engels, 1873, p.41). Independente da justificativa, seja ela o risco a doenças, ou a ávida necessidade de embelezamento das cidades, ou até mesmo a valorização de áreas centrais onde residem as populações empobrecidas, "as vielas e becos mais escandalosos desaparecem ante grande autoglorificação da burguesia por esse êxito imediato mas... ressuscitam logo de novo em qualquer lugar e frequentemente na vizinhança imediata" (Engels, 1873, p.41). Nesse sentido, a problemática não é sanada, ela é apenas alterada geograficamente. Muda de um lugar mais visível para outro mais distante e longe da vista das elites. A questão não desaparece, ela é ocultada para outro lugar.

A grande questão é que graças à enorme expansão da cidade, cuja população urbana aumentou a passos cada vez mais largos desde 1930, bairros que eram ainda arejados e limpos, passam agora a ser espaços cheios de construções, sujos e tão superpovoados. A problemática se expande a níveis mais expoentes. No Brasil, reforçando esse fato, Maricato (2003) aponta que tanto a Proclamação da República, quanto à abolição da mão-de-obra escrava não superaram a hegemonia agrário-exportadora, o que viria acontecer apenas após a

---

<sup>1</sup> O "método Haussmann" está relacionado às abordagens e ao estilo de planejamento urbano implementado por Georges-Eugène Haussmann em Paris durante o século XIX. Sob a direção de Napoleão III, Haussmann implementou uma série de reformas urbanas que acabaram impactando diversas cidades no mundo todo.

revolução de 1930, sendo a partir daí o momento no qual o processo de urbanização/industrialização ganharia um novo ritmo.

Engels (1873) defende que a saída para a questão da habitação (a falta dela) não está na transmissão da propriedade da habitação para os operários, isto, nas condições que essa medida poderia ser feita dentro de uma sociedade capitalista. Sobre a falta da habitação, ele quer dizer a falta de um lugar digno de moradia, como descrito abaixo:

Aquilo que hoje se entende por falta de habitação é o agravamento particular que as más condições de habitação dos operários sofreram devido à repentina afluência da população às grandes cidades; é o aumento colossal dos alugueis, uma concentração ainda maior dos inquilinos em cada casa e, para alguns, a impossibilidade de em geral encontrar um alojamento. E esta falta de habitação só dá tanto que falar porque não se limita à classe operária, mas também atingiu a pequena burguesia. (Engels, 1873, p. 10)

Nesse sentido, a falta de habitação segura e acessível leva milhares de famílias ao redor do mundo a enfrentar diversas dificuldades que comprometem sua sobrevivência. Engels defende que a saída para essa problemática não reside em conceder a propriedade da terra aos trabalhadores, como propõem alguns teóricos burgueses de sua época. Na verdade, ele defende que essa proposta não ocorrerá, porque para a burguesia não é viável. Ele pontua que a falta de habitação é um produto necessário da forma burguesa de sociedade. Essa forma social não pode existir sem a falta de habitações, uma vez que como a grande massa trabalhadora depende exclusivamente de um salário e este é usado também e em grande parte para o pagamento de moradia, quando existem parcelas sem ter acesso à habitação, a pressão no mercado de trabalho aumenta – isto é, o exército industrial de reserva pressiona os salários para baixo. Mais trabalhadores almejam a entrada no mercado a fim de que suas necessidades sejam sanadas. Se por acaso esses trabalhadores já tivessem acesso à moradia, a pressão dos trabalhadores desempregados direcionada aos postos de trabalho diminuiria. Os salários, por consequência, seriam aumentados, o que de fato não é vantajoso para o capitalista. Por isso, até a falta de moradia possui uma função específica nesse sistema,

Numa sociedade assim, a falta de habitação não é nenhum acaso, é uma instituição necessária e, juntamente com as suas repercussões sobre a saúde, etc, só poderá ser eliminada quando toda a ordem social de que resulta for revolucionada pela base [...] a solução da questão da habitação não soluciona simultaneamente a questão social, mas só através da solução da questão social, i. e., da abolição do modo de produção capitalista, se torna simultaneamente possível a solução da questão da habitação. Querer resolver a questão da habitação e, ao mesmo tempo, manter as grandes cidades modernas é um contrassenso (Engels, 1873, p.25).

Engels aponta sua compreensão de que a solução da questão da habitação não passa por simples reajustes na ordem societária atual, mas na transformação total das relações

sociais que conformam nosso mundo. Apenas em outra sociedade essa questão poderia ser sanada de forma definitiva.

Voltando para o Brasil, Maricato (2000) aponta que na transição do final do século XIX e início do século XX iniciam-se uma série de reformas urbanas em diversas cidades brasileiras, o que a autora chama de “urbanismo moderno à moda da periferia”. Obras de saneamento básico e principalmente embelezamento paisagístico eram implementadas com a função de fomentar o mercado imobiliário, proporcionando a maior circulação de pessoas e mercadorias nas cidades.

Ao mesmo tempo, um amplo processo de “limpeza” das cidades era feito, a população pobre habitante de cortiços era expulsa para a periferia e morros das cidades. Cidades como Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro passaram por mudanças que conjugaram saneamento básico, embelezamento e expulsão. Sobre esse processo,

A expansão das grandes cidades modernas dá um valor artificial, colossalmente aumentado, ao solo em certas áreas, particularmente nas de localização central; os edifícios nelas construídos, em vez de aumentarem esse valor, fazendo antes descer, pois já não correspondem às condições alteradas; são demolidos e substituídos por outros. Isto acontece antes de tudo com habitações operárias localizadas no centro, cujos alugueres nunca ou então só com extrema lentidão ultrapassam um certo máximo, mesmo que as casas estejam superpovoadas em extremo. Elas são demolidas e em seu lugar constroem-se lojas, armazéns, edifícios públicos (Engels, 1873, p.11).

Essa expulsão também foi impulsionada pelo movimento higienista e eugenista nas cidades brasileiras. No Brasil, as primeiras décadas do século XX foram marcadas por um amplo debate em torno da reconstrução da identidade nacional, em meio a um quadro sanitário extremamente precário, tanto em zonas urbanas quanto em zonas rurais. “A imagem de um povo doente, que condenava o país ao atraso, poderia ser recuperada através de ações de higiene e saneamento, fundadas nas novíssimas descobertas da microbiologia e da bacteriologia” (Boarini, 2003, p.45).

A autora aponta a forma como esse processo se deu em uma das maiores cidades do Brasil – o Rio de Janeiro:

No governo municipal de Pereira Passos, iniciou-se um verdadeiro ‘bota abaixo’, principalmente no centro do Rio de Janeiro, enquanto ruas eram alargadas, construções supervisionadas, assoalhos trocados e abertas janelas nas paredes escuras dos quartos. O povo estava descontente, pois muitos cortiços foram destruídos e seus habitantes tiveram de mudar-se para regiões muito mais distantes de seus locais de trabalho. Após nove meses, cerca de 614 prédios haviam sido demolidos; em outubro de 1904, “a população carioca estava aturdida. Toneladas de pedra amontoavam-se no porto, o centro parecia área bombardeada, e Oswaldo Cruz vacinava todo mundo (Boarini, 2003, p.57)

A autora sinaliza que embora a higiene fosse imprescindível para a manutenção da saúde física, tanto individual quanto coletiva, o movimento higienista teve um caráter fortemente ideológico – propondo soluções fundamentadas no saber da ciência da natureza para problemas de caráter político-social. Com o aparecimento das doenças nos grandes centros, a combinação doença-pobreza foi se constituindo em terreno fértil para o surgimento do mito: a pobreza passou a ser a causa da doença.

Dessa forma, os teóricos do higienismo e eugenia defendiam que a grandiosidade e o fortalecimento da nação estavam diretamente relacionados à perfeição física e moral do seu povo. As contradições sociais, sob esta ótica, são explicadas e devem ser controladas como qualquer outro fenômeno da natureza. A partir dessas propostas, vai se configurando uma nítida confusão entre determinação biológica e a construção histórica social da humanidade (Boarini, 2003). É a partir dessa base que são lançadas as explicações naturais para as desigualdades sociais – é a etnia do indivíduo que fundamenta a sua condição social. As diferenças de etnia passam a ser entendidas como sinais da própria natureza para indicar a superioridade ou inferioridade entre as classes sociais e, em consequência, o domínio de uma classe sobre a outra.

Através da explicação racial e hereditária, de inferioridade e superioridade “inatas”, explicavam-se, todavia, todas as diferenças sociais, justificando-se a oposição entre a miséria de uma classe e as vantagens de outra. Nesta perspectiva, explicavam-se também, através das características naturais dos homens (leiam-se hereditárias), os chamados “males sociais” e demais problemas de saúde, por todos reconhecidos e tão amplamente discutidos, negando-se, assim, as contradições da sociedade capitalista presentes na gênese desses males (Boarini, 2003, p.60).

Como a problemática social era compreendida a partir de aptidões e faltas naturais, o indivíduo pobre era unilateralmente responsabilizado pela sua saúde e condição de pobreza. “Nega-se que a natureza do indivíduo é vulnerável às condições precárias vividas socialmente. Nega-se o fato de que a viabilização da higiene não é apenas uma questão de desejo particular de cada um. Nega-se a diferença de recursos dos diferentes segmentos da sociedade” (Boarini, 2003, p.36), nega-se a diferença entre classes sociais.

O resultado desse processo é que os operários e trabalhadores foram sendo empurrados do centro das cidades para os arredores - numa clara tentativa de invisibilização dessa população. Uma verdadeira "seleção" de indivíduos que supostamente deveriam viver na cidade "legal" e indivíduos que deveriam ser relegados à sua própria sorte.

Além disso, as habitações operárias e as habitações pequenas em geral se tornaram raras e caras, forçando os trabalhadores, quando já não expulsos pela polícia higienista, a

deixarem seus locais originais. Veremos esse processo mais esmiuçadamente nos próximos tópicos.

De acordo com Villaça (2001), a segregação é produzida como dominação desigual do espaço urbano, fazendo dos territórios nas cidades o reflexo dessa conformação das classes sociais desiguais. A segregação na cidade produz tanto o desenvolvimento e a apropriação desigual do território, como dos seus recursos, fazendo com que a cidade se constitua de espaços, locais e equipamentos que ratificam e evidenciam as desigualdades econômicas e sociais (Farage, 2014, pg.87). Por isso, por mais que a riqueza seja produzida pelos trabalhadores na cidade, ela é apropriada de forma privada e desigual, criando territórios onde os trabalhadores não têm permissão para habitar e se reproduzir, como os centros.

Dessa forma, a cidade não é fruto de um processo natural e neutro de desenvolvimento industrial e urbano, mas sim fruto das necessidades do desenvolvimento capitalista, de suas contradições e de sua lógica de organização (Farage, 2014).

Falando sobre as cidades e sua função econômica, Harvey (2014) aponta que os resultados da crescente polarização de riquezas e poder estão intrinsecamente relacionados com a forma de organização espacial das cidades, que cada vez mais se constituem de fragmentos fortificados, espaços murados e locais públicos sob vigilância constante. Dessa forma, a necessidade de valorização das cidades com vistas ao acúmulo de riquezas impacta na segregação e expulsão de parcelas populacionais desde aquele período.

O autor explica que o capitalismo se fundamenta na eterna busca de mais-valia, porém para produzi-la é necessário ampliar a produção de excedentes, isto é, de capital. Nesse sentido, o capitalismo necessita da urbanização para absorver o excedente produzido, para que lucro seja gerado, e para que mais excedente seja produzido e reinvestido, a fim de que a acumulação de mais-valia seja exponenciada, esse processo é um ciclo de produção e reinvestimento visando a máxima de lucros. O autor coloca então que as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção, por isso, a urbanização é um fenômeno de classe, e sua função é absorver o excedente de produção que o capitalismo nunca deixa de produzir.

Para Harvey (2014), a terra não é uma mercadoria no sentido concreto do termo, mas é "uma forma fictícia de capital que deriva das expectativas de futuros alugueis" (Harvey, 2014, p. 70). Por isso, o espaço urbano passa então a ser uma condição essencial para o desenvolvimento capitalista industrial (Lefebvre, 2011), porque ele proporciona o escoamento de mercadorias e o reinvestimento em capital, a fim de gerar mais lucro.

Harvey resume com objetividade que "a urbanização nada mais é do que a incessante produção de um comum urbano e sua eterna apropriação e destruição por interesses privados" (2014, p. 156), isto é, a urbanização proporciona, por meio do trabalho coletivo nos centros, a criação de bens e valores que são apropriados individualmente, sendo que, nesse contexto a principal forma de sua apropriação é por meio do trabalho coletivo, da apropriação de terras e do aluguel de propriedades nas cidades (Harvey, 2014).

Com as expulsões dos centros a população pobre se vê direcionada a habitar morros, encostas e locais periféricos. É justamente esse processo que dá origem, mais a frente, às favelas no Brasil.

#### 1.4 Formação e expansão de favelas: políticas habitacionais e suas repercussões no século XX

Segundo Maricato (2003) a formação e desenvolvimento das favelas no Brasil acompanhou o espraiamento da urbanização brasileira, esse processo relaciona-se intrinsecamente à crescente industrialização iniciada em meados do século XX. A questão da moradia é colocada no panorama histórico brasileiro com a emergência do trabalho livre, uma vez que nesse momento o trabalhador recebe em troca do seu trabalho apenas o salário, e não mais reside com o empregador. No entanto, em países periféricos como o Brasil, com salários reduzidos e baixa incidência de trabalho formal, a possibilidade de compra legal de propriedade se tornou muito onerosa para o trabalhador nacional. A saída para a grande maioria de trabalhadores é a ocupação ilegal do território. Maricato (2003) aponta que a essência das ocupações ilegais está na ausência de políticas públicas que garantam o acesso ao mercado legal de habitações, gerando um déficit de alternativas habitacionais que de fato poderiam beneficiar as faixas de renda mais baixas.

Fazendo uma análise histórica sobre o processo de favelização, embora as habitações urbanas precárias já existissem desde o período colonial, no Brasil, a referência aos assentamentos denominados “favelas” começam a surgir de forma mais aparente nas grandes cidades brasileiras da década de 1940, embora desde o começo do século já houvesse indícios da existência de favelas, como ocorreu no caso do Rio de Janeiro (Maricato, 2003)

Até aquele momento, como sinalizamos no tópico anterior, a forma de moradia das faixas com menores rendas se concentrava majoritariamente em cortiços, estalagens ou casas de cômodos. Porém, com a migração estrangeira, o êxodo rural, o crescimento populacional e a urbanização, as cidades entraram em um momento de crise urbana e déficit habitacional. As cidades daquele período ainda não possuíam infraestrutura para receber o contingente

populacional que chegava em seus territórios. De igual forma, grande parte da população recém alojada nas áreas urbanas não possuía meios próprios que pudessem garantir o acesso à moradia de qualidade, eram famílias com trabalhos precários e mal remunerados. Somando essas condições ao fato de que o Estado não interveio a partir de nenhuma ação que pudesse minimizar os desafios enfrentados pelas menores faixas de renda (Maricato, 2003).

Com a elevada procura de moradia nas regiões centrais, os quintais e terrenos livres deram lugar a pequenas casas e as antigas residências foram subdivididas em cômodos. Nesse sistema, os proprietários ou empreendiam alterações nas suas residências com vistas ao aluguel das mesmas ou negociavam parte de seus imóveis (terreos, sobrados e quintais) a terceiros para a construção de casas pequenas ou para a subdivisão das existentes. Em sua grande maioria, os proprietários pertenciam à nobreza, e os arrendatários eram pequenos comerciantes, geralmente portugueses, que produziam pequenas moradias e comércio, como tavernas (Maricato, 2003). Os alugueis eram, em geral, exorbitantes e os rendimentos altos. Construir habitações coletivas tornou-se uma prática comum entre os proprietários e arrendatários de imóveis (Vaz, p.56, 1994).

Vaz (1994) explica que o uso da palavra cortiço para caracterizar as habitações coletivas tem relação com a associação que se fazia entre as estalagens e as colmeias de abelhas. "O cortiço é um tipo de caixa cilíndrica, de cortiça, usada como abrigo das abelhas no processo de produção de mel" (Vaz, p.57, 1994). Segundo a autora, a grande densidade de ocupantes, os seus minúsculos compartimentos e os ruídos decorrentes eram os aspectos mais relevantes dessa relação (habitação/colmeia).

A respeito de um dos cortiços mais conhecidos no Rio de Janeiro e o maior cortiço da época, o "cabeça de porco", estimativas mencionam que ele pode ter abrigado até 4.000 pessoas (Maricato, 2003). Segundo Vaz (1994), o poder público sancionou várias medidas de desmanche do cortiço devido a condições de higiene, o que acarretou na sua demolição definitiva. Para a população que habitava o "cabeça de porco", após a destruição do cortiço, há indícios de que foram construídos barracões no Morro da Providência, localizado próximo a essa região, onde pelo menos um dos proprietários do cortiço possuía terrenos no morro e, mediante pagamento dos inquilinos, iniciou a construção de edificações na localidade. A primeira favela do Rio de Janeiro é datada de 1897, para grande parte dos estudiosos, o Morro da Providência é considerado a primeira experiência (Maricato, 2003; Vaz, 1994).

Assim, o cortiço pode ser considerado a "semente da favela" (Vaz, 1994). A história desse cortiço específico traz indícios de que as ações do poder público geraram a expulsão dos habitantes do território, causando a sua realocação para os morros. Além dessa ação, outras

mais foram realizadas pelo poder público com o intuito de retirar os pobres dos centros. Na verdade, os cortiços foram formalmente proibidos pela legislação, já no final do século XIX, assim como também foram objeto de programas de erradicação (Cardoso, 2006). Uma dessas ações no Rio de Janeiro, já durante a primeira década do século, ficou conhecida como "Bota abaixo", visando o "saneamento" e "urbanismo da cidade".

O cortiço, ao se localizar em áreas onde o preço da terra seria normalmente mais alto, mas por razões conjunturais, naquele momento, não eram utilizados em sua totalidade pelas classes altas, cria uma situação conflituosa em relação a ocupação da terra, uma vez que quando a população de trabalhadores pobres ocupa áreas valorizadas, as classes de renda mais altas pressionam o Estado para mudanças. É justamente buscando solucionar esse conflito que o poder público lança projetos de renovação urbana buscando redirecionar os terrenos centrais e bem localizados à elite (Bonduki; Rolnik, 1979). A permanência dos trabalhadores nesses locais carrega uma conotação de ilegalidade, como se fossem regiões que não pertencessem às faixas mais pobres da população, discurso que é sustentado pelo Estado.

Esse processo também se dá na favela, quando terrenos muito valorizados são requeridos pelo Estado ou pela iniciativa privada, gerando despejos e a venda de imóveis a preços irrisórios. Nesses casos, existe uma pressão tanto física e objetiva, quanto ideológica, que traz a ideia de que certos lugares não devem ser habitados pelos pobres, impactando na realocação de indivíduos abruptamente.

De toda forma, a política governamental que congelou o crescimento das favelas, procurando impedir o surgimento de novos núcleos e o adensamento dos já existentes, destruindo muitos aglomerados e permitindo que o proprietário privado o fizesse impunemente, criou entre os favelados uma "consciência de proibição": é a condição de estar numa situação ilegal de moradia que significa a eventualidade sempre presente de ser obrigado a abandonar a favela de um momento para outro (Kowarick, 1979, p. 91)

Nesse sentido, a cidade vai sendo formada por uma série de espaços segregados, dentre os quais uma determinada parcela da população não é bem-vinda, mesmo que seja para permanecer próxima aos postos de trabalho. Isso se dá também porque os territórios centrais nas cidades são potenciais geradores de lucro para empresas e possíveis compradores. A cidade, e principalmente as áreas centrais, possibilitam a reprodução do desenvolvimento capitalista, onde o excedente de produção é direcionado às elites. Possui como agente central de seu processo de conformação o poder público, direcionado por interesses privados (Farage, 2014). É o Estado quem dita onde as faixas populacionais podem ou não habitar, é ele mesmo que orientou a retirada dos pobres dos centros das grandes cidades, transferindo a problemática habitacional para áreas mais afastadas e distantes.

Na falta de outras opções de moradia, a população de baixa renda, na maioria das cidades brasileiras, sobe os morros ou ocupa as áreas de mangues e alagados, pouco valorizadas pelo mercado fundiário incipiente (Cardoso, 2006). Sobre esse processo na cidade do Rio de Janeiro, Farage ressalta:

Os morros ao entorno do centro da capital passam a ser a maneira mais viável dos trabalhadores residirem. Removidos dos cortiços e de casas precárias por conta do processo de urbanização promovida pela reforma, os trabalhadores, na busca de se alojarem próximos ao seu local de trabalho e das possibilidades de trabalho, passam a ocupar os morros da Providência, Santo Antônio, São Carlos etc. O adensamento de construções precárias, com sobras dos escombros e utilização de telhas de zinco, marcavam desde 1897 as habitações do Morro da Providência, conhecido como Morro da Favela, e que passa a ser reconhecido nos demais morros da cidade, transformando o nome próprio deste morro em substantivo, que passa a designar essas moradias como “favelas” (Farage, p.94, 2014).

A intensificação do processo de favelização traz à tona o dualismo da cidade, a noção de que existem duas cidades dentro de um mesmo território, uma delas constituída por favelas e áreas periféricas e a outra constituída por regiões menos pauperizadas. Porém, é fundamental pontuar que um território não existe sem o outro. A condição para que a riqueza acumulada em determinados territórios exista é a ausência de recursos nos demais territórios, essa é justamente a contradição na sociedade de classes. Dessa forma, as favelas de modo algum são áreas desconectadas à realidade das cidades, são áreas que fazem parte da cidade e por isso precisam ser consideradas pelas políticas urbanas. Por vezes, caracterizadas como “aglomerados subnormais” e conceituadas a partir das ausências (na segurança, saúde, habitação segura, etc), a imagem social das favelas passa a ser desenhada pelo que possuem de defasagem, de negativo. Essa visão se estende e conforma também a maneira como os moradores são vistos socialmente, reforçando estereótipos e estigmas que pairam sobre esses espaços e seus habitantes.

Voltando a formação sócio histórica das favelas no Brasil, como sinalizamos, seu processo de formação acompanhou a urbanização das cidades brasileiras. Apontamos que já a partir do início do século, mas, especificamente a partir de 1940, as grandes cidades do Brasil iniciaram o processo de surgimento e consolidação das favelas.

Faremos agora um resgate histórico, em termos quantitativos, a respeito do crescimento e abrangência das favelas no Brasil a partir de dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde os primeiros anos de coleta. Veremos que os primeiros dados sobre favelas não são produzidos com homogeneidade por todo o território nacional, com exceção de algumas cidades. No Rio de Janeiro, por exemplo, houve um primeiro censo, que embora com muitas fragilidades, possibilitou o recenseamento inicial da

população em 1948, 1950 e 1960. Segundo o censo do IBGE, a população habitante de favelas no Rio de Janeiro durante esse período foi de, respectivamente, 138.837; 169.305; 335.063, em número de habitantes.

Além da coleta de dados sobre favelas não ter ocorrido de forma universal e sistemática no país, o crescimento das mesmas foi interrompido em alguns períodos, uma vez que foram criadas políticas de erradicação das mesmas datadas desde o início do século, tópico que abordaremos mais adiante. Mas, ainda assim, se olharmos para os dados do Rio de Janeiro, por exemplo, veremos um crescimento ascendente entre as décadas.

Se tomarmos as taxas de urbanização do Brasil no século XX, veremos que até a década de 1930, quase 70% da população brasileira ainda vivia na área rural. Essa realidade começa a se alterar, devido a razões que já trabalhamos anteriormente, a saber, a emergência do trabalho livre, a imigração estrangeira, o êxodo rural e o crescimento da industrialização no país. Porém, a partir de 1960 as taxas de urbanização progredem rapidamente, em 1960, 45% da população brasileira vivia em áreas urbanas, em 1970, 56% da população está nas áreas urbanas. A tendência segue para 1980 e 1990, que no período contavam com uma população urbana de respectivamente 66% e 74% do total de habitantes nas cidades (IBGE, 2000).

Maricato (1996) aponta que, uma marca fundamental do processo de urbanização sob a "industrialização com baixos salários" é a constituição de um mercado de moradias restrito e concentrado onde grande parte da população urbana brasileira não tem condições de comprar a moradia no mercado privado legal, o que acarreta a ocupação ilegal da terra.

Sobre os dados nacionais relacionados a favelas, embora o IBGE tenha realizado censos demográficos a partir de 1950, nenhuma nomenclatura relacionada à "Favelas", "Aglomerados" ou qualquer outro termo relacionado a esse tipo de habitação foi encontrada nos censos de 1950 e 1960. Efetivamente, o primeiro levantamento sobre favelas data desse período, porém, foi realizado apenas em 1948, e somente no Rio de Janeiro, capital federal. Os levantamentos relacionados ao território nacional eram muito desiguais do ponto de vista geográfico, nas publicações para São Paulo, por exemplo, apenas em 1980 dados específicos sobre favelas apareceram (Pasternack; Ottaviano, 2016).

A tendência segue para as próximas décadas, e dados relacionados a favelas não são coletados. De acordo com o censo de 1960, o termo "cortiço" aparece, porém, a análise quantitativa do fenômeno não é indicada nos relatórios, a única menção a esse tipo de habitação segue a seguir: "as casas de cômodos (cabeça-de-porco, cortiço, etc.) foram assemelhadas a edifícios de apartamentos, considerando-se cada unidade residencial como um

domicílio particular" (IBGE, p. 19, 1960). Esse fato é importante porque ele mostra a fragilidade dos dados, não são objetivos e claros, uma vez que "edifícios de apartamentos" ou "domicílios particulares" são termos genéricos, podendo ser utilizados para a descrição de uma ampla gama de moradias.

Já no censo de 1970 os termos "Favela", "Aglomerados urbanos excepcionais", "Mocambos" e "Alagados" aparecem, também de forma breve no relatório. Nesse documento, embora o termo favela tenha sido utilizado, apenas uma vez, a descrição e conceituação do mesmo não é clara. A classificação dos domicílios segue o padrão de imprecisão:

Classificaram-se os domicílios, segundo o Tipo de construção, em Permanentes, assim considerados os construídos para fins residenciais; e improvisados, os que não atendiam à referida condição, embora servissem de moradia na data do Censo, tais como estabelecimentos comerciais, industriais, templos (desde que não possuíssem dependências destinadas exclusivamente a moradia), embarcações, carroças, vagões de estrada de ferro, tendas, barracas, grutas, etc., (IBGE, p.36, 1970).

Nesse censo, ainda que os "aglomerados urbanos" sejam citados, também não existe qualquer menção quantitativa a eles. Fazendo uma análise, o que esses resultados mostram é uma generalização expoente, não sendo possível obter dados precisos sobre a população que morava em favelas a partir do Censo.

O relatório de 1980 também faz menção a favelas, agora a partir de outra nomenclatura, os "aglomerados espaciais urbanos":

Atendendo aos propósitos de utilização posterior para realização de levantamentos por amostra, foram instituídos setores especiais, que correspondem aos domicílios coletivos com capacidade de alojamento para mais de 50 pessoas (hotéis, asilos, acampamentos, quartéis, etc.), *aglomerados espaciais urbanos* (favelas, mocambos, alagados, etc.) e aldeamentos indígenas (IBGE, 1983, p.5).

O censo deste período mostrou que 1,89% da população brasileira morava em favelas no Brasil. Esses dados foram apresentados ainda com muitas controvérsias, devido à metodologia utilizada pelo IBGE na medição e, devido ainda, à dificuldade de classificar corretamente muitos dos núcleos de favelas sem a devida pesquisa nos cadastros fundiários municipais. A falta de dados precisos sobre o processo de favelização revela, em si, uma problemática, que aponta para a ocultação do fenômeno (Maricato, 1996). Sobre essa questão, a autora citada apresenta que o número da população moradora de favelas tende a ser bem maior do que os números divulgados pelos dados do IBGE, como cita no trecho a seguir,

Com bastante certeza podemos dizer que o número da população moradora em favelas é bem maior do que o medido pelo IBGE. A evidência é fornecida por poucos cadastros municipais atualizados e algumas teses acadêmicas. No município de São Paulo, por exemplo, segundo a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, a população de favelas representava perto de 1,0% em 1973. Já no final da década seguinte, em 1980

essa proporção era de 8,0% e, em 1993, 19,4%. Constata-se um crescimento de 17,8% ao ano entre 1973 e 1993. Atualmente, de cada cinco paulistanos, um mora em favela, praticamente (Maricato, 1996, p.15)

Essa subnotificação possui relação, também, com a compreensão do termo "favela". Nesse trabalho, adotados a compreensão que entende favela como local onde a situação da moradia se dá a partir da ocupação ilegal do solo, não tendo como base exclusivamente a baixa qualidade da moradia. Nesse sentido, não possuindo o direito legal sobre a terra ocupada, a população moradora de favelas vive em constante risco de despejo, a qualquer momento. É justamente a marca da ilegalidade e a consequente ausência de direitos que conformam o estigma e preconceito direcionados às áreas ocupadas por favelas. Essa ilegalidade implica em uma exclusão urbana e social, materializada na defasagem de infraestrutura e serviços básicos nesses territórios, mas, também, materializada no preconceito que constroi a imagem do morador da favela como criminoso, preguiçoso e dado a relações ilegais.

Esse estigma influencia enormemente a reprodução cotidiana desses sujeitos, visto que, essa é a faixa da população que possui mais dificuldades de se alocar em trabalhos formais, é a população com índices educacionais mais defasados, enfrentando cotidianamente desafios que afetam a sua reprodução, "o solo ilegal parece constituir a base para uma vida ilegal e esquecida pelos direitos e benefícios urbanos. É ali, também, que os moradores estão mais sujeitos à violência, que é medida em número de homicídios" (Maricato, 1996, p.3).

Importante pontuar que, embora a grande parcela de habitantes de favelas possua desafios pontuais na reprodução de suas condições de subsistência, existe também uma parcela que, embora tenha empregos formais, não consegue arcar com os custos do mercado imobiliário nas grandes cidades, por isso recorrendo a habitação no território das periferias. Na história da industrialização brasileira, "trabalhadores do setor secundário e até mesmo da indústria fordista brasileira foram excluídos do mercado imobiliário privado e, frequentemente, buscaram a favela como forma de moradia" (Maricato, 2003, p.153), trata-se do "produtivo excluído", resultado da urbanização por baixos salários.

A partir do Censo de 1991, o IBGE passou a adotar o conceito de "aglomerado subnormal", abarcando favelas, ocupações, grotas, baixadas, entre outros. Foi apenas nesse Censo Demográfico que os dados relativos às favelas foram levantados de maneira homogênea e mais precisa por todo o país. No período havia mais de 5 milhões de pessoas vivendo em "aglomerados subnormais", com um total de 3.187 domicílios nessa condição. Os dados para a década de 1990 são extremamente importantes, uma vez que mostram que o

crescimento da população moradora de favelas, nesse período, é superior, se comparado ao crescimento da população urbana, como mostra o Censo (IBGE, 1991).

Em 2000, o IBGE fez outro censo concluindo que 6,5 milhões de brasileiros viviam em "aglomerados subnormais", em 3.906 assentamentos. Esse número é duplicado no Censo de 2010, mostrando que a quantidade de brasileiros vivendo nessas condições passou para 11,4 milhões naquele período, uma duplicação em aproximadamente 10 anos. Em 2010, os 11,4 milhões de brasileiros estavam distribuídos em 6.329 aglomerados subnormais situados em 323 municípios; 88% desses domicílios estão concentrados em 20 grandes cidades (Pasternack; Ottaviano, 2016).

No último censo em 2022, os dados revelam que o Brasil possui mais de 10 mil favelas e comunidades urbanas, em que vivem 16,6 milhões de pessoas (8% da população brasileira total) (IBGE, 2024).

Ainda que os dados sobre o surgimento das favelas no Brasil não tenham sido coletados de forma homogênea, existiram processos sociais que conformaram a expansão das mesmas no território brasileiro. É justamente esse movimento que apontaremos a seguir, iniciando a análise a partir dos anos 1930.

Antes do Estado Novo, de acordo com Gap (1985), as iniciativas de intervenção habitacional nos governos da República Velha (1889-1930) eram praticamente nulas, tanto com relação à regulamentação do mercado de locação residencial, quanto na produção de habitação social. Nesse período, a lógica que orientava as intervenções do Estado apontou para um fortalecimento do setor privado de construções, dado que, a partir dos estímulos e incentivos públicos, vilas operárias foram construídas pelos próprios industriais para seus empregados (Bonduki, 1994). As vilas operárias eram conjuntos de casas construídas pelas indústrias no período para alojarem os trabalhadores das respectivas fábricas. Esses locais eram alugados ou oferecidos gratuitamente aos operários e são considerados os primeiros empreendimentos habitacionais de grande impacto no país.

A tendência do Estado e da elite dominante durante a República Velha sempre foi considerar as vilas operárias como uma iniciativa modelar a ser da, pois garantia condições dignas de moradia, superando a insalubridade dos cortiços, sem exigir a intervenção do poder público, e, ainda, proporcionando um controle ideológico, político e moral aos trabalhadores, muito bem visto frente ao sempre presente temor de uma revolta operária (Bonduki, 1994, p.716).

Para Bonduki (1994), as décadas de 1930 e 1940 marcam o período em que o Estado brasileiro passa a intervir sobre a questão habitacional no país, reconhecendo-a como questão social e iniciando uma política habitacional. O autor aponta também que é justamente no Governo Vargas (1930-1954) que o "Estado brasileiro passa a intervir tanto no processo de

produção, como no mercado de alugueis, abandonando a postura de deixar a questão da construção, comercialização, financiamento e locação habitacional às "livres forças do mercado" (Bonduki, 1994, p.711).

A alteração no trato com a questão habitacional se consolidou como uma estratégia mais ampla de impulsionar a formação e fortalecimento de uma sociedade de cunho urbano-industrial capitalista no país, mediante forte intervenção estatal na economia. Dentre as medidas mais importantes do período Vargas relacionadas à questão habitacional estão: a Lei do Inquilinato, que congelou o preço dos alugueis em 1942; a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência, juntamente com a inauguração da Fundação Casa Popular, ambos deram início à produção estatal de moradias subsidiadas e por fim, iniciativas como o Decreto-Lei n.º 58, que regulamentou a venda de lotes urbanos a prestações (Bonduki, 1994).

A partir da tentativa de viabilizar uma maior acumulação de capital no setor urbano e da necessidade de legitimidade para governar, Vargas incorpora uma série de medidas populares nas suas ações governamentais, fato que impactará na alteração com o trato habitacional.

A necessidade de impulsionar uma política dirigida aos trabalhadores passa a ser uma exigência tanto para firmar a solução de compromisso com as massas como para montar uma estratégia de desenvolvimento econômico baseado na indústria e que requeria a definição de um horizonte de cálculo para os encargos trabalhistas das empresas capitalistas, até então deixados ao livre jogo do mercado (Bonduki, 1994, p. 717)

Bonduki (1994) aponta que seria equivocado considerar que o governo Vargas e os que lhe seguiram chegaram a formular uma política habitacional articulada e coerente. A criação em 1946 da Fundação Casa Popular (FCP) é o melhor exemplo dessa ausência de política. O FCP foi o primeiro órgão Nacional que marcou a principal política habitacional do Estado Novo, com vistas à produção de residências para financiamento. Sua criação funcionou como uma resposta ao contexto de greves e mobilizações trabalhistas e ao crescimento do Partido Comunista Brasileiro. No entanto, as ações propostas pela fundação possuíam muita generalidade, com objetivos que não eram concretamente passíveis de realização. Além da fragilidade das propostas, a Fundação possuía carência de recursos e suas ações estavam em desarticulação com outros órgãos importantes para o trato com a questão. Dessa forma, a intervenção dos governos do período foi pulverizada e atomizada, longe, portanto, de constituir efetivamente uma política, "o Estado brasileiro assume o problema da

habitação como uma questão social; as iniciativas tomadas, no entanto, são desarticuladas, posto que emanadas de diferentes órgãos e interesses políticos" (p.719).

A implementação da FCP, contudo, foi mais efetiva na década de 1950. Mediante ao grande avanço da indústria brasileira, o governo JK fortalece a Fundação, “que vive seu período mais dinâmico, com mais investimentos e maior número de unidades habitacionais construídas” (Motta, 2014, p. 3). Com relação à produção de conjuntos habitacionais, o Estado assume a promoção, financiamento e construção de habitações sociais. Isso porque, de acordo com Bonduki (1994), esse é um período onde a iniciativa privada não lançava mão de seus empreendimentos para as faixas de renda mais baixas justificando ser financeiramente inviável fazê-lo. A ideia propagada era de que a questão da habitação dos trabalhadores não deveria ser enfrentada através do livre jogo do mercado, mas que era indispensável a intervenção do Estado. Nesse contexto, o Estado assume a produção, majoritariamente destinada às classes médias, além de financiar outras aplicações de alta lucratividade. Sobre a expressão quantitativa dessa produção:

A expressão quantitativa da produção destes organismos, embora reduzida frente às necessidades de moradia da população urbana brasileira, está longe de ser desprezível, como muitas vezes tem se afirmado. Principalmente no período de maior intensidade das atividades das carteiras prediais dos IAPs (1950), a produção estatal de habitação é bastante significativa, chegando, no distrito federal (Rio de Janeiro), a representar cerca de 25% do total de imóveis licenciados nesse período (Bonduki, 1994, p. 725).

Fazendo um balanço da produção do período, especialmente nos anos 40 e 50, mais de 140.000 unidades habitacionais foram concluídas, incluindo a ação da IAPs e FCP, alcançando quase 1 milhão de pessoas nas grandes cidades. Porém, muitas críticas a esse modelo de gestão foram feitas, dado que a população mais pobre não possuía meios de realizar o financiamento das residências. Em sua grande maioria, as parcelas populacionais que possuíam meios para realizar pagamentos em troca de moradia, buscavam por alugueis nos centros das cidades que fossem acessíveis financeiramente e consoante ao salário das fábricas (Mello, 1985).

Esse momento histórico foi marcado por grande desigualdade. Os financiamentos eram destinados em sua maioria à classe média emergente, ao passo que as alternativas de moradia para camadas mais pobres continuavam restritas às ocupações ilegais na periferia (Motta, 2014). Nesse contexto, os problemas relacionados à escassez de moradia ou as suas condições precárias persistem, uma vez que o Estado direcionava suas propostas habitacionais com vistas ao aquecimento da economia e a encargo do setor privado.

Com as intervenções do Estado majoritariamente direcionadas à classe média e com as ordens de despejo cada vez mais frequentes, para os milhares de trabalhadores pobres encontrar uma moradia digna a um custo compatível com os salários tornou-se inviável. Assim, o que o Brasil presencia naquele contexto é a expansão das alternativas habitacionais baseadas na redução do pagamento regular e mensal de moradia: a favela e a casa própria, auto empreendida, em loteamentos periféricos carentes de infraestrutura urbana (Bonduki, 1994).

De acordo com o autor, as primeiras favelas de São Paulo e a intensificação do crescimento das favelas no Rio de Janeiro "ocorrem exatamente nesta conjuntura, nos primeiros anos da década de 40, ocupando terrenos públicos e abrigando famílias despejadas ou migrantes recém-chegados" (p.729). Porém, tanto em São Paulo, quanto em outras cidades brasileiras a expansão mais expressiva do número de moradias em favelas não se deu até a década de 1970, isso em decorrência da possibilidade da construção da casa própria em loteamentos periféricos, ainda não considerados favelas.

Durante o governo Vargas e os outros que o seguiram não houve, efetivamente, uma política habitacional ampla que enfrentasse a problemática habitacional, especialmente para as faixas mais pobres da população. O resultado desse processo é a saída cada vez maior dos pobres residentes em regiões centrais, dado que, como vimos, uma ampla iniciativa de demolição dos cortiços foi iniciada pelo Estado. Sem a possibilidade de permanecer nos cortiços e sem condições de pagar altos alugueis, a saída viável é a realocação para lugares mais distantes, onde a especulação imobiliária ainda não atua com tanta incidência.

Nesse período, o Estado intervém também no mercado de alugueis através da Lei do Inquilinato (1942), que prevê o congelamento dos valores de aluguel. A estratégia estatal buscou dar estabilidade ao valor das moradias a fim de beneficiar as famílias que estavam nessa situação. Porém a médio prazo essa alteração se mostrou prejudicial, gerando uma crise. Tanto a iniciativa privada, quanto os grandes investidores, reduziram drasticamente a construção de casas de aluguel, aumentando de forma exponencial a carência de habitações nas grandes cidades brasileiras, processo que impacta a elevação do preço dos alugueis (para as residências que ainda estavam disponíveis à locação), gerando uma migração para outras áreas mais acessíveis em termos financeiros e de custeio.

O decreto de 1942 congelou por dois anos todos os alugueis pelos valores de dezembro de 1941. Os proprietários passaram, assim, a ter rendimentos reais declinantes, sendo fortemente penalizados numa economia crescentemente inflacionada. Sem instrumentos legais para aumentar os alugueis, o jeito passou a ser despejar os inquilinos para, na nova situação, elevar os valores locativos, alterar a destinação dos imóveis ou mesmo renovar a construção (Bonduki, 1994, p. 722).

Bonduki (1994) sinaliza que o congelamento dos alugueis beneficiou apenas quem já estava com os contratos em andamento, porém, aqueles que procuravam por moradias encontraram dificuldades, "os proprietários vão utilizar todos os expedientes possíveis para elevar os rendimentos de suas casas de aluguel ou reaver seus imóveis, recuperando assim o direito pleno de propriedade" (p.721). Além disso, a carência de habitações disponíveis elevou a demanda por moradias. Esse processo gera uma série de ameaças e despejos para as famílias que estavam no aluguel, uma vez que a possibilidade de reivindicar os imóveis e aumentar os preços das residências apenas era possível caso essas moradias estivessem vazias, o proprietário que tivesse sua casa desocupada poderia alugá-la a um preço muitas vezes superior ao valor congelado. Os despejos se intensificam nos anos do pós-guerra, quando se tornou quase impossível alugar residências com os novos valores superfaturados devido à baixa disponibilidade de moradias para locação.

O despejo foi, neste período, o grande problema habitacional dos bairros operários das principais cidades brasileiras. Tornou-se o instrumento concreto do processo de expulsão da população das moradias de aluguel, produzidas comercialmente por empreendedores privados em áreas urbanas bem equipadas e situadas próximas aos locais de emprego (Bonduki, 1994). Uma pesquisa sobre a população paulistana confirma o impacto dos despejos:

É difícil estimar o total de famílias despejadas durante o período mais agudo da crise de habitação, entre 1945 e 1948. Uma estimativa aproximada calcula que cerca de 10% da população paulistana foi despejada neste período. Esta imensa dimensão dos despejos é explicada pelos mecanismos formais e informais que passaram a reger o mercado de locação (Bonduki, 1994, p. 722)

No contexto adverso das décadas de 1930-1940, o Estado Novo dá início também ao movimento geral de intervenção estatal nas favelas, através da política de erradicação das mesmas, que naquele período possuiu determinantes distintos dos dias de hoje (Davis, 2006). Esse movimento de policiamento e expulsão dos pobres das favelas também marca toda a trajetória do trato com a questão habitacional no Brasil, e possui diversas expressões. Essa expulsão mostra como a especulação e a valorização de determinados espaços da cidade condicionam o acesso à moradia à grande parte da população que não possui meios de pagar altos valores pela terra. Nesse modelo de sociedade, os pobres não têm lugar para morar, são expulsos dos cortiços e também das favelas, em um ciclo contínuo de ocupação, especulação/valorização e expulsão.

Abreu (2010) aponta que a justificativa por trás da retirada dos pobres das favelas se dá quando esses terrenos periféricos se tornam valiosos para o desenvolvimento das relações

capitalistas nos centros urbanos. Com o crescimento das cidades, áreas antes desvalorizadas começam a ter importância, constituindo uma grande rede de territórios interligados. Segundo Davis (2006), esse processo faz com que os sujeitos residentes nestas áreas vivam em migração constante, tornando-se nômades permanentes. Essa situação se justifica pela impossibilidade da compra de terrenos legais ou pela falta de recursos para o pagamento de alugueis.

A dinâmica de produção dos espaços urbanos, ao gerar uma melhoria, cria simultânea e constantemente milhares de desalojados e desapropriados que cedem seus locais de moradia para grupos de renda que podem pagar o preço de um progresso que se opera através de uma enorme especulação imobiliária. Tal trama urbana só pode levar à fixação das camadas pobres em zonas desprovidas de serviços públicos, até o dia em que, com o crescimento da Metrópole, também destes locais tenderão a ser expulsos se, porventura, sua iniciativa política ainda continuar bloqueada (Kowarick, 1979, p.82).

Abreu (2010) acrescenta que o movimento de retirada dos pobres da favela procura constantemente espalhar esses sujeitos pelo território, de forma que a problemática em torno das mesmas se torne isolada e ocultada. Com os sujeitos espalhados pelo território, eles se tornam “invisíveis” aos olhos da sociedade, numa tentativa de calar possíveis reivindicações coletivas.

Diante de todos os desafios colocados para a população de baixa renda na resolução de suas carências relacionadas à moradia, uma nova estratégia surge como forma de enfrentar a crise habitacional. A construção da casa própria a baixo custo era considerada a melhor saída para o problema, no entanto, para que isso fosse viabilizado, era necessário fomentar o acesso ao lote próprio e incutir nos trabalhadores a necessidade de se submeterem a grandes sacrifícios para construir, sem nenhum apoio, sua casa (Bonduki, 1994).

Em São Paulo, como em outras cidades, uma legislação de incentivo à compra de terrenos foi colocada em ação, "o Decreto-Lei n.º 58 de 1938, que regulamentou a aquisição de terrenos a prestações, dando garantias ao comprador do lote, entre outros aspectos, é um elemento importante na ampliação do padrão periférico como alternativa de habitação popular" (Bonduki, 1994, p.723). Nesse contexto, é inaugurado um mercado de compra e venda de imóveis destinados a setores populares, tanto na periferia como na favela. A concepção de habitação social esteve presente, não como uma ação que visasse o acesso à moradia segura e de qualidade, mas como uma solução imediata e não planejada, que justificava a aceitação de qualquer tipo de assentamento habitacional, por mais precário e insalubre que fosse, dado que era a única maneira de enfrentar de fato a ausência de moradias acessíveis à população de baixa renda (Bonduki, 1994).

Em resumo, o trato com a questão habitacional iniciado no período Vargas se desenvolve até os governos posteriores, aprofundando cada vez mais a crise habitacional no país. Esse é um período marcado pela expulsão dos pobres dos cortiços e vilas operárias nas áreas centrais, pelo despejo de moradores que viviam em residências alugadas, pelo déficit de conjuntos habitacionais direcionados à população de baixa renda (como uma política abrangente e de alcance nacional) e pelo incentivo à compra de terrenos na periferia, sem qualquer consideração sobre a qualidade desses terrenos.

Avançando a análise para o período da Ditadura Militar, particularmente no ciclo entre 1966 e 1974, o Governo Federal desenvolveu uma política nacional de remoção de favelas no país, espalhando-se por várias capitais brasileiras e tendo seu epicentro na cidade do Rio de Janeiro, onde se concentrava o maior número absoluto de favelas (Cardoso; Denaldi, 2018). Principalmente a partir de 1969, no contexto ditatorial, a remoção, ameaça sempre presente na vida das favelas, pôde ser executada com força total, garantida por uma repressão nunca vista antes (Brum, 2012)

No Rio de Janeiro, as primeiras grandes remoções nesse período foram viabilizadas pelo apoio do governo norte-americano ao governo do estado, no âmbito da “Aliança para o Progresso”, dando origem a dois grandes conjuntos habitacionais: Vila Aliança e Vila Kennedy. O direcionamento do programa de erradicação era a realocação dos moradores em conjuntos habitacionais, fato que a história provou insustentável (Ximenes, et al., 2023). Sobre esse processo Davis (2006), aponta que, no início, a atitude autoritária de remoção dos assentamentos contou com a ajuda das forças de segurança pública, sob o pretexto da existência de foco urbano de guerrilheiros marxistas. Nesse período, os militares arrasaram oitenta favelas e expulsaram quase 140 mil pobres dos morros que dominam o Rio.

Para além da remoção das favelas, outras alterações aconteceram no período, principalmente relacionadas à política habitacional. A Fundação Casa Popular foi extinta e foram criados diversos Planos e Programas, dentre os quais estão o Plano Nacional de Habitação (PNH), os Planos Diretores, o Banco Nacional de Habitação (BNH), as Companhias de Habitação Popular (COHABS), o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB), dentre outros aparatos que buscavam impulsionar principalmente a dinamização da economia, o desenvolvimento do país e, sobretudo, controlar as massas, garantindo estabilidade à ditadura (Motta, 2014).

A política de habitação no período ditatorial centrou-se na produção de moradias e obras de infraestrutura para a população que possuía empregos formais com melhores remunerações, mantendo a lógica herdada do Estado Novo, e direcionando os financiamentos

às famílias de classe média. Do conjunto de unidades habitacionais construídas no período de 1964-1986, apenas 5,9% foram destinados às famílias com renda de 1 a 3 salários mínimos (Azevedo; Ribeiro, 1996).

Os governos militares organizaram inúmeras privatizações de instituições públicas na área do saneamento e infraestrutura, o que gerou um repasse de custeio final para a população. Esse também foi um período marcado por forte crescimento de empreiteiras, de descontrole dos gastos do Estado, e de poupança forçada aos trabalhadores para o financiamento da política habitacional (Behring; Boschetti, 2008).

A política de erradicação de favelas durou até 1974, quando foi substituída em 1978 pelo Programa de Erradicação de Submoradia (Promorar). Não entraremos mais detalhadamente nas implicações da política habitacional após os anos 1980, o que é necessário pontuar relaciona-se às razões que levaram à expansão das favelas nesse período específico. Mesmo diante de um cenário de políticas de erradicação o número de habitantes em favelas cresceu, especialmente a partir da década de 1970. Esse fato se justifica a partir de alguns fatores.

Primeiro, durante a Ditadura Militar o Brasil vivenciou um processo de expulsão de camponeses e trabalhadores das áreas rurais, o que gerou um deslocamento forçado expressivo da zona rural para a zona urbana. Fernandes (2011), argumenta que embora a concentração de terras tenha sido um fenômeno iniciado já no período colonial, ela é agravada a partir dos anos 1960, com a implantação da Revolução Verde e do modelo agropecuário baseado na modernização de grandes extensões de terras. É justamente nesse período que os gráficos mostram a porcentagem de pessoas vivendo em áreas urbanas ascendendo cada vez mais. É inegável que a expulsão de trabalhadores da zona rural gerou um deslocamento forçado expressivo no país, direcionando um contingente populacional para fora do campo.

Cardoso (2006), argumenta que durante as décadas de 60 e 70 acreditava-se que a raiz do movimento de expansão das favelas estava associada ao crescimento urbano acelerado e à baixa capacidade de investimentos e regulação pública sobre as áreas urbanas. O autor aponta que parte dessa explicação foi influenciada pelas ideias de Turner (1968; 1972), que direcionou suas análises ao papel da habitação no processo da progressiva adaptação do migrante à vida urbana.

Porém, Cardoso (2006) afirma que essa visão foi contestada no final dos anos 70 e 80, por pesquisas que mostravam: (1) que a população da favela era muito mais integrada à economia do que se pensava, e, (2) que parte significativa dessa população não era composta

de migrantes em processo de ascensão social, mas sim de camadas empobrecidas, em processo de mobilidade social descendente (Taschner, 1978; Kowarick, 1980).

Os autores apontam que, antes mesmo do êxodo rural desencadeado no final do século XX, o padrão de desenvolvimento no país combinou o crescimento econômico a um alto nível de desigualdade. Nesse cenário, o Brasil já contava com uma parcela significativa da população situada abaixo da linha de pobreza. Essa população, que crescia a cada ano, vivenciou com o passar das décadas o aumento expressivo da pobreza e a crescente precarização e informalização das relações de trabalho. Com isso, parcela significativa da população urbana traz a marca da insuficiência ou insegurança de renda desde o movimento de expansão da industrialização no Brasil, o que limita enormemente suas possibilidades de endividamento, limitando, portanto, as possibilidades de acesso ao mercado formal de moradia.

Em relação a expansão do fenômeno de favelização, Kowarick (1979, p.79) aponta:

Em relação a este incremento recente, é viável afirmar que, além da compressão salarial que está no âmago do processo de favelização, o vertiginoso aumento no preço da terra urbana que nos últimos anos também afetou as áreas periféricas tornou ainda mais problemática a confecção da casa própria.

O autor aponta que, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, a moradia desprovida de infra-estrutura, construída gradativamente pelo próprio proprietário com o auxílio de parentes em loteamentos clandestinos, foi o resultado dos salários baixos permitindo com que a classe trabalhadora engajada no processo produtivo se reproduzisse a baixos custos. Dessa forma, a compressão salarial pressiona os trabalhadores a buscarem formas de acesso à terra menos onerosas, quando não sem custos. Isso, somado ao aumento do preço da terra, tanto no campo como na cidade, afetando até mesmo parcelas da classe trabalhadora que possuíam salários mais altos, porém insuficientes para custear o valor das residências centrais.

Para sobreviver na cidade, a grande parcela de trabalhadores, tanto da população nativa quanto da migrante, só pode se direcionar em áreas distantes dos centros. A alternativa é, ou pagar o aluguel por uma casa na periferia ou se lançar na grande empreitada da construção da casa nova, processo que é extremamente penoso e longo (Kowarick, 1979)

Com o rebaixamento dos salários, os níveis de consumo caem drasticamente, impactando a moradia como componente essencial para a reprodução do trabalhador. Nesse sentido, torna-se favelado todo indivíduo que não possui meios de acompanhar a valorização do mercado imobiliário. Kowarick (1979), defende seu argumento de forma veemente quando

afirma, "não é por outra razão que, não obstante impedimento formal do surgimento de novas favelas, o congelamento dos núcleos existentes e as inúmeras remoções que se fizeram nos últimos anos, o número de favelados cresce, num ritmo acelerado", apontando para o rebaixamento dos salários como causa preeminente. Fazendo uma análise da cidade de São Paulo o autor defende:

Malgrado a pressão e repressão, a remoção e expulsão, o número de favelados tem crescido num ritmo bastante rápido, o que leva a indagar sobre o destino deste crescente número de pessoas. A primeira explicação que desponta é que a favela seria um estágio temporário no percurso do migrante, uma espécie de período de poupança forçada que lhe permitiria trocar o barraco por uma habitação de melhores condições. Nesta concepção, a favela seria uma espécie de "trampolim" pelo qual os recém-chegados à cidade, após certo tempo, penetrariam em patamares caracterizados pelo usufruto de níveis de consumo superiores, inclusive uma moradia com padrões mais elevados de habitabilidade. Se é verdade que a maioria dos que moram nas favelas são migrantes, não se pode afirmar que elas constituam um estágio provisório na vida daqueles que habitam os barracos. Tanto é assim que 53% dos favelados chefes de família residem na Capital há mais de 5 anos e 37% aqui estão por um\* período superior a uma década, enquanto apenas 12% estão há menos de 1 ano no Município. (Kowarick, 1979, p.93)

Isso explica, em partes, porque mesmo após a década de 1980 a população favelada cresce exponencialmente. Principalmente após a década de 1990, que é exatamente quando o trabalho é reorganizado nacionalmente, tendo suas bases alargadas para a informalidade, a terceirização, a precarização, o rebaixamento ainda maior dos salários e a flexibilização trazida pelo neoliberalismo e sustentada pelo Estado neoliberal.

Dessa forma, a favela se torna uma condição constante e prolongada, "nada indica que sirva enquanto uma poupança prévia, necessária a um movimento ascensional na busca de benefícios socioeconômicos. Ao contrário, para um razoável contingente, a favelização é um expediente necessário para sobreviver na cidade" (Kowarick, 1979, p.94). A crescente favelização aponta para os resultados do acirramento da exploração do trabalho, levando o habitante urbano a um crescente grau de espoliação.

Dessa forma, pode-se dizer que o surgimento das favelas foi amplamente impulsionado por fenômenos nacionais, como a emergência do trabalho livre, a migração para as cidades, tanto de trabalhadores nacionais, quanto de trabalhadores internacionais. Também, pelas expulsões estatais realizadas nos centros urbanos, pela política habitacional que privilegiou o setor construtivo privado, direcionando conjuntos habitacionais a classes com maiores faixas de renda, dentre outras iniciativas apontadas durante esse trabalho. Podemos também apontar que a expansão mais significativa das favelas a partir da década de 1970 foi impulsionada pela crescente urbanização da sociedade brasileira e pontualmente pela degradação histórica das condições relacionadas ao trabalho no país.

Sobre os motivos que levaram a expansão das favelas, essa é uma das hipóteses que queremos confirmar também na realidade Juizforana, buscando compreender os processos que levaram à consolidação e espraiamento das favelas nesta região. No próximo capítulo analisaremos particularmente os processos de urbanização e favelização na cidade de Juiz de Fora, compreendendo como se deu a gênese desse processo, quais fatores influenciaram a criação das favelas na área urbana e quais os fatos que levaram a expansão do processo de favelização na região. A realidade vivenciada pelo município possuiu diferenças que necessitam ser compreendidas. É o que estudaremos no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2

### MAPEANDO HISTÓRIAS: FAVELIZAÇÃO EM JUIZ DE FORA E O CASO DA FAVELA DO RATO

#### 2.1 Juiz de Fora: formação social-histórica

Juiz de Fora nasce no período de decadência da mineração, em um momento em que os investimentos no centro de Minas Gerais foram progressivamente redirecionados para as plantações de café. Em 1838, é fundado o povoado de Santo Antônio do Paraibuna, que, a partir de então, passou a integrar a economia da Zona da Mata mineira por meio de sua conexão com o Rio de Janeiro, através do Caminho Novo. Nesse período, a região não passava de um pequeno aglomerado de casas que serviam de abrigo para os tropeiros<sup>2</sup>.

Em 1850, com a criação da paróquia de Santo Antônio do Paraibuna, o povoado foi elevado à categoria de vila, desvinculando-se de Barbacena. Nesse período se intensificaram a ocupação e o desbravamento de terras virgens, com a introdução e expansão das primeiras fazendas de café e lavouras de subsistência da região.

Para atender a circulação intensa de tropas de pessoas e mercadorias, organizaram-se aos poucos (...) e precisavam assegurar a alimentação de pessoas e animais tanto quanto possível com os recursos locais. Foram-se abrindo assim as roças ao redor desses núcleos embrionários para garantir a subsistência (Giroletti, 1987, p.98).

Nessa fase, o processo de ocupação era ainda embrionário, todo o desenvolvimento da vila se concentrou inicialmente na região que hoje conhecemos como Alto dos Passos – lá estavam centralizados a população, as primeiras residências e as principais atividades da vila. Posteriormente, o crescimento se deu em direção ao norte do território, como veremos adiante.

Com o comércio mais ativo que em outras vilas da província, a região introduziu atividades produtivas com base no artesanato e na manufatura já em meados do século XIX. Um censo realizado em 1855 apontou a existência de 6.466 pessoas (como mostra o gráfico a seguir), dentre as quais, 62% eram escravizados. Dentre essa população inicial, existia ainda um contingente substantivo de homens livres e poucos estrangeiros, fato que mudaria já nas próximas décadas (Giroletti, 1987).

---

<sup>2</sup> De acordo com Goulart (1961) no artigo "Tropas e tropeiros na formação do Brasil", os tropeiros eram comerciantes e condutores de tropas que desempenharam um papel fundamental na economia e na logística do Brasil durante o período colonial e imperial. Eles transportavam mercadorias, alimentos e animais entre diferentes regiões do país, utilizando mulas ou cavalos como principal meio de transporte.

TABELA 1 - População do Município e Vila de Santo Antônio do Paraybuna - 1855.

População	Município		Vila		
	Total	%	Total	%	% comparativa em relação do total do Município
Nacionais	11.176	40,2	2.401	37,1	8,6
Estrangeiros	188	0,7	40	0,6	0,1
Escravos	16.428	59,1	4.025	62,3	14,3
Total	27.792		6.466		23,0

Fonte: Arquivo Permanente da Prefeitura de Juiz de Fora. Município III: 1) Câmara; B) Sessões da Câmara; b) Comissões.

Importante dizer que o que era chamado de município agregava outras localidades, como Simão Pereira, São Francisco de Paula, Rio Preto, dentre as outras regiões. A população do território de Juiz de Fora era a população da vila.

Finalmente, em 1856, a cidade do Paraibuna foi criada pela Lei Provincial nº 759, sendo renomeada como Juiz de Fora em 1865 (Batista, 2006). Na década de 1860 a cidade já se destaca influenciando a posição de Minas Gerais como um dos maiores produtores de café no país. Devido à abundância de terras férteis, dos elevados preços alcançados pelo café nos mercados externos, da oferta regular de mão de obra escrava e da facilidade de conexão com os portos na costa, Juiz de Fora é, naquele momento, um polo importante para a produção e comércio do café brasileiro (Oliveira, 2010).

O estabelecimento da sede da Companhia União Indústria<sup>3</sup> atrairia imigrantes impulsionando o desenvolvimento urbano e a diversificação do mercado consumidor local. A construção de estradas era um empreendimento lucrativo para a cidade, tanto do ponto de vista da disponibilidade de postos de trabalho nesse setor, como para a conexão da região com outras áreas comerciais. Giroletti (1987), explica que o significado econômico e social da

<sup>3</sup> A Companhia União e Indústria foi uma das principais iniciativas de infraestrutura no Brasil no século XIX, com sede em Juiz de Fora, Minas Gerais. Fundada em 1854 pelo empresário Mariano Procópio Ferreira Lage, a empresa tinha como objetivo construir e operar a primeira estrada de rodagem pavimentada do Brasil: a Estrada União e Indústria.

cidade, bem como a sua relevância na história de Minas Gerais não se deu pelas atividades mineradoras, mas pela sua posição geográfica privilegiada – facilitando o transporte da riqueza mineira até os portos do Rio de Janeiro.

O enriquecimento municipal inicial, decorrente em boa parte do plantio e exportação do café, criará o ambiente necessário para o processo de modernização que impactaria a cidade no futuro. O café representou por mais de 50 anos cerca de 60% do total das exportações de Minas Gerais, chegando a ultrapassar 78% na década de 1920 (Romualdo e Rocha, 2023, p.5).

Data desse período a formação de uma classe abastada na região – os barões do café se tornam a elite rural, centralizando o poder político e econômico também na cidade (Genovez, 1996). Ao longo dos anos de 1840-1850 as aristocracias agrária e escravista empreenderam diversas ações a fim de obter a autonomia política e econômica do povoado. O objetivo desses grupos estava associado à tentativa de expansão de seus investimentos, a lucratividade de seus capitais, e ainda, o controle social sobre as populações livre e cativa que cresciam em ritmo acelerado (Oliveira, 2010). "Seus esforços objetivam, principalmente, a transformação da Cidade de Juiz de Fora num símbolo do seu poder e do sucesso de seu estilo de vida – leia-se, da economia cafeeira de exportação, baseada na exploração do trabalho escravo" (Oliveira, 2010, p. 46)

Em 1872, Minas Gerais abrigava 15% da população escrava do país e, em 1877, a província somou 40%. Em 1886, a cidade que mais possuía mão de obra escravizada no estado era Juiz de Fora, chegando a ser o único município da região a ter em um mesmo período cerca de 20.000 escravos trabalhando nas lavouras (Batista, 2006).

O trabalho escravo não foi importante e predominante apenas na produção de café e outros gêneros agrícolas na cidade, foi fundamental também para a construção de uma infraestrutura regional de transportes, para a expansão inicial da malha urbana e para o desenvolvimento de diversas atividades no interior do núcleo urbano. Até bem próximo da abolição a população de escravizados podia ser encontrada com facilidade no exercício de vários ofícios, como ferreiros, pedreiros, marceneiros, parteiras, lavadeiras e também em serviços domésticos (Guimarães, 2006).

Oliveira (2010) explora a temática da importância da presença dos escravizados nos processos de consolidação do núcleo urbano de Juiz de Fora e na conformação de um mercado de trabalho híbrido, fazendo uma pesquisa nos recenseamentos iniciais da cidade, em autores que estudaram particularmente esse contexto e em anúncios publicados em jornais da época. Ele apresenta que no período de 1833-55 a população escravizada representou sempre

mais de 60% do total de habitantes da antiga Santo Antônio do Paraibuna, indicando que essa população participou ativamente do processo inicial de formação da cidade. Segundo ele, o braço servil foi imprescindível desde, por exemplo, os desmatamentos e movimentações de terras para a construção do trecho local da Estrada do Paraibuna até a abertura das primeiras ruas, largos, praças, ranchos, casas, sobrados, prédios públicos, hospitais, além de diversos outros serviços a cargo da Câmara e privados.

Porém, embora essenciais para a construção da cidade, a população de escravizados não tinha liberdade para circular pela cidade. Eles eram impedidos de transitar sozinhos à noite, frequentar casas de jogos, tavernas, entrar em propriedades particulares como convidados, dentre outras restrições. Aos transgressores, diversas multas foram criadas para impedir sua circulação e convivência na área da cidade – uma vez encarcerados, estavam a serviço do Estado por longas temporadas. A Câmara Municipal inclusive empregou regularmente diversos escravizados para trabalhos em capinas, limpeza rotineira das ruas centrais e em especial para o fornecimento de água e asseio da cadeia. De todos os concessionários públicos, o que mais empregou mão de obra escravizada foi a Companhia União Indústria, contando com 70-80% dessa força de trabalho na construção da rodovia.

Ainda de acordo com Oliveira (2010), são bem mais escassas, entretanto, as referências ao uso de negros escravizados em firmas manufatureiras em atividade no núcleo urbano de Juiz de Fora. O autor chama atenção para o fato de que a partir da década de 1860 houve uma queda significativa na presença de escravizados na força de trabalho industrial tanto em Juiz de Fora quanto no Rio de Janeiro – esse fato se justifica por uma fase de relativa estagnação das economias carioca e fluminense, pela chegada de trabalhadores estrangeiros e pelo aumento da demanda nas lavouras de café do Vale do Paraíba. O cenário que vai até a abolição é de uma desaceleração progressiva da utilização da mão de obra cativa nas atividades urbanas. De acordo com o autor, a presença de braços livres nacionais e estrangeiros empregados na área urbana, somado à demanda de braços cativos na zona rural explica, em partes, a presença residual de escravizados na cidade.

Progressivamente, a presença da população escravizada vai decrescendo em relação a população livre. Em 1873, os dados do censo<sup>4</sup> indicavam que 61,81% dos moradores da cidade e dos povoados vizinhos eram juridicamente livres, incluindo nacionais e estrangeiros. Essa população também se tornou fundamental para o desenvolvimento da região, assumindo um papel central na construção de sua trajetória econômica e social. Apesar disso, como será

---

<sup>4</sup> Esse dado foi apurado por Antônio Lacerda nas "listas de matrícula de escravos" da coletoria de Juiz de Fora em 1973 e citado por Oliveira (2010, p.162).

detalhado adiante, os operários enfrentavam desafios estruturais para a manutenção de seus meios de subsistência, ainda que tivessem conseguido se inserir na nascente indústria local.

Em meados da década de 1870 a cidade vivencia uma significativa diversificação das atividades urbanas – com um crescimento no ramo dos negócios, serviços e produção. Essa maior organização das relações comerciais acarretou no aumento do número de casas mercantis, oficinas, manufaturas e também no incremento da população que viria a trabalhar nesses setores. Entre 1860 e 1870 destacam-se a instalação de uma feira livre no Largo da Câmara, a adoção de medidas para aprimorar o sistema de esgoto, a construção de um colégio na área entre a Rua da Câmara (Halfeld) e a continuação da Imperatriz, onde hoje se localiza a Igreja de São Sebastião. Nesse mesmo período foi realizado o calçamento da Rua Direita (atual Av. Rio Branco), no trecho entre a Estrada União e Indústria (Largo do Riachuelo), e o Teatro da Misericórdia (Alto dos Passos) (Barbosa, 2013).

Nesse período de desenvolvimento industrial, investimentos foram direcionados a diversas áreas, em especial para o transporte, infraestrutura, indústria e comunicação. Juiz de Fora passa a contar com a criação da Estrada Nova – entre os pontos hoje conhecidos como Benfica e Alto dos Passos, Ferrovia D. Pedro II, Bondes Urbanos, abertura de ruas, empreendimento de hospitais – como o Santa Casa de Misericórdia, abastecimento de água, prestação de serviço hoteleiro, construção de escolas e dos bancos Territorial e Mercantil de Minas Gerais e do Crédito Real de Minas Gerais, sistema de telefonia e telégrafos; e da Companhia Mineira de Eletricidade, responsável por dar título à cidade de Manchester Mineira (Oliveira, 2010).

Nesse contexto, a zona da mata mineira passou a atrair tanto estrangeiros quanto nacionais de outras regiões vizinhas. Foi também nesse período que se constituiu um mercado de trabalho local. Contudo, conforme esclarece Oliveira (2010), esse mercado ainda carecia de características plenamente capitalistas, pois sua estruturação inicial estava profundamente enraizada nas bases da escravidão, que ainda predominava como forma de relação social. De acordo com Giroletti (1987, p.103), a população urbana da cidade era, em 1890, de 17.622 pessoas; em 1907, de 28.553 pessoas e em 1920, de 51.392. Esses dados mostram o crescimento urbano demográfico da cidade em poucos intervalos de tempo.

Já na virada do século XIX para o XX, além das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, Juiz de Fora se destacava como uma das cidades mais industrializadas do Brasil. Embora tenha ganhado evidência e importância no cenário nacional, autores como Lessa (1986) e Oliveira (2010) indicam que já antes da Abolição delineia-se a primeira segregação espacial no território em formação, como veremos a seguir.

É importante indicar que o movimento migratório de europeus na cidade foi impulsionado por subvenções do governo imperial e das oligarquias agrárias, que buscavam mão de obra para lavouras e pequenas indústrias. Além disso, havia um interesse governamental em promover o embranquecimento da população, povoando estrategicamente áreas com imigrantes considerados culturalmente superiores aos homens livres nacionais (Oliveira, 2010).

Nesse período, Juiz de Fora tornou-se um pólo de atração contínua de novos contingentes populacionais, em especial, de milhares de homens e mulheres pobres, nacionais e estrangeiros, que, ao lado de uma legião de escravos, constituíram um diversificado mercado urbano de mão de obra. Um mercado híbrido e limitado, até certo ponto, pela presença constante do braço cativo, um dos protagonistas fundamentais da construção dessa importante cidade mineira (Oliveira, p.38, 2010).

A Lei nº 3.417 de 1887 dispunha sobre os incentivos governamentais para a vinda e estabelecimento de imigrantes no país. Diversos auxílios foram oferecidos à essa população, dentre os quais: valores em dinheiro para indivíduos a partir de 3 anos, hospedagem gratuita durante 10 dias para o “colono” e sua família, passagem e frete para bagagem e ao fazendeiro um auxílio de 100 mil reis por casa construída destinada aos colonos. Até 1907, mais de 40.000 imigrantes italianos se estabeleceram na zona da mata mineira, dentre os quais, aproximadamente 20.000 vieram para Juiz de Fora.

Esse contexto revela dois aspectos fundamentais. Primeiro, o governo, ao antecipar-se à abolição da escravidão, promoveu a fixação de imigrantes no território, direcionando-os para a nascente indústria. Essa política refletia e reforçava a rejeição do negro como trabalhador livre, priorizando a mão de obra europeia. Segundo, enquanto os trabalhadores imigrantes eram rapidamente integrados à dinâmica industrial, a maioria dos ex-escravizados foi excluída dos postos nas fábricas — uma segregação estrutural que será detalhada adiante.

A respeito da desigualdade espacial presente na cidade e mencionada anteriormente, os autores apontam que a região do Alto dos Passos se destacava com a presença de comércios, indústrias e uma concentração de profissionais liberais. Por outro lado, a população pobre – incluindo homens livres, cativos e libertos – habitava as terras mais baixas, na parte norte do eixo da via principal da cidade, a Avenida Rio Branco. Essa população se alocou em modestos casebres, próximos aos ranchos e a terrenos pantanosos, naquela época já sujeitos às inundações periódicas do Rio Paraíba. Importante pontuar que o bairro Alto dos Passos, antes de ser tomado pela elite da cidade, abrigava uma população negra e pobre que foi despejada de lá, fato comprovado pelos relatos de negros e negras que vivenciaram o

período das remoções. Como aponta o depoimento registrado no livro "O Negro, trabalho, sobrevivência e conquistas":

E o bairro Bom Pastor, o senhor já conhecia antes de ter esse nome? \_ Ih.. era bairro de pobre. Não tinha nada, só casebre. Chamava Lamaçal. Era pobre mesmo. Aquela situação acabou. A cidade cresceu muito. Tudo mudou. Foi urbanizado. A cidade era outra. (Batista, 2006, p.117) ... a máquina passou por lá derrubando as casas de pau a pique e tocou o pessoal de lá derrubando tudo. O pessoal ficou espalhado: São Pedro, JK, Santa Rita, São Benedito (Batista, 2006, p. 113).

Dessa forma, é possível dizer que a população negra e pobre, já na formação da cidade, foi expulsa dos territórios mais valorizados pela especulação imobiliária e forçadamente direcionada para bairros que hoje fazem parte da periferia da cidade. Em um dos relatos registrados por Batista (2006), a autora chama atenção também para a segregação racial que marcou a história da cidade nos anos consecutivos a abolição. O Sr. Cornélio Barbosa, negro que vivenciou o período pós abolição, conta que "Na rua Halfeld [negros] andavam só de um lado... os preto não podia andá lá não, uai! Era da Batista de Oliveira pra baixo, porque ali tem o clube dos preto". Somaram-se, desde as primeiras décadas de existência do município, desigualdades baseadas na classe e raça. Essas desigualdades vão configurar o espaço em que a população pobre e negra habitou e ainda habita.

A desigualdade racial e territorial vai se aprofundar principalmente a partir da década de 1890, quando a estrutura manufatureira de Juiz de Fora se torna muito mais complexa, assumindo de maneira efetiva os aspectos fundamentais da dinâmica eminentemente capitalista. Nesse contexto, milhares de ex-escravizados não conseguiram se alocar na nascente indústria que tomava lugar na cidade.

Importante mencionar também, que assim como ocorre no Brasil, logo após a abolição da escravatura não acontece uma migração em massa de ex-escravizados das zonas rurais para a zona urbana. Isto porque "o café continuará sendo a base econômica e o principal produto da região até a década de 1920". O relato a seguir mostra o que de fato ocorreu:

Quando chegou o tempo (...) o dia 13 de maio, dia da libertação, o Senhor bateu o sino e desceu gente deles (...) mandou um empregado, capataz (...) chegaram na fazenda e ficaram todos no terreiro lá esperando e ele saiu da janela: "de hoje em diante, vocês são senhor de seu nariz, cada um vai fazer pra si, eu não tenho mais conta com vocês não" (...) Teve um bocado de bobo que chorou, chorou porque não sabia como é que ia comer, como é que ia viver. "Como é que a gente vai fazer sem o Senhor ajudar nós? Nós não temos modo de viver". Aí foi indo e ele falou: "vocês vão trabalhar pra mim mesmo, cada um pega seu talhão de café, aí trabalham ai mesmo (...) papai, mamãe, vovô e vovó (Mattos; Rios, 2005 p. 114-115).

Segundo Oliveira (2020), no momento da Abolição, Minas Gerais era a maior província escravista do Brasil, e Juiz de Fora concentrava a maior população de escravizados

do estado. Batista (2006) observa, assim como outros historiadores, que entre a promulgação da Abolição, em 1888, até meados da década de 1930, os negros permaneceram excluídos do processo produtivo, enfrentando inúmeras barreiras para se inserir no mercado de trabalho. Nesse contexto, ex-escravizados e seus descendentes foram marginalizados: muitos continuaram nas antigas fazendas e lavouras, submetidos a condições de exploração e hostilidade, enquanto outros migraram para as cidades, mas sem acesso pleno às oportunidades de emprego.

Batista (2006) traz alguns relatos de negros ex-escravizados que vivenciaram esse processo, detalhando a dificuldade de alocação nas fábricas em Juiz de Fora, mesmo anos depois da abolição da escravidão.

Ih... era difícil. Não dava serviço não. Eu mesmo ia pra porta da fábrica todo dia...Olhava pra uns, olhava pra outros e escolhia era só os branco mesmo. Era todo dia. Eu ia assim mesmo. Os negro não entrava não. Isso era lá pra os idos de 30. Eu era mocinha. Queria trabalhá e ia mesmo. Naquele tempo já tinha discriminação (Batista, 2006, p. 108).

Barreto (2013) descreve que devido às grandes dificuldades de inserção na estrutura produtiva da cidade, no trabalho nas fábricas e novas indústrias, os negros ex-escravizados e seus descendentes ocuparam-se, majoritariamente, de ocupações autônomas, informais, precarizadas e trabalhos braçais. Eles eram vendedores ambulantes, músicos, barbeiros, carpinteiros, alfaiates, mecânicos, lavadeiras, domésticas e amoladores. Quando essa população começou a migrar para a área urbana da cidade, sua ocupação se concentrou majoritariamente em bairros periféricos ao redor do centro. Naquela época, muitos desciam dos morros para trabalhar nas ruas centrais ou nas residências de seus empregadores. O Estado passa a taxar também esses profissionais, que diante da baixa remuneração se veem em uma situação de ainda mais precariedade.

Desde 1896, a Câmara Municipal de Juiz de Fora aprovava resoluções que restringiam as oportunidades dos trabalhadores negros no mercado<sup>5</sup>, dificultando sua capacidade de conquistar clientela e expandir seus negócios. Essas medidas incluíam a criação de uma série de impostos diários sobre atividades profissionais de baixa lucratividade, o que reduzia drasticamente as possibilidades econômicas dessa população.

Sem acesso ao trabalho, à terra ou a direitos, a população negra enfrentou inúmeros desafios para assegurar sua sobrevivência. Na zona rural, permanecia dependente dos antigos

---

<sup>5</sup> Dentre estas Resoluções estão os textos de nº 371 de 20 de maio de 1896 e a Resolução nº 385 de 10 de outubro de 1896, que legislavam a respeito da criação de impostos diários e anuais para profissionais como: fonógrafos, músico ambulante, vendedores ambulantes, amoladores, engraxates. Fontes: Batista (2006, p.64).

senhores ou de outros fazendeiros para sustentar suas famílias. Já na zona urbana, enfrentava enormes dificuldades para se inserir no mercado de trabalho e assegurar seus meios de viver. Sem alfabetização e sem meios de se preparar como profissional qualificado, o negro viu-se em uma relação extremamente desigual na competição por postos de trabalho (Batista, 2006).

Conforme depoimento de Dona Raimunda, para a pesquisa divulgada no livro supracitado: “Fazê o quê? Tinha que vivê do jeito que dava. Pegava uma trouxa de roupa dali, fazia pastel pra vendê. Os menino vendia na rua...” (Batista, 2006, p.41). Essa população enfrentou décadas de precariedade, sobrevivendo em condições mínimas e enfrentando inúmeros desafios para assegurar sua subsistência.

Com a crise do café, que também repercute em Juiz de Fora em meados de 1930, os negros remanescentes da zona rural migram para as cidades em maior volume. Oliveira (2000) descreve que a partir de 1930 a área central de Juiz de Fora já estava ocupada por imigrantes e trabalhadores livres, como veremos em seguida. Para a população de ex-escravizados, a alternativa habitacional consistiu na ocupação de territórios no entorno da área central – como ressaltamos acima, esses espaços eram denominados como verdadeiras ilhas ao redor do centro. Dentre essas regiões, estão os bairros Olavo Costa, Dom Bosco, Santa Rita, São Benedito – marcados pela precariedade da infraestrutura local, pelo padrão de autoconstrução das moradias e pela localização em áreas consideradas de “risco” pela Defesa Civil.

A lógica das cidades capitalistas demonstra que com as estruturas industriais e com o aumento exponencial da urbanização crescem também as desigualdades espaciais, a insalubridade e a marginalização dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora. Esse é o processo que começa a se desenhar na cidade. Com o grande volume de operários e indivíduos buscando alocação no mercado, Juiz de Fora começa a enfrentar os desafios resultantes do crescimento acelerado da população em um contexto sem infraestrutura.

Estudiosos apontam que já no início do período republicano despontam uma série de desafios frente à organização e desenvolvimento da cidade. Oliveira (2010) indica que nos primeiros anos no século XX a experiência social do proletariado da cidade foi marcada pela opressão e marginalização espacial e socioeconômica. Fato este que é comprovado tanto pelas constantes reclamações da elite nos jornais, quanto pelas ações policiais de vigilância e fiscalização da população, em especial daqueles que construíram formas alternativas de vida e moradia na cidade.

Se por um lado Juiz de Fora pode se tornar, tal como a Manchester inglesa, a cidade (mineira) pioneira em termos de um sistema viário moderno e de uma estrutura industrial, as similaridades (...) não cessam aí. A urbanização trouxe consigo a sua contrapartida em termos sociais, que foram o caos urbano, a insalubridade, a marginalização e a manutenção de setores empobrecidos em situações mínimas de sobrevivência para a expansão do mercado formal assalariado (e para a reprodução ampliada do capital) (Miranda, 1990).

Nesse sentido, com o estabelecimento da forma capitalista de dominação e exploração, progride-se também o caos urbano. Particularmente, as questões de saneamento e infraestrutura começam a comprometer a posição de Juiz de Fora como uma das cidades referência no Estado. Romualdo e Rocha (2023, p. 21) apontam que "a Manchester Mineira, saiu da lista de possíveis sedes da nova capital estadual, tendo em vista à situação de insalubridade e precariedade na infraestrutura que o local vivia desde sua formação".

Surtos e epidemias das mais variadas doenças assolaram Juiz de Fora durante bom tempo. A de Cólera Morbus, em 1855, se abateu sobre a Vila no período inicial de sua consolidação urbana. A Varíola foi registrada em vários períodos. [...] "a moléstia perdurou de setembro de 1873 a fevereiro do ano seguinte, infectando cerca de 1.000 pessoas e fazendo 135 falecidos" [...] Além dessa, somam-se as ocorrências registradas em 1883, em 1888/1889 e em 1891, quando também fez elevado número de vítimas (Oliveira, 2012, p.126).

Contam-se ainda os surtos de febre amarela, nos anos de 1897 e 1899, de Typho Icteróide, em 1900, e de Gripe Espanhola, que em 1918 vitimou cerca de 500 pessoas (Nava, 1974, p.202).

Doenças que estavam associadas ou à sua condição de veiculação hídrica [...] ou às condições gerais de insalubridade ou a ambientes com facilidade de propagação, como as áreas urbanas, de maior densidade demográfica (Machado, 2018, p. 28)

Os surtos de doenças expunham um problema estrutural da cidade, a falta de saneamento básico – nesse contexto, os pobres também são culpabilizados pela crise sanitária que assolou o município, em especial os moradores de cortiços. O cortiço aparece na realidade de Juiz de Fora como alternativa de moradia popular desde o final do século XIX, se espraiando no século XX. Embora os alugueis fossem exorbitantes devido à localização, seus habitantes viviam em condições precárias de habitabilidade pela proximidade com os postos de trabalho. Alguns relatos apontam a sua aparição nas ruas centrais da cidade. Com esses depoimentos, como já indicado, é possível perceber a associação entre cortiço e doença, no sentido da culpabilização dos sujeitos pela sua situação de vida:

Numerosas essas habitações insalubres em uma das ruas mais centrais, a da Santa Rita, pode dizer-se que é um cortiço monstro e constitui um foco de infecção perene. Cumpre às intencionalidades providências de modo a remover tais focos de infecção, e o meio mais racional é a construção de casas higiênicas para operários e proletários, embora com sacrifícios das rendas municipais (Christo, 1994, p.130).

Os trabalhadores são culpabilizados pela sua miséria e pelo espraiamento de doenças. Como já ressaltamos a partir das análises de Engels (1873), neste momento as atenções se

voltam para a insalubridade das habitações e para o risco da disseminação por doenças infecciosas – essa visibilização só acontece devido à contaminação, em especial das elites, que naquele contexto também partilhavam o território central com parte da classe trabalhadora. O medo da contaminação desses setores mais abastados criou uma mobilização estatal a fim de que códigos e regulamentações fossem implementadas – como o Código de Posturas – inaugurado pela primeira vez em 1856 e revisado ao longo do século XIX.

Podemos afirmar que, assim como ocorreu na história do Brasil, não houve alternativas estatais visando o melhoramento das condições de saneamento e moradia para que a população trabalhadora e habitante do centro da cidade pudesse permanecer ali. Os autores apontam para um aumento no policiamento e fiscalização desses indivíduos, o que mais adiante vai impactar na expulsão desses sujeitos das áreas centrais.

Oliveira (2010) aponta que a população trabalhadora na cidade resistiu cotidianamente ao enquadramento almejado pelas elites. Inicialmente essa resistência se deu de maneira menos articulada, mediada pela luta diária por sobrevivência e pelo desejo de se fixar na cidade. Ainda, exemplificam também essa resistência o fato de que parcelas pobres da população mantinham costumes e práticas culturais diversas, cada vez mais condenados pelas classes conservadoras e pelo código de posturas.

Nos anos de 1890 e 1900, nas páginas dos periódicos juizforanos, continuaram constantes reclamações e pedidos de providências enérgicas contra o grande número de 'vagabundos' e 'bêbados' e a 'horda de ratoneiros, 'desordeiros' e 'indivíduos sem ocupação honesta' que, se aproveitando de uma 'suposta tolerância' da polícia, 'infestavam' a cidade e a transformavam em uma espécie de paraíso ou refúgio para criminosos fugidos de outros centros (Oliveira, 2010, p. 218).

Foi exatamente a partir de ações punitivas que as classes conservadoras buscaram enfrentar o agravamento da pobreza urbana e o crescimento acelerado da população.

A questão habitacional aparece na realidade da cidade com urgência. Crescem o número de cortiços e casebres, retratados na visão da elite através dos jornais da cidade como “aleijões” que afetavam o “núcleo de população mais desenvolvido e progressista da terra mineira” (Oliveira, 2010, p. 219).

Andrade (1987) e Christo (1994) destacam que os cortiços da cidade eram habitados por trabalhadores das indústrias, majoritariamente estrangeiros, que enfrentavam dupla espoliação: passavam mais de doze horas nas fábricas e, à noite, se agrupavam nos cortiços do centro, onde os preços exorbitantes dos alugueis os impediam, até mesmo, de se alimentarem dignamente. Os autores apontam que, dentre os trabalhadores, se encontravam principalmente

alemães, italianos e portugueses. A migração para a cidade inicia seu período mais ascendente no final do século XIX e início do XX.

Na proeminente cidade mineira, é justamente na área central que estavam concentradas a maior parte das casas de negócios, hotéis, residências mais abastadas, oficinas e fábricas. Nesse sentido, a pressão para que os trabalhadores e suas famílias saíssem dessa região foi muito significativa. No entanto, ao mesmo tempo que existia uma pressão para a retirada desses indivíduos do centro, houve também um aumento cada vez mais substantivo dessas moradias, uma vez que com a expansão da cidade e com o processo de industrialização, mais e mais trabalhadores se direcionaram para aquela área em busca de empregos.

É evidente que devido à longa jornada de trabalho nas fábricas e ao custo elevado e pequena abrangência dos transportes públicos na cidade, os trabalhadores optaram por se alocar próximos aos postos de trabalho. Ainda nessa época, os bairros operários mais populosos estavam situados próximo ao centro, e foram identificados a partir de características particulares, como no caso do “Morro do Santo Antônio”, descrito pelo *jornal do commercio* de 5 de abril de 1906 como:

Bairro de uma população elevadíssima, a dez minutos da rua Halfeld, o Morro de Santo Antônio [hoje parte alta da Rua Espírito Santo e arredores da praça do Cruzeiro] pelo descuido e falta de alinhamento das ruas, aspecto lúgubre e miserável de dezenas de construções em que há carência absoluta de condições de habitabilidade, parece estar a cem léguas de um centro civilizado. Se não fora a benignidade do clima juiz-forano, o Morro do Santo Antônio, onde a maioria das casas não tem água potável e onde não há latrinas com escoamento para os coletores da cidade baixa, seria com certeza um foco de epidemias. [Solicita, assim, às autoridades que] ergam as vistas até o Morro de Santo Antônio, colmeia de laboriosas abelhas, donde, pela manhã, à luz dúbia do crepúsculo matinal, descem em bandos, aos trambolhões, por vielas níveas e esburacadas, centenas de operários de ambos os sexos que vem à cidade baixa trazer o concurso de sua atividade e de seu trabalho às indústrias, que aqui prosperam (Oliveira, 2010, p. 223).

No centro da cidade, à época, podem ser citados o Morro de Santo Antônio, a Serra, o Botanágua, o Poço Rico, Largo do Riachuelo, ruas Santa Rita, XV Novembro, São Sebastião, entre outras regiões que formavam os principais pontos na cidade onde estavam localizados os cortiços e moradias operárias.

Além desse tipo de moradia, muitos outros trabalhadores residiam em cubículos nos fundos das oficinas e lojas em que trabalhavam. Oliveira (2010) menciona que o mercado de alugueis se constituiu muito rentável para proprietários e comerciantes que alugavam imóveis no centro – por isso a falta de apoio dos empresários da cidade às campanhas higienistas contra “tais habitações” no início do século. Inicialmente, os proprietários não aderiram às ações municipais, o mercado de alugueis era imensamente mais vantajoso. Porém, conforme a

cidade ia crescendo, os terrenos se tornavam cada vez mais valiosos e as epidemias se espalhavam, a elite buscou aproximar-se dos interesses da Câmara. Já nos primeiros anos do século a implementação mais rigorosa de códigos sanitários e projetos de reorganização do espaço urbano fizeram com que gradativamente as moradias proletárias no centro fossem se desfazendo.

Surgem as primeiras iniciativas visando conter a expansão dos cortiços em Juiz de Fora. Em um ofício encaminhado pela Sociedade de Medicina e Cirurgia local à Câmara Municipal, a questão habitacional aparece através de alguns componentes. Primeiro, estabelece-se uma relação direta entre proliferação de doenças e o aumento dos mais diversos tipos de moradia popular na área central da cidade:

Convencida de fazer desaparecer do centro da cidade estas infectas habitações, assim como da conveniência de chamar para fora dela os habitantes dos cortiços, (...) em bem da salubridade pública (...) que a Câmara abra concorrência para habitações [para operários] (...) estabelecendo em editais as condições higiênicas convenientes e o preço máximo do aluguel, concedendo aos proponentes vantagens que lhes garantam os indispensáveis lucros, e formulando um regulamento disciplinar garantidor dos direitos dos proprietários e da ordem pública (O Pharol, 14 maio 1890, p.1 apud Oliveira, 2010).

Desde o início, a solução para a habitação operária baseou-se na remoção e realocação. Como mostra esse relato, a proposta visava fomentar o mercado imobiliário em áreas mais afastadas, eliminando os cortiços do centro. Essa iniciativa incluía padrões disciplinares, como se o comportamento dos operários fosse responsável pela disseminação de doenças. Com menos de três meses de existência, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora já havia apresentado um plano municipal para implementar habitações higiênicas, removendo os cortiços e seus moradores do centro e realocando-os em outras regiões. Os objetivos da associação estavam claros,

No espaço político através do qual os homens de ciência se impunham ao poder público [...] os primeiros passos serão dados no sentido de se pressionar a Câmara, para que esta promova o recenseamento municipal [...] execute os artigos do Código de Posturas referentes à saúde pública; saneie os cortiços situados no centro da cidade, e desenvolva planos de habitações populares (O Pharol, 25 agosto 1890, p.1 apud Oliveira, 2010).

Oliveira (2010) destaca que os ofícios emitidos pela associação revelavam objetivos específicos, como incentivar investimentos na construção e aluguel de “casas higiênicas e baratas” para trabalhadores, remover cortiços e outras habitações populares das áreas centrais de Juiz de Fora e proteger os interesses dos proprietários, comerciantes e capitalistas

estabelecidos no núcleo urbano. Esses objetivos também refletem a maneira como a questão habitacional foi historicamente gerida no contexto nacional.

Como destacamos no capítulo anterior, o Estado começa a intervir na questão habitacional a partir de investimentos em empreiteiras e construtoras que projetam possibilidades alternativas de moradia para parte da classe trabalhadora que consegue arcar com os custos do financiamento. Ainda, o movimento de retirada dos pobres dos centros urbanos é fato ocorrido em diversas cidades brasileiras, principalmente as cidades mais industrializadas e urbanizadas. Todas essas propostas e alterações estão alinhadas a um claro objetivo de classe, visando a preservação da propriedade privada principalmente quando esta se localiza em pontos estratégicos no território, como as áreas centrais valorizadas. Nesse sentido, Juiz de Fora segue a realidade nacional.

Abreu (2009) destaca que, no final do século XIX e início do XX, devido aos altos índices de contaminação por tuberculose em Juiz de Fora, especialmente entre moradores de cortiços, muitas famílias foram removidas para instituições de saúde como o "lazareto"<sup>6</sup>, uma instalação destinada ao isolamento e tratamento de doentes. O "lazareto" era um local para abrigar os pobres da cidade. No final do século XIX, suas instalações já se encontravam em péssimas condições. No início do século XX passou por uma reforma, estabelecendo-se no mesmo local, no bairro Vila Ideal, zona sudeste da cidade, o Asilo de Mendigos. Atualmente é um abrigo de idosos, o Abrigo Santa Helena (Oliveira, 1966).

Para os pobres, o único recurso apontado pelas autoridades sanitárias era a remoção para o lazareto, visto por estas autoridades como em estado precário [...] sendo a remoção apontada, dentro da própria SMCJF, como de 'extrema crueldade'. Aqueles que dispunham de condições de atendimento domiciliar, permaneciam isolados em suas próprias residências, mas os habitantes de cortiços iriam para o lazareto (Christo, 1994, p.131).

O que podemos concluir é que a condição fragilizada pela contaminação de doenças também foi usada como pretexto para a remoção. Os pobres não foram levados para essas instalações de saúde para serem cuidados e tratados. A ideia era retirá-los do centro, ainda que nessas circunstâncias. Conforme as expulsões iam ocorrendo, as famílias que antes residiam no centro começavam a migrar para regiões mais afastadas onde não seriam impedidas de habitar (temporariamente). Aqueles que não possuíam recursos para alugar moradias se afastavam cada vez mais da região central somando-se a população que já estava em processo migratório para as encostas dos morros.

---

<sup>6</sup> O Lazareto foi um asilo fundado por médicos e padres em Juiz de Fora com o propósito de acolher "os desprotegidos da fortuna e os que vagam pelas ruas da cidade" (Oliveira, 1966, p. 130). Inicialmente, o projeto previa sua instalação no centro da cidade, mas, devido à oposição da elite, acabou sendo construído em um terreno próximo ao rio Paraibuna, na interseção com a Estrada União-Indústria.

O movimento de saída da população da região central foi impulsionado por diversas forças. Andrade (1987) destaca que, entre as décadas de 1910 e 1920, Juiz de Fora enfrentou uma grave escassez de moradias devido ao crescimento urbano acelerado. Em resposta, medidas estatais foram adotadas, como a Resolução 666 de 1912, que isentava de impostos os proprietários que construíssem conjuntos residenciais para aluguel. Apesar dessas iniciativas, a falta de habitações contribuiu para o aumento significativo dos aluguéis, especialmente nas áreas centrais da cidade.

Um dos jornais mais lidos da época, *O Diário Mercantil*, destaca que, apesar dos incentivos municipais à habitação, a construção de novas moradias não acompanhou o rápido crescimento populacional. Esse aumento foi amplamente acelerado pela migração em massa de trabalhadores ex-escravizados para a área urbana da cidade e pela instalação de unidades militares em Juiz de Fora. De acordo com a autora, soma-se a esse fato uma elevação nos preços dos materiais de construção e o aumento salarial dos operários depois da greve de 1920, pressionando para cima os valores dos aluguéis e dos imóveis.

Os efeitos da crise são apontados pelo *Diário Mercantil*:

Continua a merecer cuidados especiais a crise das habitações na cidade. Os aluguéis sobem vertiginosamente, agravando ainda mais o mal-estar das classes menos favorecidas da fortuna. E mesmo assim não há casas. As famílias de operários começam a se reunir em cortiços, tornando-se habitáveis casas que mereciam ser condenadas pela higiene. Há bairros inteiros como o do zinco, o do Pito Aceso, e Morro Seco, em que a classe operária se aglomera em casebres toscos de adobe e de sapé, formando focos permanentes de todas as moléstias. Por outro lado, a cidade não pode desenvolver-se, nem a população aumentar, justamente devido à falta de casas, por isso, que os abastados, os que têm recursos, não se sujeitam a sofrer a crise das habitações (*Diário Mercantil*, 13 de fevereiro de 1920, p.1, apud Oliveira, 2010).

Pois é do domínio público a falta de casas para operários na cidade, onde as que haviam foram transformadas quase todas, em casas de gente rica, cujos aluguéis que eram de 30\$ passaram a 45\$. Ainda assim, a população operária aumenta diariamente com a instalação de novas indústrias, reclamando sérias providências a escassez de habitações (*Diário Mercantil*, 28 de maio de 1921, p.1 apud Oliveira, 2010).

Os noticiários apontavam as condições insalubres dos operários. Conforme os valores iam subindo, a estratégia era a reunião das famílias em cortiços que não possuíam capacidade de abrigar tantas pessoas em um mesmo lugar – é evidente que esse movimento geraria impactos relacionados à proliferação de doenças. O processo de valorização imobiliária em Juiz de Fora teve como alvo principal a remoção dos cortiços:

Cumpre-nos chamar atenção das autoridades (...) para a intolerável exploração que campeia em nossa cidade, quanto aos aluguéis das casas... tal é o abuso de alguns proprietários, que não tem uma mínima gota de caridade para as classes proletárias. De janeiro em diante, não haverá nesta cidade de 50 mil habitantes mais casas baratas. Os casebres, anti higiênicos, que há cinco anos eram alugados a 10\$ mensais, hoje estão por 40\$ e mais. Os de 30\$ estão por 90\$. Os de 50\$ estão por 120\$ e assim por diante. Dessa maneira, com os gêneros alimentícios

caros, como é que um cidadão tendo família e ganhando de 120\$ a 180\$ por mês pode pagar um aluguel de 80\$ ou 120\$? (Lince, 17 de Novembro de 1923 apud Oliveira, 2010).

Esses trechos destacam aspectos cruciais do processo em análise: o aumento dos alugueis e o crescimento acelerado da população da cidade resultaram na expulsão de famílias pobres do centro. Além disso, outros grupos que chegaram à cidade nesse período, como a comunidade de ex-escravizados, também não se estabeleceram na região central. Nesse contexto, durante o desenvolvimento dos projetos de higienização promovidos pela Sociedade de Medicina, com o apoio da Câmara Municipal, o centro começou a ser transformado em um espaço cada vez mais elitizado.

Assim como ocorreu na realidade nacional, a crise das moradias urbanas impulsiona um movimento de pressão para a retirada dos pobres das áreas mais valorizadas da cidade. Como ressaltado pelo jornal Lince, em 1923, a classe operária juizforana vivencia uma crise que conjuga o aumento do aluguel, a ameaça do despejo, a insegurança habitacional, o aumento dos custos de vida e a culpabilização pelas instituições médicas da sua situação. As saídas são limitadas à realocação para áreas onde o mercado imobiliário ainda não era incidente.

O próprio poder público municipal, na tentativa de conter o crescimento desordenado da cidade, favoreceu as ocupações precárias e irregulares na periferia, intensificando a segregação dos pobres urbanos. Esse processo é evidente desde 1916, quando a política municipal passou a expulsar os operários para as periferias da cidade, como demonstrado pela Resolução nº 706, de 1º de fevereiro 1916:

Art. 1º Dentro do perímetro urbano, não será permitida a abertura de avenidas para operários ou ruas de largura inferior a 13 metros, e cujo plano não for aprovado pelo agente executivo municipal.

§ 1º O agente executivo municipal fica autorizado a desapropriar as habitações existentes nas avenidas abertas no interior dos quarteirões da cidade e a demolir as mesmas, quando as condições financeiras do município permitirem. (Resoluções da Câmara Municipal, apud Andrade, 1987, p. 43).

Simultaneamente, o município implementou incentivos fiscais para construtoras e empreiteiras voltadas à execução de projetos habitacionais – como já sinalizamos. Andrade (1987) relata que nesse período muitos empresários utilizaram esses subsídios para erguer habitações, mas acabaram revendendo-as para famílias e indivíduos de classes mais abastadas da região.

E lembra ainda da esperteza do presidente da câmara quando construiu uma multidão de casas para operários à sombra das leis municipais protetoras e, depois, uniu-as duas a duas, formando casas para gente melhor de vida e

logrando o objetivo da lei e a fazenda pública pois só pagou taxas referentes a cada grupo de duas casas (Andrade, 1987, p.59). A classe pobre ainda não se via beneficiada de tais favores. Apenas os ricos, os capitalistas lucravam, aumentando suas rendas, com alugueis compensadores e, às vezes, excessivos. O operário, o trabalhador, em geral, não podia ainda sonhar com a casa própria (Oliveira, 1966, p. 232)

É importante destacar este relato para ressaltar duas questões. Primeiramente, historicamente, a construção de moradias e conjuntos habitacionais no Brasil e em Juiz de Fora não atendeu às classes mais pobres. A elite não demonstrou qualquer interesse em melhorar as condições de moradia dos trabalhadores, especialmente em áreas de alto valor. Isso ocorre mesmo quando a expulsão de comunidades inteiras é o preço a se pagar. Ainda, os trabalhadores não conseguem arcar com os altos custos de financiamento e aluguel no centro da cidade – como o relato acima descreve, a moradia é um dos maiores gastos para a manutenção do trabalhador. Esses custos devem ter um limite, caso contrário, afetam diretamente outras necessidades básicas, como alimentação e transporte.

Em segundo lugar, a crise da moradia nos centros urbanos, incluindo Juiz de Fora, não poderia ser resolvida simplesmente com a construção de mais casas — não na sociedade capitalista. A construção de novas moradias não traz, por si só, benefícios diretos para a classe trabalhadora. Isso é evidente ao analisarmos o cenário atual. O Brasil possui cerca de 6 milhões de famílias sem moradia ou vivendo em condições precárias, enquanto há mais de 11 milhões de imóveis desocupados, incluindo propriedades vazias, à venda, para alugar ou abandonadas, o que representa cerca de 13% de todos os domicílios do país (IBGE, 2022).

Como trabalhamos no primeiro capítulo, de acordo com Engels (1873), a produção de moradias por si só não resolve o déficit habitacional – de pouco serve construir habitações se as pessoas não têm condições econômicas para comprá-las. Na verdade, o mercado imobiliário lucra com a especulação dos imóveis: quanto mais caro e mais competitivo, mais lucrativo. Como estamos trabalhando, a moradia é um dos custos mais onerosos para a classe trabalhadora – se o salário é gasto todo com habitação, como atender outras demandas? Para a maioria das famílias de renda baixa, a garantia da residência própria é viável apenas em periferias e favelas, onde os imóveis têm preços mais acessíveis e permitem a construção gradual. Porém, o mercado habitacional não opera com base na satisfação das necessidades humanas, mas na busca de lucro – essa é a razão principal que justifica o déficit habitacional na atualidade. Nesse sentido, a resolução do problema da moradia não pode se dar em uma sociedade onde o lucro é priorizado em detrimento às necessidades humanas.

Em Juiz de Fora, o cenário da primeira metade do séc. XX está amplamente configurado: industrialização crescente, imigração europeia, crescimento urbano,

aparecimento de cortiços, êxodo rural da população ex-escravizada, encarecimento de imóveis, ocupação de áreas periféricas na cidade, legislações municipais que embasam o despejo de comunidades/famílias operárias do centro, e realocação dessas nas encostas e bairros ao entorno da região central.

## 2.2 Expansão das favelas em Juiz de Fora: Um processo iniciado nos anos 1960

De acordo com Abreu (2009), em meados da década de 1960 os jornais da cidade começam a fazer menção ao aparecimento de um novo fenômeno na cidade: as favelas.

Pode o cidadão acostumado apenas a pensar que tudo são flores na “Manchester”, mas ficará boquiaberto se der um giro pelos arredores e presenciar a miséria e a dor que predominam nos bairros pobres [...] qualquer animal de estimação, em qualquer casa da classe média, tem uma existência melhor do que muitos dos pobres favelados (Diário da Tarde, Juiz de Fora, 15 jul. 1961. p.3 apud Abreu, 2009, p.44)

Há indícios de que a primeira área a ser ocupada de forma efetiva, e a ser reconhecida e classificada como favela na cidade, tenha sido a Vila Olavo Costa, situada na zona sudeste de Juiz de Fora. O nome da localidade faz referência ao ex-prefeito Sérgio Olavo Costa, o segundo prefeito eleito pelo voto popular, que governou o município de Juiz de Fora entre 1951 e 1954, e novamente em sua segunda gestão, de 1959 a 1962. Há indícios de que esse território tenha começado a ser ocupado no final da década de 1950. De acordo com o Diário Mercantil, o prefeito era constantemente contactado por famílias pobres a fim de que solucionasse sua situação habitacional:

Era procurado na Prefeitura, por famílias necessitadas que não tinham onde ficar, ele lhes dava autorização para construir seu barraco [...] E de permissão em permissão, surgiu a Vila do Olavo, depois oficializada como Vila Olavo Costa [...] Casebres amontoados morro acima, de madeira, lata e até papelão. Crianças convivendo diariamente com as mais diversas espécies de verminoses e em contato direto com a falta de higiene, peculiar aos lugares onde a água é objeto de luxo [...] a Vila fica distante do bairro Bom Pastor, um dos mais requintados de Juiz de Fora, apenas cem metros. De um lado a riqueza, a tranquilidade, a quase certeza de um bom dia de amanhã. Do outro todos os contrastes, com a certeza de um dia sem amanhã (Diário Mercantil, Juiz de Fora, 18 e 19 fev. 1973. p.12 apud Abreu, 2009, p.46).

Esse relato é importante porque mostra como algumas ocupações contaram com a autorização de órgãos públicos, como ocorreu no relato acima (Diário Mercantil, Juiz de Fora, 18 e 19 fev. 1973. p.12 apud Abreu, 2009, p.46). Esse fato é significativo porque, diante de desastres como deslizamentos de terra, a culpa costuma recair sobre a população e suas "escolhas". No entanto, é essencial lembrar que, primeiro, essas famílias não optaram livremente por morar em terrenos na periferia da cidade e, segundo, essas ocupações

ocorreram com a anuência da prefeitura – como relata a reportagem do Diário Mercantil acima. Embora muitas ocupações aconteçam sem a devida autorização, a existência de indícios de anuência estatal reforça a responsabilidade do poder público quando ocorrem desastres.

Canettieri (2019, p. 137) aponta esse processo, ressaltando ainda um outro elemento que justifica a não intervenção estatal em determinados territórios (enquanto esses ainda não tem valorização imobiliária). O autor explica que o Estado não apenas tolera a informalidade e a ilegalidade, mas também as permite por necessidade econômica. A indústria periférica depende de um grande contingente de trabalhadores dispostos a vender sua força de trabalho por valores extremamente baixos para que possam integrar o circuito produtivo. Nesse contexto, quanto menor o valor social necessário para a sobrevivência cotidiana da classe trabalhadora, maior a quantidade de trabalho não pago, que é convertida em capital e apropriada pela classe capitalista. Assim, a crescente pobreza e a expansão das periferias metropolitanas foram essenciais para a reprodução do capital e para a inserção dos países periféricos na economia globalizada. Esse processo gerou um excedente de lucro, possibilitando a formação e manutenção da burguesia nacional. Por esse motivo, o Estado, por vezes, não interfere, porque o Brasil, como país periférico, utilizou e ainda faz uso do sobretrabalho para enriquecer a burguesia nacional e para continuar o ciclo de reprodução do capital no país.

Voltando ao surgimento das favelas em juiz de fora, nesse mesmo período aparecem também notícias de outro local identificado como tal:

Juiz de Fora, foi uma cidade feliz. [...] Existe agora, [1967] entre nós a ameaça de um problema que atormenta – e muito – a vida de uma cidade grande. Já começa a aparecer em Juiz de Fora uma favela. Até agora, o único lugar que se assemelhava um pouco a uma favela é o lugar conhecido como “Buraco do Olavo”. Mas, agora, a situação é diferente. Em pleno centro da cidade existe uma favela em formação. (Diário Mercantil, Juiz de Fora, 09 e 10 jul. 1967. p.6 apud Abreu, 2009, p.46)

A localidade em questão é na Rua Calil Ahouagi, na altura do atual colégio Santos Anjos. Embora atualmente não exista mais uma favela nessa rua é importante lembrar que a poucos anos atrás, alguns moradores em situação de rua ocupavam aquele espaço ao lado dos trilhos do trem, onde também estava localizado um dos albergues da cidade. Como é um local no centro da cidade que possui alguns comércios e fábricas, a remoção das famílias já era esperada. Na década de 1960 o Diário mercantil descreve a situação cotidiana dos moradores:

Por todo o lado, o panorama é o mesmo. A imundice está em todos os barracos. [...] Não há privadas. O mau cheiro exala de todo lugar [...] As crianças andam seminuas [...] Nessa favela, homens e animais – no caso cachorros, pois não há outros – levam uma vida em comum. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 13 jul. 1967. p.6. Problemas da Cidade (III) (*Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 13 jul. 1967. p.6. apud Abreu, 2009, p.46).

Fazendo a análise da constituição da população dessa favela em específico, o jornal apresenta as origens dos moradores e o motivo de estarem ali.

[A origem] Varia muito, sendo que a maior parte veio da Várzea Carlos Barbosa (45,95%), mas há famílias provenientes da Vila Santa Rita de Cássia, Vila Olavo Costa, Bonfim, Ipiranga, Vale dos Bandeirantes e outros bairros. A maioria mudou por despejo, mas a abertura de ruas e a falta de recursos, também levou muita gente para a favela (*Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 29 jul. 1967. p.6 apud Abreu, 2009, p.47).

Esse relato é importante porque expõe a precariedade da população originária desses bairros supracitados. Embora eles não sejam necessariamente favelas, abrigam uma população que desde o último século vivencia insegurança habitacional. Esse fato aponta para os padrões de nomadismo e migração dessa população. Grande parte das pessoas que compunham a favela vieram da Várzea Carlos Barbosa – na mesma altura do Ladeira, mas do outro lado do rio Paraibuna. Dessa forma, essa população foi removida do local anterior e migrou para uma localidade próxima. Como exposto no relato, o Estado tem papel fundamental na remoção dessas famílias, seja por ordem de despejos, seja por obras de infraestrutura – como a abertura de ruas – impactando na expulsão das comunidades. Essas remoções demonstram a falta de planejamento e políticas habitacionais – as pessoas foram removidas de um espaço e se alocaram em outro próximo sem qualquer intervenção que visasse o melhoramento de sua condição de vida e moradia.

Historicamente, o Estado regulou o espaço da cidade para o benefício da acumulação de capital, o que inclui a remoção de comunidades empobrecidas de áreas valorizadas pelo mercado. Em Juiz de Fora, esse processo é amplamente visível na trajetória de diversas comunidades como o Dom Bosco – que perdeu parte de seu território para a construção de empreendimentos (Barreto, 2013), a comunidade da Vila da Prata – que foi expulsa do território hoje conhecido como Parque da Lajinha (Abreu, 2009), o Bairro Alto dos Passos – que como mostramos, antes de ser um polo de concentração de comércios e moradias para as classes altas, era originalmente ocupado por ex-escravizados, dentre outras alterações na área urbana da cidade (Batista, 2006).

Embora todo o esforço para retirar os pobres das áreas centrais valorizadas, o aparecimento das favelas também foi alvo de iniciativas de erradicação, como apresentado pelo trecho a seguir, que detalha um dos posicionamentos do então prefeito da época, Itamar Franco (1967-1970), determinando que:

Todo barraco que for iniciado, será derrubado imediatamente [...] essa medida vem sendo cumprida sem o menor problema [...] Em seguida à proibição, foi feita uma notificação aos favelados, para que eles procurem, o mais depressa possível, um outro local para morar. Essa medida, poderá acabar com a favela, desde que os favelados não mudem em bando, reunindo-se em outra área desabitada. Se eles se mudarem individualmente, para pontos diversos, acabará o problema criado com o crescimento do núcleo de favelados, embora isto não solucione o problema social das famílias, que vivem em condições sub-humanas (Diário Mercantil, Juiz de Fora, 29 jul. 1967. p.6 apud Abreu, 2009, p.48).

A preocupação principal apresentada é a visibilidade dessas comunidades – não o reconhecimento de que essa problemática precisa ser discutida e abordada pelo Estado. A solução é espalhá-los, "acabar com o problema". É claro que essa proposta esconde algumas questões, tem a ver com a valorização monetária da região, com uma tentativa de deixar as cidades mais aparentemente justas e sem desigualdades, mas também tem a ver com uma tentativa de isolar sujeitos sociais para que percam força, eles e suas reivindicações. Afinal, a coletividade pode comprometer e questionar a ideia de que nossas cidades não tem desigualdade. Indivíduos sozinhos dificilmente levantarão suas vozes para reivindicar mudanças.

Ainda, apesar de serem amplamente invisibilizados pela elite e pelo poder público, a migração coletiva acabaria por atrair mais atenção, conferindo-lhes certa visibilidade. Esse movimento poderia provocar certo mal-estar social, obrigando a adoção de medidas redistributivas.

A proposta de retirada dessas famílias também segue a ordem: que os pobres procurem por si mesmos um lugar para morar e que de preferência sejam lugares distantes e invisibilizados. Para aquelas famílias que já expulsas dos cortiços, agora expulsas das favelas, a alternativa é a permanência na ilegalidade<sup>7</sup>. Constantemente famílias sem moradia ocupam áreas de risco geológico, como as encostas dos morros, margens de rios e córregos – como veremos mais à frente, foi o caso da população da Favela do Rato.

Como destaca Davis (2006), a questão é que, com o crescimento dos centros urbanos, a expansão urbana conecta os territórios, limitando ainda mais as opções de deslocamento. A realidade é a concentração territorial de comunidades empobrecidas – atualmente, além das favelas, um outro fenômeno tem sido estudado, as megafavelas<sup>8</sup>. Essas populações acabam

---

<sup>7</sup> Maricato (2006, p. 122) trabalha com o termo "cidade ilegal" ou "ilegalidade" para se referir à ocupação ilegal do solo urbano, aquela que não se dá por meio de padrões jurídicos estabelecidos. Ela diz que, na realidade, essa parte da cidade é ignorada na representação da "cidade legal", mas que de fato compõe a cidade. A autora aponta que a ilegalidade é funcional às relações políticas arcaicas, ao mercado imobiliário restrito e especulativo e à aplicação arbitrária da lei, a partir de relações de favor.

<sup>8</sup> Davis (2006) detalha esse fenômeno que ocorre quando bairros pobres e comunidades marcadas pela ocupação ilegal do solo fundem-se em cinturões contínuos de moradias informais e pobreza, em geral na periferia urbana. Mais informações, ver página 37.

por criar redes de apoio e solidariedade que sem os quais não poderiam sobreviver em outro local, fato que torna a dinâmica de sobrevivência nas comunidades e favelas imprescindível.

Em Juiz de Fora, como podemos perceber pelos relatos trazidos acima, os pobres foram deslocados forçadamente ao longo da história da cidade. A diversidade de origem dos ocupantes de áreas precarizadas evidencia que, em geral, esses indivíduos estão em constante mobilidade, migrando frequentemente dentro da própria cidade, de um bairro pobre ao outro, de uma favela para outra. Esse deslocamento não se limita às favelas já estabelecidas, mas também inclui a ocupação de áreas desabitadas, resultando na formação de novas comunidades. Assim, tornam-se nômades urbanos, vivendo como moradores transitórios em um estado permanente de realocação (Davis, 2006).

Abreu (2009) levanta a hipótese de que a chegada de novas indústrias no final da década de 1960 e início da década de 1970, seguida pela instalação de um parque industrial na zona norte de Juiz de Fora, pode ter sido um fator decisivo para a expansão das favelas – principalmente porque, como veremos, essa é a região da cidade em que atualmente existem mais favelas. A possibilidade de emprego nessas futuras indústrias atraiu migrantes de municípios vizinhos, embora a maioria desses trabalhadores não tenha sido absorvida pelo mercado industrial devido à falta de qualificação.

Para muitos, desempregados e sem perspectivas de trabalho em suas cidades de origem, restaram poucas alternativas para acessar a moradia regular. Assim, essas pessoas se somaram a uma população já significativa de desapropriados da própria cidade, estabelecendo-se na periferia urbana. Esse movimento contribuiu diretamente para o crescimento das ocupações que passaram a ser classificadas como favelas em Juiz de Fora.

Em 1972, de acordo com os noticiários 5% dos moradores da cidade residiam em favelas:

Segundo gráficos oficiais [...] a incidência de favelas registra-se nos seguintes bairros e subúrbios: Sítio do Stopa (cinquenta barracos), Várzea Carlos Barboza (cem barracos), Margem do Paraibuna (setenta e um), Vila Marumbi (dezoito), Linhares (cinquenta e seis), Estrada São Pedro (vinte), Vila Santa Rita (cinquenta), Serrinha (quarenta e cinco), Teixeiras (vinte e dois), Boa Vista (vinte e três), Vila Olavo Costa (duzentos e oitenta), Vila São Benedito (cinquenta), C.A.S.C. (sessenta). [...] Todos estes núcleos urbanos caracterizados como polos de sub-residências são responsáveis pelo abrigo de 3.380 favelados (cerca de 845 famílias) em mais de 800 barracos (Diário da Tarde, Juiz de Fora, 19 dez. 1972. p.2 apud Abreu, 2009, p.49).

Os dados divulgados pelo jornal foram ainda apresentados com o alerta de subnotificação da população – fato que aponta a possibilidade de uma população habitante em favelas já muito superior na época. Na década de 1970, os cortiços que caracterizavam o início do século XX já haviam praticamente desaparecido do cenário da cidade (Abreu,2009).

Enquanto isso, a realidade dos baixos salários, ou a total ausência deles, impedia o acesso à moradia digna. Os preços de aluguel tornaram-se inacessíveis para grande parte da população, como mostramos anteriormente. No final do século XX, a favela consolidou-se como uma das alternativas de moradia mais recorrentes para a população urbana mais pobre. Esse fenômeno foi resultado de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos que limitaram outras opções de habitação, agravando as desigualdades no espaço urbano.

A omissão do poder público na expansão dos loteamentos clandestinos fazia parte de uma estratégia para facilitar a construção da casa pelo próprio morador que, embora não tivesse sido planejada, foi se definindo na prática, como um modo de viabilizar uma solução habitacional ‘popular’, barata, segregada, compatível com a baixa remuneração dos trabalhadores e que, ainda, lhes desse a sensação, falsa ou verdadeira, de realizar o sonho de se tornarem proprietários. Com a expansão periférica garantia-se dois objetivos há décadas buscados pela elite: desadensar e segregar (Bonduki, 2004, p. 288)

Como bem disse Abreu (2009), esse processo foi marcado pelo acesso ao direito à moradia (ainda que de forma muito precária), mas às custas da negação ao direito à cidade.

Estudiosos dos processos de favelização e urbanização em Juiz de Fora apontam o final da década de 1970 e início de 1980 como um período de ação sistemática da prefeitura na tentativa de dissolução e remoção das favelas. Algumas dessas tentativas de fato se efetivaram e muitas famílias e comunidades foram desapropriadas e obrigadas a migrar para áreas distantes de seus locais originais. Dentre esses:

A desapropriação de alguns lotes no bairro Dom Bosco para implantação de uma obra da Prefeitura, denominada “Casa da Comunidade”; a desapropriação de uma favela, no bairro Bandeirantes, onde viviam aproximadamente cem pessoas, com o objetivo de realizar obras de capeamento do córrego da Tapera e a construção da Avenida Marginal; ainda no mesmo bairro, a desapropriação para alargamento de ruas, de mais de cem famílias, moradoras da rua Paracatu, e rua Tenente Freitas, sendo que algumas residiam no local há aproximadamente sessenta anos; as desapropriações das ruas Benjamin Constant e mediações do bairro Vitorino Braga, para a construção do córrego do Yung; a desapropriação de moradores da parte baixa da rua São Sebastião, no centro, para a execução de obras da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA); a desapropriação de aproximadamente cem famílias do bairro São Dimas, para a construção do Terminal Rodoviário; a desapropriação de cerca de quarenta famílias no bairro Grama, que viviam no leito desativado da Rede Ferroviária Federal, cuja posse passou a ser da Prefeitura, dentre outras (Abreu, 2009, p.61).

No final da década de 1970, Juiz de Fora não possuía nenhuma política habitacional para a gestão da crise urbana que impactava particularmente a população mais empobrecida, porém grandes investimentos em obras de limpeza e embelezamento urbano foram implementados na cidade. Em 1977 o prefeito eleito Antônio Mello Reis marcou o período pelas propostas de erradicação das favelas na cidade.

Colocar em prática um plano de governo humanista, com base numa reformulação geral nos conceitos administrativos. Um governo técnico, voltado para as aspirações do homem [...] Com uma legislação rigorosa

[...] o prefeito pretende que a cidade “não se transforme num centro de favelas”, em decorrência da migração que já se pode prever tendo em vista os novos apelos da industrialização nos próximos quatro anos [...] o prefeito fez uma exigência na escolha de seus assessores diretos: ‘todos teriam de ter uma boa dose de formação humanista, para que qualquer decisão técnica não fosse alicerçada em argumentos de caráter basicamente social’ (Diário Mercantil, Juiz de Fora, 30 e 31 jan. 1977. p.3-4 apud Abreu, 2009, p.53).

Durante a gestão de Mello Reis (1977-1982), contradizendo o relato, as demandas de caráter social não foram tratadas como prioridade na cidade. As decisões foram conduzidas através de um enfoque técnico, desconsiderando apelos ou demandas de caráter social. Em Juiz de Fora, o maior número de remoções de moradores de favelas aconteceu na gestão desse prefeito.

As remoções faziam parte de uma operação chamada "Operação-Gente", visando sustentar a ideia de que essa era a alternativa mais humana possível para as comunidades submetidas às ações da prefeitura. Porém, o que ocorreu na prática é que diversos proprietários foram obrigados a abandonar suas residências e se instalarem em alojamentos inferiores e muitas vezes sem as mínimas condições de vida. Há casos em que a Prefeitura, mesmo cobrando imposto territorial e predial dos moradores, exigiu a “devolução” da área, argumentando ser de sua propriedade (Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 25 dez. 1981. p.7. apud Abreu, 2009, p. 54).

Algumas famílias, antes de serem transferidas para novos loteamentos eram transferidos para locais deploráveis, como foi o caso da remoção de 20 famílias de uma favela no bairro ladeira. Os moradores foram despejados em estábulos de um Clube Hípico, na zona norte da cidade, por um período superior a um ano. Outras remoções para locais extremamente insalubres eram constantes, conforme noticiado pela Tribuna de Minas em 1981:

Cerca de setenta famílias da Vila Guaxinim foram removidas para a construção de um Centro Social Urbano. Na época foi prometido aos moradores que no novo local onde iriam morar teriam condições de viver bem. Mas a água, a luz e o esgoto [...] não chegaram. Todos os moradores utilizavam de quatro banheiros, três tanques e lamparinas, em forma comunitária, sendo que a água fica exposta, com sérios riscos transferidos para um lugar denominado Canil. Ali foram alojados em um cômodo, em condições bem inferiores às suas antigas residências, sem espaço para plantações, um dos seus meios de sobrevivência (Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 25 dez. 1981. p.7 apud Abreu, 2009, p. 57).

Além da crueldade, esses relatos mostram que as remoções não seguiram nenhum planejamento sistemático que buscasse reconduzir as famílias para locais mais seguros e com mais infraestrutura. Como estamos vendo, o objetivo do poder municipal consistiu na realocação a qualquer custo, para a invisibilização, a partir de uma tentativa de escondê-los, de torná-los ainda mais invisíveis, de segregá-los sócio-territorialmente. A prioridade era remover as famílias das áreas antigas, sem qualquer preocupação com o destino ou as

condições de vida que teriam. Isso fica evidente ao analisarmos os locais para onde foram direcionadas. Os moradores do Ladeira, por exemplo, foram realocados para o bairro Olavo Costa, já considerado uma favela na época. Por sua vez, as famílias da Vila Guaxinim foram transferidas para o Jóquei Clube, outro bairro periférico.

O que concluímos é que o poder público removeu as famílias de locais reivindicados pelas elites urbanas e que não existe um planejamento para a realocação dessas populações, uma vez que muitas são temporariamente direcionadas a locais sem infraestrutura nenhuma. Conforme assinalado pelo sociólogo Luiz Flávio Rainho, “em relação ao problema das favelas em Juiz de Fora, temos comprovado através de pesquisa, que grande parte desse pessoal foi despejado das casas em que morava, devido à valorização de seus imóveis e não por migração” (Amaral, 1979, p. 4 apud Abreu 2009, p.59). A alocação nesses locais não era uma dentre outras opções: era a única saída para essas comunidades.

O poder público demonstrou total despreocupação com o bem-estar desses grupos, como evidenciam os exemplos mencionados, em que famílias foram direcionadas para estábulos e canis desativados. Esses indivíduos foram relegados à própria sorte, invisibilizados e sem recursos financeiros para sustentar a si mesmos e suas famílias. Ao chegarem em territórios ilegais, também não encontram qualquer tipo de planejamento, suporte estatal ou infraestrutura mínima. Como bem destacou Maricato: *"Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás, ela não é sequer conhecida em suas dimensões e características"* (2000, p. 122). Essa afirmação é particularmente aplicável na realidade da Favela do Rato, uma vez que são existem dados publicizados sobre essa comunidade, com exceção do último censo do IBGE que mapeou o número de famílias residentes no território.

Abreu (2009, p. 58) aponta que todo esforço de remoção na cidade estava ligado às obras de urbanização, "a partir do momento em que uma área ocupada por moradias precárias ganhava obras de urbanização os moradores deveriam ser removidos, para que essas áreas fossem valorizadas e os promotores imobiliários continuassem lucrando". Até mesmo áreas como São Mateus e Avenida Independência tiveram desapropriações, nesse caso os moradores receberam vultosas indenizações, o que não ocorreu em outras áreas menos valorizadas da cidade.

O valor dos alugueis também continuava a crescer e o número de despejos era expressivo, conforme descreve a reportagem a seguir:

Como estava sendo previsto, o aumento do aluguel começa a se aproximar da taxa da inflação, com isso, os locatários terão que absorver em outubro um aumento de 84% e os que renovam contrato em novembro, um aumento de 91,3% [...] até o final do próximo ano os alugueis passarão a ser reajustados de seis em seis meses, o

que certamente provocará mais despejos na cidade. De acordo com o Cartório de Distribuição, só no primeiro semestre deste ano, foram registrados 294 casos de despejos, índice superior ao do mesmo período do ano passado (Tribuna de Minas, Juiz de Fora, Outubro de 1981).

Nesse contexto, alguns lotes urbanizados foram disponibilizados às populações removidas por meio de programas de loteamento nas décadas de 1980 e 1990, mas essa prática foi exceção, não a regra – de forma nenhuma cobriu o déficit habitacional da cidade. Em geral, as famílias acabaram ocupando terrenos irregularmente nas áreas periféricas da cidade. Abreu (2009) aponta que, ainda que as famílias recebessem lotes urbanizados, a contenção das favelas não seria uma realidade, uma vez que esses grupos não possuem recursos para a compra de materiais de construção incluídos no programa de loteamento e não teriam condições de arcar com os custos da mão de obra. O que acabaria acontecendo seria a autoconstrução gradativa e precarizada.

De fato, o que aconteceu foi a ocupação irregular de lotes vazios na cidade. De acordo com uma reportagem da Tribuna de Minas em Outubro de 1981, existiam aproximadamente 100 mil lotes em Juiz de fora, dos quais 40 mil estavam vagos e sendo ocupados pela população pobre, que nos bairros periféricos buscava uma alternativa definitiva ou temporária para a sua situação habitacional. Os jornais da época borbulhavam com a questão das ocupações ilegais e muito se falou sobre a flexibilização das leis de usucapião e sobre a regularização das moradias. Os posseiros, como descrito na imagem a seguir, eram considerados favelados pelos jornais e compunham a população que ocupava lotes vazios no período.

# Posseiros ocupam em Juiz de Fora quase quarenta mil lotes

Existem aproximadamente 100 mil lotes em Juiz de Fora, dos quais cerca de 40 mil estão vagos, a maioria ocupada pela população pobre que nos bairros periféricos busca uma área definitiva ou temporária como morada. Partindo do princípio de que a invasão urbana é um dos mais sérios problemas sociais, o advogado Aloysio Moraes defendeu a posse da

terra para os que a utilizam pacífica e ininterruptamente, forma que considera a única capaz de adequar a legislação à realidade.

Fez ainda a defesa de um usucapião que ponha fim à imunidade dos terrenos públicos, afirmando que chegou a hora do governo se sensibilizar e permitir que seus terrenos possam ser transferidos para quem os ocupa. (Página 7).



Foto retirada do jornal Tribuna de Minas, Juiz de Fora, Outubro de 1981.

Bonduki (2004, p.712) esclarece que "a extraordinária expansão do auto-empreendimento não é um processo isolado, mas, faz parte da desestruturação do mercado de moradias populares produzidas por empreendedores privados". Dessa forma, os pobres acessam o direito à moradia, pois regularizam sua terra, mas tem o direito à cidade negado. Assim, isolados, longe do trabalho, distantes dos serviços básicos e cada vez invisíveis, essas populações aumentam e continuam perpetuando suas necessidades não atendidas.

Outra notícia reforça o cenário que estamos construindo aqui:

A notícia chega a ser alarmante sob o ponto de vista sociológico: os posseiros (ou favelados) já ocupam quase 40 mil lotes urbanos em Juiz de Fora através de uma instalação pacífica e lenta. De certa forma - e vivendo no mais alto grau da promiscuidade da miséria, sem luz, sem esgotos, sem água, sem nada - estas famílias estão preenchendo todos os vazios imobiliários, arriscando-se constantemente à expulsão violenta ou legal.[...] Nesta questão da posse de terras, nota-se, claramente, a necessidade de se instituir um processo de usucapião mais simplificado e mais adaptado à realidade brasileira. A questão da posse da terra em Juiz de Fora envolve também

outros aspectos, principalmente nos chamados bairros clandestinos, onde a ação lenta da fiscalização municipal permite que se origine verdadeiros crimes contra as camadas mais pobres da população, que adquirem lotes que nunca terão escrituras, ou que já tem dois ou três donos anteriores (Tribuna de Minas, Juiz de Fora, Outubro de 1981).

Esse cenário pressiona o poder público local a responder à crise habitacional do período. Barreto (2013) coloca que apenas na década de 1980 a questão habitacional é assumida em Juiz de Fora a partir da criação de projetos e leis como a Legislação Urbana Básica (1986), o Fundo Municipal de Habitação (1989) e a Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora (1987). Nesse período alguns programas foram implementados como o Pró-Habitação (1989-92), Programa Habitar Brasil, Programa Nosso Lote, dentre outros. No entanto, a autora chama atenção para o caráter seletivo e fragmentado das propostas – em suma, os planos não abarcavam a população mais pobre. Esse é um desafio que permeia toda a trajetória da política habitacional na cidade.

Assim, a questão habitacional não foi resolvida para os grupos que migraram para áreas precárias na periferia, nem mitigada pelas remoções ou pela oferta de lotes urbanizados voltados à população de baixa renda. Pelo contrário, a situação se agravou de forma significativa.

Nesse contexto, também se discutiram possibilidades de parceria entre o governo e empresários do setor da construção civil para viabilizar projetos de habitação popular. Contudo, devido à baixa perspectiva de lucro, muitos empresários rejeitaram qualquer participação no Programa Habitacional. Alguns até demonstraram interesse pela parceria. Entretanto, alegaram que:

Não há condições de barateamento de imóveis ou de material de construção civil, mas há possibilidade de se diversificar o gabarito de construções e tipos de moradias. Nossa cooperação seria diminuir o gabarito, o “status” e “qualidade” [...] deveria haver incentivos fiscais como descontos no Imposto de Renda e finalmente, que os locais onde serão construídas novas casas para os favelados sejam afastados do centro da cidade, ou seja, em lugares de pouca valorização. Se isso acontecer, será possível executar obras populares (Diário Mercantil, Juiz de Fora, 25 maio 1979. p.5 apud Abreu, 2009, p.62).

A segregação dos pobres em áreas periféricas é uma estratégia fundamentada na destinação das regiões mais valorizadas à reprodução do capital na cidade. Por isso, a construção de habitações populares em áreas centrais dificilmente ocorrerá.

A partir da segunda metade da década de 1980 a prática de remoções deixou de prevalecer em Juiz de Fora. Porém, no final da década de 1990 os jornais ainda noticiavam o crescimento das áreas periféricas e favelas na cidade. A falta de moradia em Juiz de Fora continuava sendo um dos maiores problemas a serem solucionados pela administração municipal (Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 3 out. 1981).

Na década de 1990, a prefeitura iniciou uma nova tentativa de sistematização e regularização fundiária da propriedade da terra na periferia. De acordo com Abreu (2009, p.63) a regularização da posse ocorreu novamente de forma tímida e em pontos isolados:

No período de agosto de 1997 até março de 1999 a EMCASA regularizou 463 lotes em Santa Paula, Nova Era, Santo Antônio, Santa Luzia, São Judas Tadeu, e outros. Pode-se perceber que esses números não refletiam, portanto, a totalidade da demanda por processos de regularização, pois em 1997, havia mais de 15 mil famílias aguardando por um loteamento ou uma casa popular.

A iniciativa de regularização dos lotes foi o carro chefe das ações municipais com relação a moradia ilegal desde a década de 1990. Em 2010, quando a EMCASA lançou um programa de urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, o critério da renda excluiu grande parte das famílias de baixa renda. Nesse programa, a ação mais bem sucedida estava relacionada a regularização fundiária – de 3446 famílias "beneficiadas", 2510 tiveram sua situação ilegal regularizada, 461 foram transferidas para loteamentos urbanos, 104 famílias receberam uma casa nova e 371 tiveram suas comunidades urbanizadas (Granja e Magalhães, 2021).

Fica evidente que a proposta de regularização fundiária foi a ação mais executada nesse período. Importante frisar que não adianta regularizar moradias se as comunidades são extremamente distantes dos postos de trabalho, não são urbanizadas, não possuem infraestrutura básica, acesso a serviços de saúde, assistência, coleta de lixo, creche, dentre outros serviços essenciais. Além disso, "são conhecidas inúmeras situações em que assentamentos de baixa renda sofreram remoção forçada<sup>9</sup>, ainda que os beneficiários da regularização tivessem recebido títulos fundiários juridicamente adequados" (Granja e Magalhães, 2021, p.10), fato que traz ainda mais questionamentos sobre essa proposta estatal – nesses termos.

Sobre a política de regularização fundiária gerida pela EMCASA, as autoras colocam que a gestão "não priorizou o planejamento das ações; assim, a regularização foi executada através de medidas emergenciais ou em atendimento a "solicitações políticas" (Granja e Magalhães, 2021), sugerindo que um viés clientelista guiou as ações da empresa, ameaçando a consolidação de direitos urbanos e territoriais coletivos. Para que a proposta de regularização seja de fato uma etapa na promoção da mudança social, é fundamental que os

---

<sup>9</sup> Um dos exemplos recentes mais expressivos vem da Vila Autódromo, assentamento de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro, cuja operação de erradicação ganhou repercussão mundial em virtude de ter ocorrido no contexto das obras preparatórias para a realização das Olimpíadas de 2016. O que esse caso, ao lado de outros, sugere é que titulação não pode ser tomada como equivalente de segurança da posse, pois esta depende de uma série de condições e medidas, além e aquém da titulação (Granja e Magalhães, 2021, p.10).

programas de regularização fundiária estejam associados a um conjunto mais amplo de políticas públicas, diretrizes de planejamento e estratégias de gestão urbana (Idem, 2021).

Sobre os resultados da pesquisa e avaliação das ações de regularização fundiária no contexto juizforano, as autoras concluem,

As experiências de Juiz de Fora ficaram aquém do atendimento do conceito de regularização fundiária plena. Em geral, as ações giraram em torno do provimento de infraestruturas, implementadas paulatinamente nos assentamentos; quando da finalização delas, iniciava-se o processo de titulação. Trata-se de duas frentes executadas de modo fragmentado, sem articular as quatro dimensões da regularização plena (jurídico-dominial, urbanística, ambiental e físico-social) (Granja e Magalhães, 2021, p. 24).

Todos esses processos conjugados impactaram na consolidação de Juiz de Fora como a quinta cidade mineira com maior déficit habitacional, contabilizando mais de 16 mil famílias sem moradia (Fundação João Pinheiro, 2013), fora moradores de favelas que acessam a moradia, mas não a moradia adequada. Isso indica que, mesmo com a ocupação de terrenos na periferia, adquiridos ou não por meio de compra, uma parcela significativa da população permanecia excluída do direito à moradia.

O Plano Municipal de Habitação (PMH), em 2007, reconhecia a existência de 144 ocupações urbanas e outras 32 áreas com potencial para serem classificadas como tal. Embora não denominadas explicitamente como favelas, esses espaços apresentavam condições precárias de habitação. O PMH definiu essas ocupações como Áreas de Especial Interesse Social (AEIS).

Historicamente, o município testemunhou um aumento expressivo nas áreas de ocupação, que passaram de 75, em 1996, para 144, em 2007, refletindo um crescimento de 52,08% em aproximadamente 10 anos (Juiz de Fora, 2007). Esse percentual supera em larga escala o crescimento populacional da cidade, que foi de apenas 13,37% entre 2000 e 2010 (IBGE, 2015).

De acordo com o Mapa Social (Juiz de Fora, 2012), a região onde se localizavam a maioria das AEIS era a zona norte, e onde também concentravam o maior número de famílias em extrema pobreza, com renda mensal inferior a R\$ 70 per capita. Nesse contexto, 988 famílias foram classificadas como abaixo da linha da pobreza, enquanto 5.890 encontravam-se em situação de vulnerabilidade social. Paradoxalmente, essa mesma região possui vastas áreas de terrenos vagos, que poderiam ser aproveitados para instalação de equipamentos produtivos, serviços e loteamentos populares (Juiz de Fora, 2006).

Souza (2016) identifica uma divisão territorial do trabalho no município, diferenciando o chamado "Acesso Sul" do "Acesso Norte". No eixo Sul, concentram-se a elite

da cidade, os equipamentos públicos e privados de alta qualidade e a valorização imobiliária, com empreendimentos residenciais sofisticados e negócios ligados ao setor terciário superior. Já no eixo Norte, está a maior parte da classe trabalhadora, enfrentando deficiências de infraestrutura e residindo em favelas, programas habitacionais e bairros populares. Enquanto a região Sul registra um crescimento de condomínios fechados e arranha-céus, a região Norte presencia um aumento de moradias informais e loteamentos populares. Isso se deve à lógica capitalista, que prioriza investimentos na parcela da população com maior poder aquisitivo, relegando os trabalhadores à dependência de alugueis elevados ou à ocupação de espaços urbanos, na esperança de ações estatais para regularização fundiária.

Esse cenário também explica a inoperância do poder público diante da existência de 40.586 lotes vagos situados em áreas urbanizadas da cidade. Esses terrenos permanecem intocados por serem de interesse do capital imobiliário, e a administração municipal evita confrontar tais interesses (Juiz de Fora, 2007).

Em 2009, movimentos de luta por moradia denunciaram diversas irregularidades na Empresa Municipal de Habitação (EMCASA), incluindo superfaturamento de obras, desperdício de recursos públicos e deficiências técnicas em projetos habitacionais. O Comitê Central Popular (2010) relatou que o cadastro da EMCASA contava com mais de 7 mil famílias aguardando habitação há mais de dez anos, sem perspectivas concretas de solução (Souza, 2016).

Na primeira década do século a questão habitacional em Juiz de Fora viu a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). No município, essa iniciativa resultou na construção de 2.632 unidades habitacionais para famílias com renda de até três salários mínimos, distribuídas em oito loteamentos diferentes. Posteriormente, no âmbito do MCMV II, foram iniciadas mais 3.860 unidades em nove novos loteamentos. Em março de 2016, foi anunciado um investimento adicional de R\$210,6 bilhões para o MCMV III, prevendo a construção de mais dois milhões de unidades habitacionais até 2018 (ASCOM, 2016).

Apesar desse avanço, o déficit habitacional da cidade persiste. Em 2011, 16 mil famílias se cadastraram para o sorteio das moradias do MCMV I, mas apenas 2.632 unidades foram efetivamente disponibilizadas. Esse descompasso entre a demanda e a oferta habitacional evidencia a necessidade de uma política pública mais eficaz e comprometida com os interesses populares. Ademais, a implementação do MCMV em Juiz de Fora não abordou a questão do uso social da terra, prevalecendo a lógica especulativa do mercado imobiliário, que continua a moldar a dinâmica habitacional do município.

Mesmo com o Minha Casa Minha, a população favelada na cidade cresceu. Isso porque, como vimos, o programa abarcou uma porcentagem mínima de famílias de baixa renda e também porque depois de suas duas primeiras fases de implantação perdeu muito financiamento. Como a abrangência social do programa não se deu nas camadas mais empobrecidas, a população residente em favelas dificilmente aderiu ao programa. Essa é uma população que enfrenta desafios substantivos relacionados ao mercado de trabalho e por isso o financiamento de imóveis não é a sua principal saída. A ocupação ilegal do solo ainda é a alternativa habitacional para a classe que sem privilégios, terras herdadas e trabalho só tem moradia, se, dessa maneira.

Esse fato foi amplamente comprovado com a chegada das análises sobre favelas em Juiz de Fora, divulgadas pelo Censo do IBGE (2022). Conforme os resultados divulgados, a cidade possui 37 favelas e comunidades urbanas, abrigando um total de 16.728 moradores, o que representa aproximadamente 3% da população total do município, estimada em 540.756 habitantes. Dos 16.728 habitantes, 8.044 são mulheres e 8.684 são homens. Quanto à classificação por raça/cor, 6.416 pessoas se identificaram como pardas, 5.841 como pretas, 4.445 como brancas, 15 como indígenas e 7 como amarelas - totalizando 73,29% de pessoas pretas e pardas nas favelas da cidade.

Esse dado é de extrema relevância para nossa pesquisa, pois evidencia como o racismo territorial estrutura nossas cidades. Desde o período colonial, a população negra foi sistematicamente privada do acesso a qualquer bem, especialmente à terra. Com a Abolição, essa exclusão se acentuou: a população negra, em sua maioria desprovida de recursos financeiros e acesso a oportunidades de trabalho, passou a ocupar terrenos na periferia ou a residir em moradias insalubres.

A partir do século XX, em especial após a década de 1960, as favelas tornaram-se os principais locais de moradia dessa população. Atualmente, o fato de 70% da população residente das favelas de Juiz de Fora ser negra (IBGE, 2022), evidencia a continuidade da exclusão social e espacial, resultante da falta de acesso a oportunidades de trabalho justas e da histórica ausência de políticas habitacionais efetivas por parte do Estado para esse segmento populacional.

No Brasil, a população negra foi historicamente associada a estereótipos negativos, como a ideia de uma raça impura, de uma população não "civilizada", associados à preguiça e a suposta incapacidade para o trabalho qualificado, entre outras formas de discriminação. Esse processo contribuiu para sua segregação social e espacial, resultando na marginalização e

periferização dessa população, em um movimento que também buscou silenciar e invisibilizar sua presença na sociedade.

Segundo Villaça (1989), a conformação das cidades brasileiras e a proposta de planejamento urbano que tem sido desenvolvida na realidade nacional reflete claramente uma ideologia de manutenção do poder hegemônico e a reprodução de práticas racistas na ordenação do território. As soluções para carências habitacionais, de transporte, educação, lazer, entre outras, pouco foram pensadas para esta classe.

Gomes e Mello (2021) apontam que, se no período da escravidão a população escravizada era obrigada a morar próxima aos senhores, para poder servi-los, com o processo de transição do trabalho escravo e posterior abolição, os negros foram gradualmente sendo expulsos das regiões valorizadas (isso quando as ocuparam). À medida que as classes sociais se estabeleceram, o território se organizou espacialmente, resultando na concentração de riqueza em determinadas áreas, enquanto outras se tornam marcadas pela segregação e pela concentração da pobreza.

Segundo Lefebvre (1991), a segregação espacial e intervenção estatal são uma das formas de manutenção e renovação da hegemonia da classe dominante, isto é, seu controle político, econômico e social. O controle se torna viável quando se restringe o acesso dos sujeitos a recursos, infraestrutura, serviços básicos, trabalho e oportunidades.

No contexto estadual, Juiz de Fora ocupa a quarta posição em Minas Gerais em número de habitantes vivendo em favelas, ficando atrás apenas de Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves. Vamos ver agora o cotidiano de vida de uma dessas favelas, com relatos dos moradores, relatos de outras pessoas que fizeram parte da história da comunidade e materiais bibliográficos encontrados a respeito desse território. Uma vez que os estudos sobre favelas em Juiz de Fora são escassos – fato que ficou comprovado no desenvolvimento dessa pesquisa – nosso objetivo é não apenas registrar informações sobre a história dessa favela em específico, mas também contribuir com a produção e compilação de material sobre a realidade da população favelada e de seus territórios na realidade juizforana.

## 2.3 A pesquisa de Campo na Favela do Rato

### 2.3.1 Porque pesquisar essa realidade

O interesse pela pesquisa de campo em um território de periferia ou favela surgiu a partir de inquietações originadas na pesquisa de conclusão de curso, finalizada em 2022. Esse estudo, de caráter documental, foi desenvolvido no contexto do estágio em Serviço Social na

Defesa Civil de Juiz de Fora, com o objetivo de analisar o perfil dos beneficiários do programa de auxílio-moradia na cidade. Na ocasião, foram examinados 36 documentos referentes às famílias contempladas pelo benefício, revelando padrões recorrentes entre elas: todas haviam perdido suas moradias, enfrentavam dificuldades extremas para a manutenção de suas rendas e não possuíam alternativas habitacionais além do auxílio concedido.

Uma constatação central dessa experiência foi a limitação do programa de auxílio-moradia, que, à época, representava uma das poucas ferramentas institucionais voltadas à realidade habitacional dessas famílias. No entanto, o benefício era restrito a indivíduos e grupos que não estivessem alocados em áreas classificadas como de risco pela Defesa Civil. Assim, moradores de favelas e territórios ilegais permaneciam completamente desassistidos pelo município no que se refere à garantia e manutenção do direito à moradia, evidenciando um *gap* nas políticas públicas habitacionais voltadas a esses grupos.

Diante desse cenário, emergiram questionamentos fundamentais: quais estratégias são adotadas por famílias residentes em áreas ilegais e periféricas para garantir sua reprodução social? Caso percam suas moradias ou suas casas se tornem impróprias para habitação, quais alternativas lhes restam? Qual é a relação dessas comunidades com o Estado? (Rocha e Arbia, 2023) Como enxergam a prefeitura e como são por ela enxergadas?

Algumas dessas questões encontraram respostas ao longo da pesquisa de campo, enquanto outras se mantiveram abertas, revelando lacunas estruturais na proteção social desses grupos. Em certos casos, as respostas obtidas trouxeram reflexões dolorosas sobre o grau de precarização a que estão submetidas grande parte das famílias que habitam territórios favelados. Outros questionamentos permaneceram sem respostas, reafirmando a complexidade e a urgência do tema.

Dessa forma, a transição para o mestrado foi motivada por inquietações despertadas ainda na graduação, reforçando a necessidade de aprofundamento teórico e empírico sobre as condições de vida e as dinâmicas de sobrevivência nesses territórios.

### 2.3.2 Contato com o território

A escolha específica da Favela do Rato veio de um contato prévio com uma instituição que presta serviços à comunidade, essa instituição possui acesso semanal aos moradores do local. Pelo contato com a organização, me conectei a uma das moradoras, apresentando-lhe a proposta da pesquisa e firmamos nossa parceria para a realização das entrevistas. Fizemos os contatos iniciais por telefone e posteriormente nos encontramos pessoalmente.

### 2.3.3 Metodologia

A pesquisa de campo aqui referida será realizada na Favela do Rato, localizada no bairro Santa Terezinha, na cidade de Juiz de Fora-MG. A fim de compreender a história e desenvolvimento da favela, bem como as estratégias adotadas por seus moradores na reprodução social da vida cotidiana em comunidade, a pesquisa qualitativa foi selecionada como caminho metodológico que permitirá a apreensão das questões que envolvem o cotidiano de vida dos moradores, seus desafios, estratégias, sua história e sua visão sobre o processo de desenvolvimento do território. Esse percurso possibilita uma compreensão mais profunda dos fenômenos. Por isso, não será privilegiada a dimensão quantitativa, uma vez que não são todos os moradores que possuem registros do processo de formação e desenvolvimento da favela e/ou conhecem a fundo e numa perspectiva de longo prazo suas teias de relações e dinâmica de funcionamento; apenas indivíduos referenciados pela própria comunidade foram selecionados como participantes.

A pesquisa teve por proposta a coleta de dados não probabilística, uma vez que para o objetivo principal é essencial compreender a história e forma de vida da população residente na favela, sendo por isso necessário a comunicação com sujeitos-chave para a pesquisa, isto é, pessoas que participaram do processo de formação, desenvolvimento da favela e que vivenciam o cotidiano no território, sujeitos estes que possuem condições de compartilhar suas memórias e realidades.

Para a realização desses objetivos, utilizamos como ferramenta entrevistas individuais, guiadas por um roteiro flexível previamente formulado, apenas com apontamentos norteadores para a entrevista. Este roteiro conta com apontamentos relacionados à gênese e formação da favela, a origem dos primeiros moradores, suas dificuldades iniciais, suas dificuldades que persistiram ao longo do tempo, avanços, estratégias de subsistência, cobertura de serviços públicos, dentre outras questões alinhadas aos objetivos. O referido roteiro segue anexo.

As entrevistas foram realizadas em dias e horários diferenciados, de acordo com cada entrevistado, e gravadas em áudio; posteriormente transcritas e analisadas.

A entrada no campo foi possível através do contato com um “sujeito-chave”, um morador da favela que, previamente consultado, sinalizou disponibilidade em participar da pesquisa e auxiliar na indicação dos demais entrevistados. Para a seleção das pessoas que abordamos, foi feito um levantamento de amostragem em “Bola de Neve”. Segundo Vinuto

(2014, p.203), “o tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência”. A execução da amostragem em “Bola de Neve” é feita inicialmente através da identificação dos “informantes-chaves”, que são pessoas importantes para o apontamento e identificação de moradores com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral.

O sujeito-chave indicou as primeiras pessoas também residentes do território para a participação na pesquisa de campo. A seleção dos participantes contou com critérios específicos como a moradia no local há pelo menos 20 anos,

Dessa forma, a partir das identificações fornecidas pelo sujeito-chave, foi possível acessar os demais participantes. Os sujeitos-chave são pessoas que têm uma boa comunicação dentro da favela, que possuem contribuições a respeito da reconstrução da história da comunidade, que estejam aptas e disponíveis a relatar os meios de viver cotidianos dentro do território e que habitam a favela há mais de 20 anos. O recorte do tempo de moradia foi importante inicialmente porque no início da pesquisa tínhamos o dado de que a favela possuía 32 anos de existência (Câmara Municipal de Juiz de Fora, 2005)

Para a pesquisa em questão, um sujeito-chave indicou inicialmente outros 2 participantes, moradores da favela antigos, com disponibilidade e interesse na participação da pesquisa. Dessa forma, o total de entrevistados foi de 3 participantes – o sujeito-chave e outros dois moradores do território.

Para a realização das entrevistas os participantes foram abordados no seu território, um por vez, a partir de entrevistas individuais.

Ainda sobre uso da metodologia “bola de neve”, a inexistência de lideranças comunitárias “oficiais” terminou por se mostrar determinante para sua escolha. Somente com a colaboração de participantes socialmente ativos na comunidade, que desempenham papel relevante na vida comunitária, foi possível (re)construir, por meio da pesquisa científica, os elementos que compõem a história da vida cotidiana na favela do rato, permitindo a compreensão das estratégias de reprodução da vida social adotadas pelos habitantes daquele território.

Ainda a respeito da amostragem, segundo Vinuto (2014, p.204), “esta técnica é um método de amostragem de rede útil para se estudar populações difíceis de serem acessadas ou estudadas ou que não há precisão sobre sua quantidade”, o que justifica a utilização neste caso específico.

Dessa forma, foram excluídos indivíduos que tenham menos de 20 anos residindo no território, uma vez que a memória relacionada ao processo de gênese e desenvolvimento da

favela é fundamental aos participantes da pesquisa, para que a história do território seja recontada. Também foram excluídos indivíduos que, ainda que tenham mais de 20 anos residindo no território, não sejam indicados pelos sujeitos-chave, uma vez que esta é a condição metodológica para integrar a pesquisa. Também não tomarão parte aqueles cujos vinte anos de residência não tenha se dado de forma contínua ou cujo intervalo dos dois decênios seja marcado por ausência, contínua ou ininterrupta, superior a quatro anos (20% do tempo definido para pesquisa), por considerarmos que a ausência prolongada pode afastar os sujeitos da dinâmica comunitária. Por fim, também serão excluídos indivíduos que não possuam relevância reconhecida na dinâmica comunitária, tendo em vista que o referido afastamento pode levar ao desconhecimento do cotidiano, produzindo vieses nas interpretações.

A análise dos dados foi subsidiada pelas entrevistas realizadas com os entrevistados selecionados. Foram feitas a transcrição das falas e sua sistematização, estabelecendo-se uma articulação entre os elementos da formação histórica da cidade e da história da favela, das dificuldades vivenciadas pelos moradores, e das estratégias cotidianas construídas por esses sujeitos na manutenção de seus meios de viver. A análise dos dados buscou levantar fatos, dificuldades e estratégias que estejam identificados na fala dos participantes, como elementos recorrentes apresentados pelos mesmos, ainda, será necessário a identificação de temas comuns e conceitos abordados nas falas, levantando conexões entre as falas dos moradores.

#### 2.3.4 Identificação do sujeito-chave: primeira aproximação

A primeira incursão no território ocorreu em outubro de 2023, com o objetivo de estabelecer contato inicial com uma moradora identificada como sujeito-chave e realizar a primeira interação presencial. Na ocasião, foi elaborado um roteiro orientado à compreensão preliminar da realidade local, bem como à identificação das principais questões e desafios do território. Embora essa interação não tenha sido registrada formalmente como entrevista para a pesquisa, ela desempenhou um papel fundamental na etapa exploratória do trabalho de campo.

As questões abordadas trataram da rotina da favela, dos desafios, demandas e estratégias adotadas pelos moradores na sua reprodução cotidiana, de figuras importantes ou de destaque na dinâmica da vida comunitária, na existência de lideranças políticas, das redes de apoio comunitário (igrejas, instituições filantrópicas, etc), das disputas territoriais e da relação dos moradores com órgãos públicos, para o acesso à serviços básicos. Esse primeiro

roteiro terminou servindo como uma espécie de "pré-teste", ainda que nossa metodologia não comportasse essa modalidade. De todo modo, sua aplicação subsidiou a construção do roteiro final, aplicado aos outros moradores, mais aberto e com maior espaço para o diálogo, como se pode ver nos anexos deste trabalho.

Essa primeira aproximação foi fundamental, pois diversos elementos começaram a emergir, os quais serão apresentados de forma preliminar, sem análise neste momento, com a intenção de agrupá-los posteriormente com os relatos dos outros moradores.

Um dos primeiros aspectos destacados foi o acesso limitado aos serviços de saúde e assistência. O sujeito-chave relatou a ausência de unidades do CRAS e de UBS nas proximidades, com o CRAS de referência situado no Grama e a UBS em Nossa Senhora Aparecida. De acordo com nosso informante, a localização e a distância tornam o acesso a esses serviços inviável para muitos moradores, que precisam chegar de madrugada para garantir uma vaga, o que impossibilita o atendimento.

O participante também mencionou a irregularidade na coleta de lixo, que não ocorre três vezes por semana como deveria. Em consequência disso, os moradores enfrentam o acúmulo de lixo não coletado. Esse problema agrava os alagamentos frequentes na favela, uma vez que a obstrução causada pelo lixo compromete o escoamento das águas pluviais. Quanto a outros serviços básicos, a água não é cobrada, mas a energia elétrica é paga por alguns moradores, enquanto outros fazem uso ilegal da eletricidade por meio de "gatos". Vale destacar que muitas residências na comunidade não possuem acesso a saneamento básico, o que expõe os moradores a riscos relacionados à saúde pública.

Em relação às organizações e instituições que realizam ações sociais na favela, o sujeito-chave mencionou duas: "Brothers do Bem" e "A Base da Igreja". Ele enfatizou que as atividades dessas entidades são pontuais, ocorrendo principalmente durante períodos festivos como o Natal e o Dia das Crianças. Uma dessas instituições realiza trabalhos religiosos e, ocasionalmente, auxilia os moradores na busca de recursos para melhorias de infraestrutura.

O participante relatou ainda que as instituições filantrópicas se referem ao local como "comunidade" ou "vila", enquanto os moradores se identificam internamente como "Favela do Rato". A favela é composta por três ruas principais: Rua Humberto de Campos, Rua da Vitória e Rua da Paz. Segundo ele, existe uma divisão territorial, pois uma das ruas não se considera parte da favela, sendo identificada como Santa Terezinha, o que gera conflitos internos. A informante-chave também apontou que os moradores são dispersos e carecem de uma organização coletiva, com as demandas sendo tratadas de maneira individual, com cada pessoa assumindo a responsabilidade por suas próprias questões.

Por fim, a informante ressaltou que muitos moradores possuem empregos formais e informais, mas as famílias geralmente dependem de um único provedor para arcar com as despesas, sendo essa pessoa a principal responsável pelo sustento da casa.

Após essa primeira interação e com a anuência do sujeito-chave para intermediar o contato com outros moradores, decidimos iniciar as entrevistas.

### 2.3.5 Obstáculos

Após aprovado o projeto pelo CEP<sup>10</sup>, retomei as idas à favela e o contato com o sujeito-chave. Fiz no total 8 entradas exploratórias no território, antes de efetivamente conseguir fazer as entrevistas com os moradores, que ocorreram apenas no mês de novembro de 2024.

De agosto à novembro diversas situações impossibilitaram o andamento da pesquisa de campo. Essas situações também possuem relação direta com a vida cotidiana dos moradores dessa comunidade. Inicialmente, o sujeito-chave não pôde colaborar nem dar continuidade ao estudo, pois estava envolvido em um processo judicial referente à guarda de um de seus filhos. Esse processo gerou muito desgaste e instabilidade à família, colocando qualquer outra demanda de lado até que essa situação fosse resolvida entre os responsáveis pela criança.

Depois da situação resolvida, voltei a fazer os contatos com o sujeito-chave. Tivemos também muitos desafios nessa reconexão. Outubro é um mês em que as chuvas começam a ter maior frequência, e, com isso, nossa parceira de pesquisa passou por episódios de alagamento e infiltração na sua moradia. Devido a estrutura frágil da casa, as telhas não protegem a parte interior, o que fez com que essa família enfrentasse desafios urgentes e mais importantes do que a pesquisa naquele momento. Diversas vezes tivemos que cancelar minha ida ao território porque a favela estava alagada e porque a água havia entrado nas casas. Além disso, embora morando na residência a aproximadamente 30 anos, o sujeito-chave estava em uma obra de construção do primeiro banheiro, fato que também impediu a realização das entrevistas naquele período.

Depois de todos esses desafios que revelam muito sobre o cotidiano das famílias que habitam o território, mostrando que suas condições de vida são perpassadas por diversas defasagens estruturais e de infraestrutura básica, em novembro conseguimos conduzir as entrevistas no território, que totalizaram 3. Sobre elas, falaremos mais adiante.

---

<sup>10</sup> Número do Parecer CEP: 6.789.054

### 2.3.6 Pesquisa com outros sujeitos vinculados ao território - engenheiros, funcionários públicos, etc.

Com as incertezas sobre o desenvolvimento da pesquisa de campo, buscando outras fontes de informação sobre o território. Conversamos com pessoas que já tiveram alguma conexão com a favela e que puderam compartilhar informações sobre sua origem, além de relatar momentos marcantes e desafios enfrentados pelos moradores.

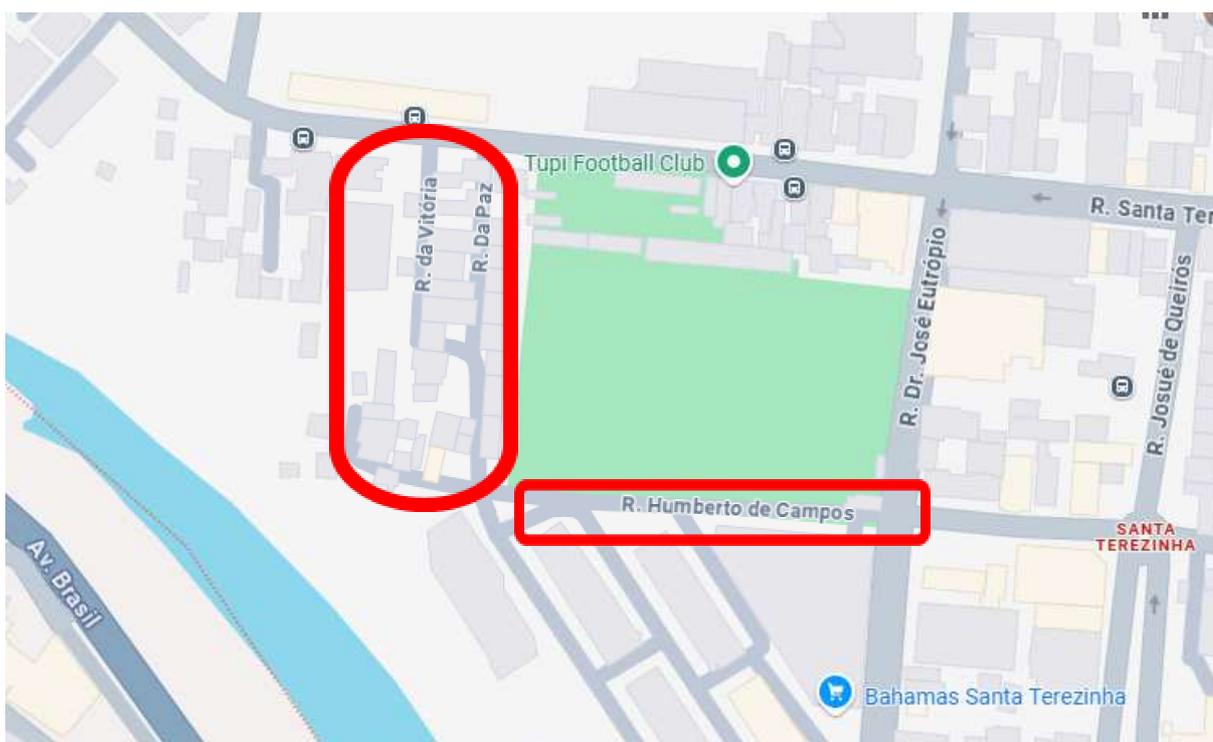
O primeiro contato que fizemos foi com um ex-funcionário da Defesa Civil, que acompanhou uma ação de demolição de moradias e de remoção de moradores na favela e no entorno do rio Paraibuna há 25 anos atrás. A partir desse contato tivemos a informação de que, há 25 anos atrás, a passagem da favela para o rio Paraibuna era aberta. Segundo esse entrevistado, havia muitas casas no entorno do rio e os moradores usavam a área para moradia e lazer. Tivemos a informação de que, naquele período (2000-2002), muitas casas foram demolidas devido ao risco de solapamento das fundações. De acordo com ele, o solapamento de fundação é um processo de erosão ou remoção de material ao redor ou abaixo de uma fundação, geralmente causado por ações de água. Esse fenômeno compromete a estabilidade estrutural da edificação, pois reduz o suporte fornecido pelo solo ou material onde a fundação está assentada.

Essa informação foi importante porque ela sinaliza que o risco sempre fez parte do cotidiano de vida dessa comunidade. Atualmente, os riscos ainda existem, mas são outros, como veremos pelo relato dos moradores nas entrevistas. Fato é, desde seus primeiros anos, essa população ocupou um território que trouxe riscos para suas famílias, impactando diretamente em processos de perda de suas moradias e pertences. Muitas famílias precisaram migrar para outras áreas – fato que será comprovado pelo relato de outro participante que descreve como a favela diminuiu com o tempo devido às remoções.

Infelizmente não temos informações precisas sobre o destino das famílias que habitavam as margens do rio. Embora tenhamos recebido essa informação desse profissional, não tivemos acesso ao dossiê que foi feito na época relacionado às interdições – entrei em contato com alguns trabalhadores dessa instituição, mas eles não localizaram esses documentos físicos.

Fizemos ainda um segundo contato com uma ex-funcionária da Associação Municipal de Apoio Comunitário (Amac) que atuou na favela na década de 1980, realizando ações beneficentes no território. Essa trabalhadora compartilhou informações antigas sobre a

comunidade. Segundo ela, a favela já existia na década de 80, mas o espaço habitado pelos moradores era maior: as casas estavam localizadas onde hoje está situado um grande supermercado, no bairro Santa Terezinha, além de um conjunto habitacional, ao lado da favela – a área é muito grande e bem maior do que o território atual que circunscreve a favela. Como mostra a imagem a seguir, a favela hoje está distribuída entre as ruas Humberto de Campos, Rua da Paz e Rua da Vitória.



Captura de tela do mapa da Favela do Rato no bairro Santa Terezinha, feita em 16 de janeiro de 2025.

\*Dentro dos círculos em vermelho, o território compreendido pela favela.

Importante mencionar que, de acordo com Kowarick (1979), desde o estabelecimento das favelas na década de 1970, os governos municipais têm desenvolvido programas de remoção principalmente em terrenos almejados por empresários e grandes construtoras. Esses locais passam a ter uma “serventia” para as cidades e os “barracos” neles localizados se tornam rapidamente um “foco de mal-estar” para moradores mais abastados. É o caso de tantas favelas que são destruídas para dar lugar às obras de expansão da cidade.

A expansão dos empreendimentos urbanos provoca, de forma contínua e simultânea, o deslocamento de milhares de pessoas, que são obrigadas a deixar suas moradias para dar lugar a grupos com maior poder aquisitivo, capazes de arcar com os custos inflacionados pela especulação imobiliária. Kowarick (1979) ressalta que esse processo empurra as camadas

mais pobres para áreas carentes de serviços públicos. Com o crescimento da cidade, essas populações tendem a ser novamente expulsas, a menos que consigam superar os bloqueios políticos que limitam sua capacidade de reivindicação.

Esse é o processo em tela vivenciado por essa comunidade. Com o passar do tempo, a valorização deste território atraiu a atenção de empresários e construtoras – expulsando parte dos moradores da favela.

A ex-funcionária da Amac ainda contou que muitos moradores foram removidos com a chegada desses empreendimentos e que a maioria dos residentes atuais são novos moradores. Ela também ressalta que muitas ações de remoção foram feitas ao longo dos anos, mencionando inclusive que é por esse motivo que não conseguimos localizar moradores da década de 1980. Esse fato é curioso porque andando pelo território é possível ver muitos terrenos e casas desocupadas, apenas com restos de construções – tijolos, azulejos e entulho. Reforçando o fato de que alguma família habitava aquele espaço.

Ela também mencionou que, naquele período, a Cadeia Pública era ao lado da favela, parede com parede, onde hoje é o espaço da Escola Estadual Mercedes Nery Machado. Fazendo pesquisas nos registros de jornais da época e em produções acadêmicas sobre o presídio, acessei o dado que informa a instituição da cadeia em 1974 e sua desativação em 2001 (Bedendo, 2007). A área que compreendia o presídio e que é compartilhada pela favela era anteriormente uma área de pântano, essa conformação trouxe muitos desafios para a estruturação do presídio, que vivenciou além dos episódios constantes de violência e superlotação, um incêndio e problemas relacionados à saneamento.

Importante pontuar o que Kowarick (1979) explica a respeito do território que as favelas se originaram, apresentando que por muito tempo esses terrenos permaneceram ao abrigo de qualquer especulação, uma vez que esses eram locais de propriedade de órgãos públicos ou de particulares e geralmente encontravam-se em condições topográficas de difícil exploração, ocorrendo geralmente em encostas de morros ou em terrenos alagadiços (como nesse caso), sem contar aqueles de propriedade contestada ou desconhecida.

### 2.3.7 A pesquisa documental e de campo

Com base na pesquisa, que foi subsidiada pelas entrevistas com os moradores da favela, pelos contatos com outros indivíduos que não moram na favela, mas participaram do seu processo de desenvolvimento e pela pesquisa documental em jornais da época, foi

possível recontar a história da Favela do Rato, mesmo que com algumas lacunas, como veremos adiante.

Inicialmente, nossas hipóteses eram de que a favela teria iniciado na década de 1980, porém a partir da pesquisa documental em jornais da década de 1980 foi constatado o contrário. De acordo com o jornal *Tribuna de Minas* (1981), a favela surgiu em meados de 1965. Ela se desenvolveu justamente no momento em que Juiz de Fora começa a enfrentar os primeiros estágios do processo de favelização na década de 1960. Segundo o jornal, o território da favela existe desde de que foram desfeitas a horta e olaria do Batalhão de Polícia do bairro Santa Terezinha (uma propriedade que dá de frente para a favela) como apresenta o segmento da reportagem a seguir:

Em pleno bairro Santa Terezinha está localizada a favela do Rato, com seus barracos esburacados, mulheres que lavam roupas, enquanto outras, como Maria Madalena, bebem uma pinga cerrada dando preferência pela marca Pitú. Um pouco além, alguns meninos disputavam uma pelada enquanto os cães mansos e famintos dormem. Do outro lado, a garagem da 7ª Delegacia Regional de Segurança Pública, com uma faixa que diz 'quem não trabalha, não atrapalha - seja breve'. Na cela um preso agarrado às grades diz: 'o que mais quero agora é a liberdade'. Outros levantam suas marmitas e perguntam 'quer um rango?'. A favela do rato sobrevive, neste ambiente, há mais de 15 anos, desde que foi desfeita a olaria e a horta pertencentes ao Batalhão de Polícia, ao lado do 'cemitério de automóveis (depósito do detran)'. (*Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, Outubro de 1981).

Através da reportagem é possível identificar o surgimento provável da favela e reconstruir suas particularidades na década de 1980, chamando a atenção às condições insalubres no território. Uma das moradoras citadas na matéria relata que, embora gostasse do local onde morava, faltava muita infraestrutura relacionada ao saneamento básico. Ela diz:

Estamos parecendo índios esquecidos numa mata, e vivemos num bairro próximo à cidade [...] O Mello Reis pegou aqui nesta mão preta e hoje nem se lembra mais da gente ... ele está numa boa, e poderia mandar fazer um encanamento aqui porque esses esgotos vivem entupidos (*Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, Outubro de 1981).

Essas condições implicavam no adoecimento constante dos moradores, relato também trazido pelos entrevistados nesse período. Além das condições insalubres, a reportagem também aponta a existência de alguns barracos na margem do Rio Paraibuna desde esse período, fato que trouxe uma série de consequências para essa população posteriormente. Como vimos, nos anos 2000 ainda existiam pessoas morando nessas áreas e correndo risco de vida pelas ocorrências de solapamento das moradias.

Ainda de acordo com a matéria, muitos moradores também não possuíam emprego algum, como mostra esse trecho: "Um grupo de mulheres lavam roupas numa bica adaptada ao cano do DAE enquanto sonham com barracos de placas de muro e esperam um emprego

como arrumadeiras, serventes ou mesmo nas fábricas, para poderem criar os filhos" (Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 1981).

Os moradores relataram que moravam ali porque não tinham outro lugar para onde ir e que frequentemente entravam em contato com a prefeitura para a melhoria da comunidade, em especial para a colocação de luz elétrica. Outros relatos mostram ainda desafios adicionais e iniciais desses moradores, como exposto por Márcia, "nessa área as pessoas vivem sempre preocupadas com enchentes. Quando chove aqui é uma correria danada" (Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 1981). Como veremos, esse é um problema histórico enfrentado por esses moradores e diz muito sobre a ausência do Estado nesses territórios. Os anos se passam e as demandas não são sanadas.

Ainda segundo a reportagem, naquele período viviam na favela em média quarenta famílias, habitando casas de pau-a-pique, sem calçamento algum, sem água, esgoto ou qualquer outro serviço básico, como mostram as fotos a seguir.



foto retirada do jornal Tribuna de Minas de Outubro de 1981

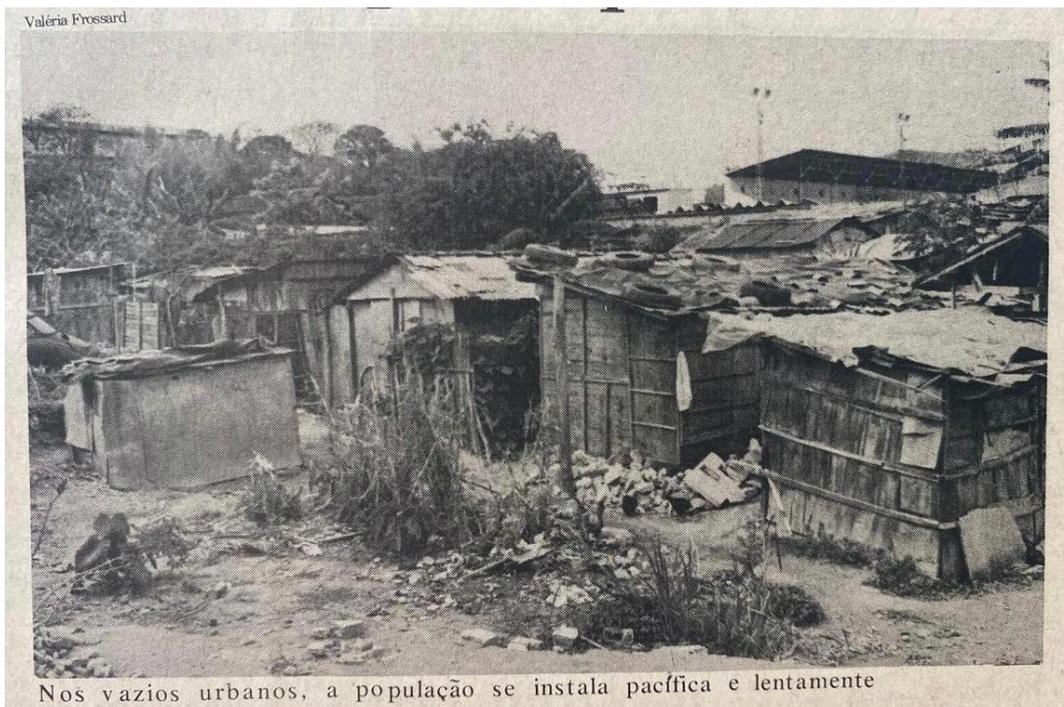


foto retirada do jornal Tribuna de Minas de Outubro de 1981

Os achados sobre essa comunidade, nos jornais da década de 80, foram importantes porque os moradores que participaram das entrevistas da nossa pesquisa tinham em média 30 anos ocupando o território, por isso, não participaram do início da formação. A partir das entrevistas foi possível perceber que as tentativas de remoção dos moradores se deram de forma ativa nessa comunidade, o que fez com que sua população tenha se alterado muito ao longo desses anos – grande parte da população que habitava a favela na década de 1980 já não mora mais lá, devido às remoções.

Como já sinalizamos anteriormente, o IBGE fez um levantamento em (2022) a respeito do número de favelas em Juiz de Fora. Dentre estas favelas, foram contabilizadas 164 pessoas morando na Favela do Rato atualmente. Além desses dados, o instituto contabilizou mais 265 pessoas vivendo na "vila santa terezinha", que na realidade faz parte da favela. Até onde sabemos, não existe outra aglutinação, sob a denominação "favela", nas imediações da Favela do Rato (ou mesmo naquela região do bairro Santa Terezinha). Dessa forma, são 429 moradores contabilizados pelo último recenseamento.

Essa contextualização demográfica se soma aos achados da pesquisa, que, por meio do trabalho de campo realizado em novembro de 2024, buscou aprofundar a compreensão sobre o cotidiano e a memória do território. Para isso, foram entrevistados três participantes-chave, moradores antigos da favela, com pelo menos 20 anos de residência no local.

Para a realização das entrevistas adotamos um roteiro flexível que permitia com que os participantes pudessem se expressar livremente a respeito dos temas perguntados. Este buscou levantar as seguintes informações, divididas em 8 blocos de temas:

1 - sobre o início do vínculo do entrevistado com o território – de onde veio (se Juiz de Fora, qual bairro), porque saiu de seu local de origem e porque foi para o local onde se encontra a favela, quantos anos habita o território, como era a favela quando chegou.

2 - Sobre a história do entrevistado no território: como foi para construir a moradia, para se adaptar à nova realidade, se foi com a família ou não, quais eram os desafios iniciais, como era o relacionamento com os demais moradores, quais desafios persistiram, como era a relação dos moradores com a prefeitura.

3 - Como é morar ali hoje, como é a rotina/cotidiano de vida sobre o acesso dos moradores ao trabalho, renda, alimentação, melhorias na estrutura da comunidade.

4 - Como é o acesso aos serviços públicos no território, quais são as principais necessidades básicas da comunidade, como habitação, acesso à água potável, saneamento básico e eletricidade?

5 - Quais são as redes de apoio que a comunidade conta – instituições públicas e privadas que auxiliam a favela nas suas demandas cotidianas.

6 - Dentre as dificuldades, e principalmente sobre trabalho e renda, quais as alternativas adotadas pelos moradores para se reproduzirem, quais as percepções do entrevistado sobre o acesso dos moradores à trabalhos formais, à melhoria na qualidade de vida da favela, etc.

7 - Qual sua percepção sobre a segurança na favela, as pessoas se sentem seguras ou enfrentam desafios nesse sentido, quais são os principais desafios relacionados à violência e crime na área?

8 - Participação comunitária, como os moradores se envolvem na tomada de decisões comunitárias? A favela é unida? Quais são os principais canais de comunicação entre a comunidade e as autoridades locais.

A partir desse roteiro demos início às entrevistas com os moradores antigos indicados para a realização da pesquisa. Iniciaremos a apresentação e análise das entrevistas reforçando que os nomes dos entrevistados foram trocados a fim de garantir-lhes o sigilo absoluto<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> O sigilo é justificado não apenas pelas exigências do CEP, mas principalmente pela necessidade de proteger os moradores que participaram das entrevistas dos estigmas e preconceitos sociais ainda associados à população de favelas. Para garantir seu anonimato, optou-se por suprimir quaisquer possibilidades de identificação, de maneira que a intervenção da pesquisa não acarretasse prejuízos adicionais em suas vidas, além dos mínimos previstos, mitigados e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFJF.

Sobre os locais anteriores desses moradores, dois dos participantes vieram do Rio de Janeiro e um deles é de Juiz de Fora. Não faremos a exposição dos locais específicos de origem dessas famílias mas o fato de terem migrado para a favela originalmente de locais já marginalizados reforça o que já vínhamos construindo sobre os padrões de migração territorial e nomadismo com o qual comunidades pobres são submetidas. O deslocamento desses grupos dentro do território, de áreas insalubres para outras em condições ainda mais precárias, evidencia um ciclo migratório que, em muitos casos, se consolida como um padrão. Essa população, como coloca Davis (2006), vive em constante realocação, numa situação de nomadismo, sendo submetida ao afastamento de seu local de convivência e também de seus vínculos comunitários.

De acordo com os dados levantados, os motivos que levaram a saída desses territórios originais envolveram: questões familiares, questões de saúde e falta de condições de sobrevivência/moradia nos territórios anteriores. Uma das entrevistadas aponta: "Antes eu morava em [bairro periférico de razoável densidade populacional da zona sul da cidade], em Juiz de Fora. Mas já morei em outros lugares na cidade. Aqui na favela, eu tive a oportunidade ... a gente comprou um barracão pra mim. Moro eu, minha neta e meus 4 filhos" (Maria, entrevista realizada em novembro de 2024).

Dessa forma, as famílias migram até encontrarem meios de subsistência. A possibilidade de acesso a moradias de menor custo, ainda que em territórios sem infraestrutura e distantes de suas áreas de origem, torna-se uma alternativa para aqueles que não dispõem de recursos para adquirir habitações em terrenos regularizados e bem localizados na cidade. De acordo com Kowarick (1979), em tempos mais recentes, a habitação sem infraestrutura adequada nas periferias, erguida gradualmente pelo próprio morador com o auxílio de familiares em loteamentos irregulares, tornou-se uma consequência da progressiva desvalorização dos salários. Essa dinâmica possibilitou a reprodução da força de trabalho apenas a custos reduzidos.

Essa mesma entrevistada conta um pouco sobre o processo de fixação no território e sobre a construção da sua residência:

Cheguei um pouquinho depois do início mesmo. Quando cheguei [a favela] não era assim. As casas, quando eu vim morar aqui, eram as casas mais humildes. Era a casa de pau ainda. Barraco de pau. Quando eu comprei minha casa, eu comprei um barraco de pau. Aí com o tempo, nós fomos melhorando nossas casas. Comprei na época, eu tenho o contrato de compra e venda, foi quatro mil e pouco. Aí, eu dei dois mil, e o restante eu fui pagando parcelado. Meu barraco era de dois andares, quase todo dia eu caía da escada. Meu ex-marido fez aqui pra mim, ele que construiu. Aí aos pouquinhos foi melhorando, fui comprando umas coisinhas. Aí eu vim, fiquei no barraco de tabua (Maria, entrevista realizada em novembro de 2024).

Nesse relato, inicialmente ela destaca as condições do território quando chegou, apontando que a favela possuía muitas casas de pau e em condições insalubres, trazendo perigo para os moradores, e em específico para ela. Uma coisa que chama a atenção é a aquisição "contratual" do imóvel, ("contrato de compra e venda"). Davis (2006) menciona que esse mercado ilegal de moradias é altamente lucrativo e nem sempre opera com valores mais baixos, considerando, por exemplo, a valorização de imóveis que há 30 anos custavam apenas 4 mil reais. Cardoso (2006) também aponta esse processo quando analisa a realidade das favelas cariocas:

Dadas a estrutura do mercado de terras e de moradia e a ausência histórica do Estado na implementação de políticas habitacionais efetivas, e considerado o problema da pobreza e da desigualdade que marca a história brasileira, as "opções" de acesso à moradia para os mais pobres ocorre através da "ocupação" de terras vazias ou, como parece ser o caso mais recentemente, da compra ou do aluguel de imóveis (terras ou moradias prontas) com valor acessível à sua renda em áreas previamente ocupadas, que passam a ser mercantilizadas em um mercado informal que se generaliza nas favelas cariocas (p.34).

Além do valor reduzido da terra, a opção pela autoconstrução permite a ocupação desses territórios periféricos, seja por meio de edificações progressivas, seja pelo uso de materiais mais acessíveis. Maricato (2000) denomina esse processo de autoconstrução como "*solução à la periférica*". A industrialização baseada em baixos salários dá origem a uma urbanização também caracterizada por baixos salários, marcada pela autoconstrução de moradias, pela ocupação irregular de terras e pela expansão horizontal de bairros sem infraestrutura urbana adequada. Essa ocupação é viabilizada por um sistema precário de transporte sobre rodas, indispensável para garantir o deslocamento da força de trabalho. A urbanização dos baixos salários, portanto, reflete a estratégia encontrada pela classe trabalhadora, empregada ou desempregada, para permanecer na cidade e integrar-se aos circuitos de exploração do capital, "o modo de produção baseado no valor só pode existir na medida em que produz territórios precários, informais, próprios da vida nua, em que a força de trabalho pode se reproduzir como tal" (Canetti, 2019, p. 161).

No entanto, esse processo exige a mobilização de diversos recursos. Embora a família e a vizinhança frequentemente colaborem na construção das moradias, esses grupos acabam reduzindo seus gastos diários relacionados à sua reprodução para viabilizar a obra. Kowarick (1979) apresenta que:

Para os que ingressam na longa aventura da casa própria, a alternativa é a diminuição, geralmente drástica, da já rebaixada cesta de consumo, através da qual conseguem pagar, durante 20 anos, um terreno frequentemente clandestino e construir aos poucos, com a ajuda da família, uma moradia com péssimas condições de habitabilidade (Kowarick, 1979, p.83).

No entanto, o suporte da rede de apoio familiar nem sempre é a realidade da totalidade dos moradores que habitam em favelas. Uma outra entrevistada aponta como foi seu processo de chegada e inserção no território, ressaltando exatamente a dificuldade de construir e melhorar sua moradia ao longo dos anos:

Quando cheguei era tudo barraco, tudo barraco. Tudo era assim. Não tinha asfalto também. Não tinha casa construída assim, com tijolo conforme agora está aí... Coitado, é ruim. Aí, minha filha, com o dinheiro da minha passagem eu comprei. O dinheiro da minha passagem, que eu ia voltar para o Rio com meus filhos, foi o que usei pra comprar ali. Comprei e vim para cá. Mas só comecei a melhorar e construí ano passado, minha filha. Isso daí...ficou muito tempo ainda de barraco (Rita, entrevista realizada em novembro de 2024).

Essa moradora vive no território há mais de 30 anos e relata as condições iniciais da favela, destacando os desafios enfrentados na construção de sua casa, ressaltando que, por anos, sua estrutura permaneceu inalterada. Esses desafios têm relação direta com o acesso da população favelada ao trabalho – sem empregos estáveis e com baixa remuneração torna-se extremamente difícil bancar os custos de melhoria das moradias, o que impacta na estagnação dos padrões de habitação.

Segundo Kowarick (1979), de forma predominante, a favela abriga o trabalhador braçal, que vende sua força de trabalho no mercado por valores irrisórios ou que, por meio de atividades autônomas, obtém rendimentos extremamente baixos. Diante da ampla oferta de mão de obra na cidade, que segue recebendo grandes contingentes migratórios, os moradores de favelas enfrentam desvantagens na disputa por melhores remunerações no mercado de trabalho. A favela é a única opção encontrada pela população pobre para a subsistência na cidade justamente pelos baixos custos com moradia. A autoconstrução é um atrativo, mas está submetida a disponibilidade de recursos extras, que não comprometam ainda mais o mínimo necessário para a reprodução básica da família. Por esse motivo, a construção das moradias adquire um caráter permanente.

De acordo com Kowarick (1979, p.62):

Assim, a autoconstrução enquanto uma alquimia que serve para reproduzir a força de trabalho a baixos custos para o capital, constitui-se num elemento que acirra ainda mais a dilapidação daqueles que só têm energia física para oferecer a um sistema econômico que de per si já apresenta características marcadamente selvagens. Por outro lado, este longo processo redundava, no mais das vezes, numa moradia que, além de ser desprovida de infraestrutura básica e de se situar em áreas distantes dos locais de emprego, apresenta padrões bastante baixos de habitabilidade. Além disto, a casa se deteriora rapidamente pois é feita por trabalhadores não-especializados, que utilizam técnicas produtivas e ferramentas rudimentares, onde a divisão de trabalho é praticamente inexistente e sua construção é efetuada aos poucos e sem sequência programada. Ademais, a casa, por ser produzida com materiais de qualidade inferior, exige constantes reparos, implicando por parte das famílias um esforço de

restauração praticamente permanente.

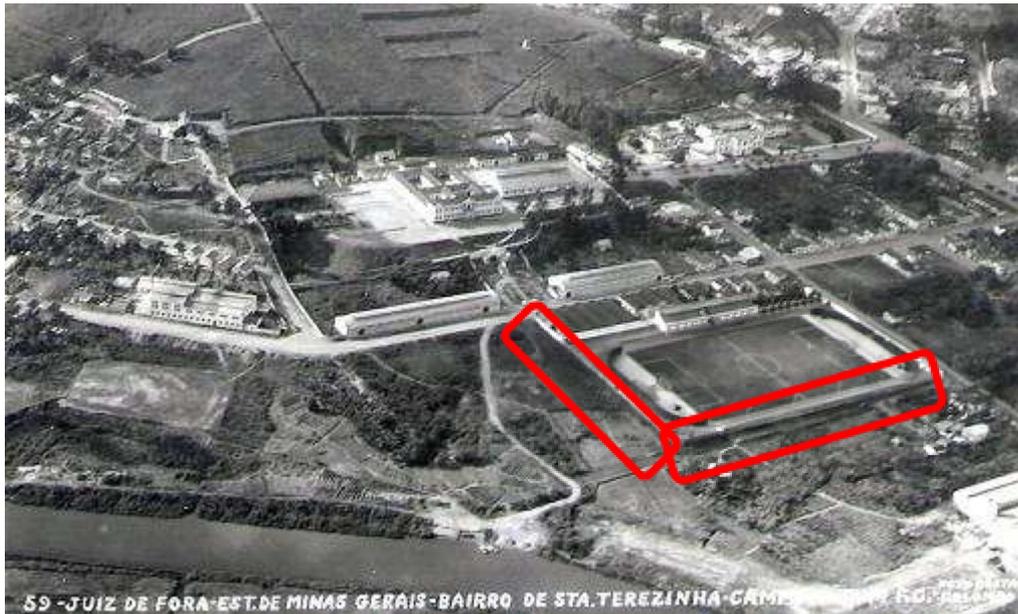
A autoconstrução permite que a força de trabalho se reproduza a um custo reduzido para o capital. Esse processo, como já mencionado, leva a um desgaste contínuo dos trabalhadores, cujo valor é progressivamente desvalorizado. A moradia é erguida por meio de trabalho não remunerado — um sobretrabalho que intensifica sua exploração. Dessa forma, a construção autônoma da habitação reduz aparentemente o custo de reprodução da força de trabalho, impactando os salários reais pagos (Kowarick, 1979). Trata-se de um ciclo vicioso: os trabalhadores recorrem à autoconstrução para viabilizar o acesso à moradia e reduzir custos. No entanto, esse processo acaba diminuindo o valor socialmente necessário para sua reprodução, o que, por consequência, permite a manutenção dos salários em patamares rebaixados.

Pobre dentre os pobres, este estrato da população trabalhadora só pode encontrar na favela a solução para subsistir na cidade. Fruto de uma engrenagem econômica e política que deprime os salários, diminuindo, por conseguinte, os níveis vitais de consumo, dos quais a moradia é um componente essencial, torna-se favelado todo indivíduo ou família que não pode pagar o jogo especulativo do mercado imobiliário (Kowarick, 1979, p.123).

Além desses desafios iniciais, Rita menciona a falta de infraestrutura das demais casas e a ausência de calçamento na rua. Outra moradora traz o relato do motivo pelo qual mudou para o território e quais as condições configuraram a favela durante o período de sua chegada. Rose é moradora há mais de 25 anos.

A primeira vez que a gente veio, eu tinha 3 anos. Quando a gente veio de vez, eu tinha 6 anos. Viemos duas vezes. Aí, essa última vez que a gente veio, ficou. A gente veio porque minha avó tava doente. Aí minha mãe veio ajudar a cuidar dela no hospital, cuidar com a minha tia. E com isso, ela...minha avó faleceu, ela ficou. Agora eu tenho 38 anos. Tem mais de 25 anos que moro aqui. [No início] Tudo, tudo, tudo, tudo era diferente. Muito diferente. O chão aqui não era asfalto. Aqui atrás era aberto, a gente tinha acesso ao rio, a gente nadava no rio Paraibuna, era limpo. Ali agora é um muro (Rose, entrevista realizada em novembro de 2024).

Além dos problemas estruturais já mencionados pelas outras entrevistadas, essa moradora menciona que há anos atrás a favela dava acesso direto ao Rio Paraibuna e que esse era um espaço utilizado pela comunidade para lazer. Na foto a seguir é possível localizar o espaço da favela e a passagem para o Paraibuna. Essa foto é do final da década de 50 quando a favela ainda não existia.



Acervo pertencente à Maurício Lima Correa. Disponível no Blog: Resgatando o passado de JF. Em vermelho, o local onde iria se instalar a favela na década de 1960.

De acordo com Maricato (2000), as favelas ocupam áreas ambientalmente frágeis – beira de córregos, rios e reservatórios, encostas íngremes, mangues, áreas alagáveis, fundos de vale – por uma razão específica, elas não interessam inicialmente ao mercado legal, são áreas instáveis, sujeitas a desastres e de difícil acesso. Áreas sobrando para a moradia de grande parte da população que não consegue arcar com os custos da moradia legalizada.

De acordo com a autora, as remoções nessas áreas são frequentes, por vezes "os moradores já instalados, morando em pequenas casas onde investiram suas poucas economias enquanto eram ignorados pelos poderes públicos, lutam contra um processo judicial para retirá-los do local" (Maricato, 2000, p.123). Vistos como inimigos da qualidade de vida e do meio ambiente, são retirados desses terrenos sem possibilidades concretas de inserção territorial em áreas melhoradas.

Pergunto a moradora sobre o motivo do fechamento dessa passagem e ela relata:

Na época eu não lembro porque fecharam. Eu só lembro que quando a gente chegou, eu tô te falando. A primeira vez que a gente veio, eu tinha três anos. Foi exatamente nessa época. Pra você ver. Eu lembro direitinho como é que era, aqui era tudo barraco mesmo. Não era tijolo assim. Tinha muita casa aqui na beirada do rio. Foi quando eles começaram a fazer aquelas... Minha casa, minha vida. Tirar o povo do rio. Tem gente que morava na beirada do rio (Rose, entrevista realizada em novembro de 2024).

Esse relato é particularmente importante porque está ligado às remoções que

ocorreram no território no início dos anos 2000. Como já apontamos, segundo um dos antigos funcionários da Defesa Civil, ocorreram inúmeras remoções devido ao risco de desastres no território – relacionado ao comprometimento das moradias à margem do rio. Essa comunidade convive há anos com riscos à sua segurança e saúde. Pergunto a ela também sobre para onde essas pessoas foram, ela expõe que "o pessoal saiu, foi pra outros lugares. Uns veio pra cá. Porque antigamente tinha uns pedaço de terreno e aí os outros se enfiavam" (Rose, entrevista realizada em novembro de 2024). Infelizmente não tivemos acesso ao dossiê da Defesa Civil e não encontramos notícias desse período que possam adicionar mais informações. O que de fato sabemos é que essa favela tem vivência histórica e continuamente tentativas de remoção. Pelos relatos coletados, desde o início nas décadas de 70/80, quando a favela possuía muito mais moradores, ocupando os terrenos que hoje estão construídos um supermercado de grande porte e um condomínio de prédios. Um noticiário de jornal da JFTV Câmara de 2005 apontou uma outra tentativa de remoção dos moradores nesse período mais recente:

O vereador vice-presidente da Câmara, Francisco Canalli (PRP), resolveu o problema dos moradores da rua Humberto de Campos, conhecida como favela do Rato, em Santa Terezinha. As 21 famílias haviam recebido, no dia primeiro de março, uma intimação com ordem de despejo para deixar o local no prazo máximo de 12 horas. Em visita à comunidade, hoje à tarde, o vereador entrou em contato com a Assessora de Articulação Institucional da PJP, Maria Aparecida Soares, que cancelou a ação imediatamente. Ela esclareceu ao vereador que foi uma ação ainda determinada pelo governo passado e que foi colocada em prática sem o conhecimento do atual prefeito. Elizabeth de Moraes Silva é uma das primeiras moradoras do local, onde reside há 13 anos. Ela conta que o terreno era apenas um matagal e os moradores mais antigos construíram a rua. O local tem luz, água encanada, rede de esgoto e linha telefônica. Maria Eva Porcilio disse que foi pega de surpresa pela decisão da prefeitura e que se não fosse pela atitude do vereador não saberia como agir, já que não tem para onde ir (JFTV Câmara, 2005).

As históricas tentativas de remoção ainda são uma realidade presente nessa favela. Rose reforça esse fato quando menciona em um outro momento que cotidianamente a prefeitura faz visitas no território com a finalidade de interdição, mas que a população não tem para onde ir – principalmente porque muitos já estão no território há anos e já fizeram melhorias nos imóveis, como as outras participantes da pesquisa relataram.

David Harvey (2012, p. 57) identifica um fenômeno recorrente no cotidiano da sociedade capitalista: a economia da despossessão. Segundo o autor, “a economia da despossessão da população vulnerável é tão ativa quanto perpétua”. Nesse contexto, a remoção de comunidades torna-se uma estratégia central, pois viabiliza a valorização de áreas ocupadas por favelas. Harvey explica que “a acumulação que acontece pela despossessão deve necessariamente ocorrer contra as populações já precarizadas, precisamente para garantir maior acúmulo pela classe dos capitalistas”. Assim, essa dinâmica de despossessão se reproduz continuamente no tempo e no espaço, mantendo ativa a circulação do capital.

O funcionamento normal de um sistema urbano capitalista tende a uma distribuição regressiva da riqueza social geral e da renda real em favor dos mais ricos, e esse processo só pode ser amenizado (mas nunca barrado) por alguma forma de planejamento que interfira efetivamente nos mecanismos de mercado. Dessa forma, ao privilegiar uma política urbana que se destine apenas a criar condições para a acumulação do capital, a ação do poder público pode se tornar um vetor de expansão das disparidades sociais que afeta a qualidade de vida dos diversos cidadãos, agindo, assim, na contramão de suas atribuições (Canetti, 2019, p.150)

Dessa maneira, o Estado evidencia sua não de neutralidade e seu direcionamento de classe por meio de políticas voltadas à remoção dos moradores dessas áreas, sem, contudo, apresentar um planejamento efetivo para sua realocação em locais adequados.

No noticiário que mostramos acima, Elizabeth relata que os próprios moradores construíram a rua principal. Nos relatos colhidos pela nossa pesquisa vemos que os moradores e suas famílias construíram a comunidade. Nesse contexto, e sem alternativas de moradia para além da favela, se torna particularmente improvável que as pessoas aceitem sair desse território (a não ser que sejam removidas à força), afinal dedicaram anos de trabalho e recursos nele.

Uma das participantes da pesquisa ainda relata outros desafios iniciais dos moradores: "[os desafios] Era casa, não tinha banheiro, água, tudo isso. Isso é mais difícil, né, na época? Ainda mais quando tem criança, né?" (Rita, entrevista realizada em novembro de 2024).

Interessante notar que essa moradora é a mesma que disse só ter conseguido fazer melhorias em sua moradia recentemente, isso inclui a construção de um banheiro. Dessa forma, o cenário é: essa população chegou em um território sem infraestrutura mínima: sem acesso a pavimentação, água, saneamento básico e após mais de 20 anos ainda enfrenta alguns desses desafios. Todas as entrevistadas criaram os filhos sozinhas, eventualmente contando com o auxílio de vizinhos e familiares. Maria relatou que:

Aqui é uma comunidade mas os vizinhos aqui são tudo solidários. Na época que meus filhos pegaram hepatite, minhas vizinhas me deram apoio, assistência. Enquanto eu estava com um no hospital, elas olhavam o outro aqui em casa, lavavam minhas roupas. Os vizinhos cuidavam das minhas outras filhas (Maria, entrevista realizada em novembro de 2024).

Quando estamos abordando a temática de comunidades periféricas e favelas, as redes de apoio comunitário são muito importantes. Essa rede acaba tornando possível a manutenção das atividades essenciais para essa população, como o cuidado com os filhos, o empréstimo de alimentos entre moradores e de serviços essenciais como energia e luz, a possibilidade de compra de produtos em mercados locais a partir do regime de cadernetas.

Uma outra questão chama a atenção nesse relato e está relacionada ao fato de que, se

na favela muitas mães solteiras cuidam de seus filhos, como mantêm seus empregos e demais atividades cotidianas? Esse foi um assunto levantado e relacionado aos principais desafios da trajetória na favela e a falta de programas estatais que auxiliam essa população específica.

Uma das moradoras relata:

Antigamente, aqui tinha um projeto muito, muito bom para as crianças até do seu Guedes da prefeitura. Antigamente, tinha reforço para as crianças. Meus filhos pegaram isso aí. Hoje em dia, já estão com 26 anos. Muitas mães trabalham e não tem onde deixar os filhos, às vezes deixam os filhos com familiares ou em casa. Mas crianças que não vão para creche ficam jogadas na rua. Se tivesse algum projeto ia ocupar a cabeça deles (Maria, entrevista realizada em novembro de 2024).

Maria apresenta um dos principais desafios dessa comunidade – a falta de programas de contraturno escolar e projetos para crianças dificulta a inserção das mães no mercado de trabalho, porque precisam se dedicar ao cuidado com os filhos. Esse é um desafio evidente, primeiro porque a disponibilidade de trabalho por si só já é um problema, e segundo porque essas mães têm especificidades de disponibilidade do seu tempo – precisam encontrar trabalhos que viabilizem o cuidado dos filhos também. Algumas dessas mulheres, como Rose, têm familiares que residem com ela – como a mãe, que atua como rede de apoio. Porém, muitas mulheres não têm essa rede – estão distantes do seu núcleo familiar porque precisaram encontrar uma moradia que fosse acessível – as entrevistadas relataram, como já sinalizamos, os motivos que as levaram até a favela. Essa falta de apoio familiar, por vezes é suprida através do auxílio de vizinhos e parceiros no território, mas nem todas conseguem contar continuamente com essa rede.

Sobre os desafios de inserção no mercado de trabalho, esse foi um ponto recorrente levantado pelas participantes. Rita trouxe suas percepções sobre os desafios atuais: "Ah, ultimamente também está sendo mais na parte de serviço, né? De trabalho. Está muito difícil, né? Para todo mundo. O pessoal não está conseguindo trabalho nenhum." (Rita, entrevista realizada em novembro de 2024). No seu contexto familiar – que é composto por mais de 4 pessoas, apenas uma trabalha para manter todas as despesas – ela aponta que nessa configuração, os desafios são ainda maiores. Rose também traz seu relato no mesmo sentido:

Na época que morava no RJ, eu era mãe multiplicadora, fiz cursos, tive muitas oportunidades. Aqui não tem oportunidades. A maior dificuldade é o desemprego, principalmente pros jovens que não têm uma profissão. Eu acho que aqui tinha que ter mais oportunidades (Maria, entrevista realizada em Novembro de 2024).

Segundo Kowarick (1979), o desemprego, a informalidade, a atuação em atividades

autônomas de caráter intermitente e, sobretudo, os baixos salários são condições frequentes para todos que sustentam o processo produtivo. No entanto, devido à sua intensidade, essas condições fazem dos moradores de favelas um grupo cujos níveis de vida permanecem abaixo dos padrões de subsistência predominantes na classe trabalhadora como um todo.

A baixa escolaridade soma-se à falta de oportunidades para a população que mora em favelas – para os jovens, o sonho com uma futura profissão passa por uma série de desafios, a começar pela precariedade já conhecida do ensino público brasileiro. Além disso, para o jovem que vem da favela e da periferia, ter uma renda faz parte de uma estratégia de sobrevivência para si e sua família – o que impede o acesso ao ensino profissionalizante e ao ensino superior público, que por vezes é integral e caro. Para além dessas questões, ao longo do processo de educação são tantas as faltas – acesso à alimentação, segurança habitacional, exposição à violência – que se torna extremamente difícil a dedicação aos estudos como forma de mudança da realidade. Essas situações levam a uma baixa da profissionalização, que se soma a um cenário de desemprego – atualmente em média 7 milhões de pessoas estão nessa condição no Brasil, fora os desalentados que somam-se 3,1 milhões (IBGE, 2025b).

O desemprego entre os jovens pretos é quase o dobro em relação aos brancos. E, nesse recorte, as mulheres encontram ainda mais obstáculos, pois têm maior tendência a terem que abdicar dos estudos para cuidar dos afazeres da casa, filhos ou irmãos mais novos. O jovem periférico se depara também com uma dura realidade: sem condições financeiras, têm dificuldade em prosseguir com os estudos e capacitar-se profissionalmente, dificultando seu ingresso no mercado de trabalho. Sem experiência, não consegue emprego, e não há como adquirir experiência se as portas para a primeira oportunidade lhe são fechadas (Coletivo Aprendiz, 2025).

O desemprego é uma das manifestações consequentes à forma como a sociedade capitalista se organiza e se reproduz. Ao falar sobre periferias e favelas, é fundamental compreender que a fixação nesses territórios resulta de um processo anterior, determinado pela posição que os indivíduos ocupam na estrutura produtiva. Esse processo leva à valorização de certas áreas da cidade, destinadas aos grupos que se apropriam dos frutos do trabalho, enquanto, em contraste, outros espaços são desvalorizados e ocupados majoritariamente pela classe trabalhadora, que produz a riqueza social, mas não a retém.

O desemprego agudo é uma das manifestações da crise estrutural do capital. Carcanholo (2010) considera que o capitalismo se desenvolveu e se manteve originalmente por meio de fases de crescimento seguidas de períodos de crise. Assim, após um período de crescimento, instalava-se uma crise até que as taxas de lucro fossem restabelecidas, gerando crises cíclicas.

No entanto, segundo os autores, essa forma de manifestação da crise vem se

modificando. A natureza das crises recentes “evoluiu”; elas se tornaram mais duradouras, globalizadas e profundas (Oliveira, 2023). Essa crise afeta diversos aspectos da vida em sociedade, resultando na vivência de certas problemáticas em escala global—como o desemprego—e dificultando a implementação de soluções eficazes para amenizar ou solucionar suas consequências.

Mészáros (1998, p.8) afirma que “a crise estrutural do capital é a manifestação séria do encontro do sistema com seus limites intrínsecos”, sua ocorrência real revela a insuficiência de estabilidade e vitalidade do sistema, uma vez que, especialmente no século XX, as tentativas de reestruturação do sistema foram momentâneas e não tiveram efeitos de longo prazo, como as intervenções keynesianas. O autor argumentava já na década de 1990 que, no futuro, a crise estrutural do capital seria ainda mais profunda, com implicações a níveis globais, afetando todos os aspectos da vida, desde as dimensões reprodutivas diretamente materiais até as dimensões intelectuais e culturais.

Nesse sentido, objetivamente, crise estrutural significa que o regime capitalista não é mais capaz de apresentar um novo ciclo global de expansão generalizada, uma vez que o sistema atingiu tal grau de produtividade, graças ao desenvolvimento tecnológico, em que a expansão da produção hoje não é acompanhada pela expansão dos mercados, devido a limitação geográfica da própria globalização (Botelho, 2013). Canettieri (2022, p.11) aponta que “a maior parte do desenvolvimento capitalista só se sustentou por intermédio de um processo de deslocalização e de externalização das consequências sociais e ecológicas para as periferias”. Para grande parte do ocidente, só foi possível alcançar patamares significativos de desenvolvimento porque os impactos sociais, ecológicos e financeiros foram sistematicamente terceirizados para as periferias do mundo.

Além da crise externa, que se materializa a partir do processo descrito acima, o sistema também aprofunda um processo de crise com seus limites internos. Suas bases residem no fato de que “como uma parte cada vez menor do capital é despendida na mobilização de trabalho humano, o capital absorve sempre uma quantidade menor de valor em proporção à sua grandeza” (Canettieri, 2022, p.7), com o desenvolvimento das forças produtivas e a composição orgânica do capital, tem-se que a proporção de tecnologia e meios de produção cresce e, conseqüentemente, utiliza-se menos trabalho vivo, e por isso menos valor, gerando uma crise interna.

Esse colapso afeta toda a estrutura do sistema capitalista e sua possibilidade de recuperação, trazendo impactos sociais que perpetuam uma crise social – isto é, a falta de trabalho para grandes parcelas populacionais, a generalização das favelas pelo mundo, a falta

de moradias para a população de baixa renda, o deslocamento massivo de pessoas pelo globo, dentre outros.

Carcanholo (2010) pontua que as crises vivenciadas socialmente não devem ser atribuídas apenas a fatores esporádicos, como oscilações da inflação, taxas de juros e políticas públicas com impacto global limitado. Esses eventos apenas amplificam a crise e seu impacto na vida das populações que a experienciam, mas não são a sua causa. Entender essa perspectiva é crucial para compreender que o desemprego em massa é um elemento que está relacionado intrinsecamente com o sistema encontrando seus próprios limites.

Paulo Arantes (2021) também discorre sobre esse processo ao apontar que o Brasil se tornou um precursor de tendências globais alarmantes, como a crescente desigualdade social, a precarização do trabalho e a violência urbana. O autor introduz os termos "primeira modernidade" e "segunda modernidade" para descrever períodos históricos brasileiros, relacionando-os ao aprofundamento da questão social, à precarização e ao aumento exponencial da desigualdade no país.

Com relação ao conceito de "primeira modernidade", Arantes refere-se a um período histórico em que o Brasil ainda acreditava na possibilidade de alcançar um desenvolvimento nacional autônomo e progressista, baseado em um projeto modernizador semelhante ao dos países centrais. Esse modelo se sustentava em ideias como industrialização e urbanização aceleradas, construção de um Estado forte e provedor, integração das massas populares na sociedade por meio do trabalho formal e da ampliação de direitos sociais, além da crença em um futuro promissor para o país dentro de um modelo de modernização desenvolvimentista.

No entanto, Arantes (2021) argumenta que esse modelo entrou em colapso. Segundo o autor, a segunda modernidade está associada ao fracasso da modernização tradicional e à ascensão de um novo tipo de desenvolvimento, caracterizado pela precarização do trabalho, falência do Estado para o trabalho, desemprego em massa e crescente desigualdade.

A metáfora da brasilianização busca traduzir este movimento (...) O problema da brasilianização é a diferença entre a Primeira e a Segunda Modernidade, que é a simultaneidade do risco global, como prova a desagregação do mundo do trabalho e a universalização do desemprego” (Arantes, 2021, p.72).

Se, na primeira modernidade, o Brasil ainda mantinha a ilusão e um discurso de um progresso baseado no crescimento econômico, na industrialização e na inclusão social, na segunda modernidade esse modelo se prova falso. Em seu lugar, surge um cenário em que o trabalho formal e estável dá lugar à precarização do trabalho, ao "bico", à negação da cidadania para parcelas cada vez maiores da classe trabalhadora, à negação de direitos,

violência e segregação extrema. Além disso, o Estado passa a apoiar e incentivar a crescente flexibilização das relações trabalhistas, a privatização de suas funções, a redução de investimentos em políticas sociais e o desmonte de serviços públicos essenciais. Ele ressalta que a flexibilização tem que ser compreendida como realmente se apresenta no mundo real: "um agravamento tal da espoliação e desamparo dos indivíduos flexibilizados a ponto de assumirem cada vez mais os traços dos 'homens precários' da periferia" (Idem, p.75).

Nesse sentido, segundo Arantes (2021), o Brasil tornou-se um precursor global dessa segunda modernidade. Ele usa o termo "brasilianização do mundo" para descrever como as dinâmicas de desigualdade, violência e precarização típicas do Brasil estão se espalhando para outras partes do mundo. Dentro dessa lógica, o país não está progredindo nem avançando em termos de modernização; o que vivemos é um colapso que afeta de maneira ainda mais incisiva a classe trabalhadora, especialmente seus segmentos mais pobres.

O autor faz uma associação também entre a ilegalidade tolerada da ocupação da periferia com o aumento do trabalho informal e a tendência cada vez maior de flexibilização trabalhista encabeçados pelo Estado. Segundo ele: "o regime altamente flexível que vigora nesta terra de ninguém que é a cidade ilegal não só demanda, e por isso mesmo, um aparato regulatório inchado no limite do surreal, como convive muito bem com este seu par alterno" (Arantes, 2021, p.90). Esse par é o trabalho não formal, que se manifesta a partir do desmanche do mundo brasileiro do trabalho.

No limite dessa trama de ilegalismos, categorias profissionais inteiras acabam simplesmente "desaparecendo", e das estatísticas e da representação sindical. Graças à terceirização predatória e suja, não estão "fora" do mercado, apenas se tornaram socialmente invisíveis. Tal como os sem-teto, expurgados do atual Censo nacional por ordens "científicas" superiores (Arantes, 2021, p.91).

Nesse sentido, a ilegalidade é a regra da "nova modernidade". Ela permeia todos os aspectos da vida social e econômica, tornando-se uma característica central tanto do trabalho quanto da organização urbana.

Outro desafio ressaltado nas entrevistas estava relacionado ao acesso a serviços básicos, como saúde e assistência. Rita expõe que "a maior dificuldade é médico, isso todo mundo sabe. Aqui quase não tem médico. Tem o 'Postinho'. Lá na Nossa Senhora das Graças. É muito longe" (Rita, entrevista realizada em novembro de 2024). Esse relato é importante porque o fato da UBS referência não estar localizada em um local acessível impede que toda a comunidade acesse um direito fundamental e essencial – o direito à saúde. A partir da observação participante na favela, torna-se evidente, ao analisar a infraestrutura e dialogar

com os moradores, a necessidade urgente desse acesso para a população local. Nesse território, vivem famílias inteiras, incluindo crianças e idosos, cujas demandas cotidianas refletem a carência de serviços e recursos essenciais.

Verdi (2023) aponta que, à primeira vista, a privação do urbano aparece em um conjunto de ausências e/ou dificuldades de acesso: alimentação, habitação, saúde, educação, saneamento, áreas e atividades de lazer, transporte, entre outros. Entretanto, "essas ausências conformam a experiência cotidiana da segregação socioespacial, que constitui o conteúdo nuclear da urbanização na sociedade capitalista, a qual é fundada, produzida e reproduzida pela propriedade privada do solo urbano" (Verdi, 2023, p. 10). Nesse sentido, a negação não é apenas dos direitos fundamentais, mas do direito à cidade na sua potência, da possibilidade de viver bem no espaço urbano. A defasagem de serviços públicos também aparece no relato de outra participante, como descrito abaixo:

Desde quando eu moro aqui, eu não vi projeto nenhum da prefeitura aqui dentro. Nenhuma melhora não. Os moradores, sabe, que estão vendo as melhorias [que estão fazendo as melhorias]. É a gente que faz as coisas. Quando tem que ir no posto de saúde, a gente às vezes não tem nem passagem pra ir. Nosso CRAS é longe, é na Grama. A UBS é lá em Nossa Senhora das Graças. A coleta de lixo eles vem fazer sim, mas vem mais porque tem que pegar o lixo do Bahamas (Maria, entrevista realizada em novembro de 2024).

A distância dos serviços tanto de saúde quanto de assistência inviabiliza o acesso dos moradores da favela a esses direitos. É incontestável a recorrente dificuldade de acesso aos serviços públicos nas favelas e periferias. Para acessar os serviços de saúde nos postos de atendimento, os moradores frequentemente precisam comparecer com horas de antecedência ao início do expediente, a fim de garantir uma vaga. Esse cenário ocorre devido à limitação diária de atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Quando a demanda excede a capacidade de atendimento, os usuários são orientados a retornar em outro dia. Há registros de indivíduos que chegam às unidades já às 5 horas da manhã, muitas vezes enfrentando essa rotina repetidamente. Situação semelhante é observada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), onde, em determinadas regiões, formam-se filas extensas desde a madrugada. A dificuldade de acesso torna-se ainda mais acentuada para aqueles que residem em áreas distantes desses serviços.

Além disso, é fundamental destacar que crianças e idosos, por suas condições específicas, necessitam de acompanhamento médico e assistencial contínuo. Rose menciona inclusive o fato de muitas vezes não terem dinheiro para passagem, mostrando como as condições objetivas inviabilizam o acesso à saúde e assistência.

A participante menciona também sobre a coleta de lixo e sua percepção de que o serviço só é realizado devido à existência do supermercado que faz divisa com a favela. Como observadora participante da realidade dessa comunidade, posso dizer que não teve uma vez em que estive lá e que não encontrei montes de lixos espalhados pelas vielas e ruas. De fato, não há coleta de lixo regular dentro do território. O que existe é um ponto de descarte no início da Rua Humberto de Campos, que é a primeira rua da favela, e este ponto está sempre com acumulação de lixo.

Sobre a relação do Estado com os diversos territórios na cidade, Farage (2014) aponta que a conformação da cidade expressa a forma como o Estado se relaciona com os distintos interesses das classes, constituindo espaços em que se valoriza a vida em suas múltiplas dimensões, desde os sentidos mais simbólicos e culturais até a vida física e outros espaços em que o cotidiano expressa apenas formas simples de sobrevivência. Dessa forma, a disposição de serviços públicos também segue o conflito entre os interesses de classe.

Segundo a autora, por um lado, o Estado, impulsionado pela luta e organização histórica da classe, dá respostas a algumas das suas demandas – como é o caso da realização de obras de drenagem e saneamento no território, vimos que essa é uma reivindicação dos moradores da Favela do Rato desde a década de 1980. Por outro, como forma de manter o território sob controle e seus moradores submissos, desenvolve mecanismos como a criação de políticas públicas (saúde, educação, saneamento etc.) de baixa qualidade. "No papel", esses serviços são oferecidos à população, porém, a realidade mostra que o acesso aos mesmos é precário.

Quando as entrevistadas foram perguntadas sobre a sua percepção com relação às ações da prefeitura no território, as respostas são unânimes. Como vimos no último relato, Maria expõe que nunca viu nenhuma melhoria em mais de 20 anos, ressaltando que os moradores é que lutam e fazem as reformas na favela – suas percepções e a veracidade delas são confirmadas pelo relato no jornal que mencionamos anteriormente, onde uma moradora contou que os próprios residentes fizeram o calçamento da rua principal.

Maricato (2000) destaca que os graves problemas enfrentados pelas cidades brasileiras não resultam da ausência de planos e propostas, uma vez que há uma ampla produção de diretrizes e projetos urbanos. No Brasil, por exemplo, os equipamentos de saúde e assistência social estão efetivamente presentes no território, ou seja, há unidades instaladas em diversos bairros. No entanto, sua distribuição dentro das cidades é desigual, o que compromete o acesso equitativo da população a esses serviços. A existência desses planos desempenha um papel ideológico, funcionando como uma justificativa formal para a gestão urbana, ao mesmo

tempo que mascara os reais interesses que orientam os investimentos na cidade. Segundo a autora:

(...) as diversas instâncias de governo, em países latino-americanos, intencionalmente ou porque são levadas a isso, acabam por beneficiar o capital imobiliário ou os grandes grupos privados quando da alocação dos investimentos públicos. É importante notar, porém, que essa atuação não é desprovida de uma justificativa, ao contrário, ela costuma apoiar-se na proposição, muito difundida (e cara aos neoclássicos), de que o critério prioritário seria o da eficiência econômica desse procedimento (Maricato, 2000, p. 124).

Assim, a alocação de recursos públicos e a oferta de políticas sociais em determinadas áreas são determinadas pelo interesse imobiliário, que influencia diretamente as decisões do Estado. Como resultado, nas periferias, os investimentos não são direcionados ao desenvolvimento e à implementação de serviços básicos, pois essas regiões não representam um interesse econômico para o mercado imobiliário e, conseqüentemente, tampouco para o Estado. Dessa forma, a população é direcionada ao que já está disponível, sem a destinação de recursos adicionais para ampliar seu acesso a direitos básicos.

Rita e Rose também apontam que não “veem a prefeitura” “indo à favela”. Uma delas relata que "Eles só vêm aqui quando tem eleição. Nessas últimas eleições eles vieram, prometeram aí mundos e fundos. Eles só vêm nessas épocas. Depois você não vê mais ninguém" (Rose, entrevista realizada em novembro de 2024). Rolnik (2012) descreve a situação com precisão quando aponta que:

Realmente, as eleições são outro momento em que as precárias condições dos moradores da periferia são usadas com objetivos claramente políticos e oportunistas. Nas campanhas eleitorais os políticos percorrem os bairros procurando saber de sua situação e prometendo isso ou aquilo. Efetivamente, são só promessas, que se diluem com o passar das eleições (p. 21).

Segundo a autora, do ponto de vista da gestão, a cidade irregular é tolerada. Politicamente, essa situação é conveniente – a expansão das áreas de baixa renda ocorre de forma ilegal e irregular, tornando a população mais vulnerável a barganhas eleitorais e práticas clientelistas. Dessa forma, a oferta de infraestrutura para esses bairros acaba sendo usada como moeda de troca por votos. Assim, quanto mais a precariedade se prolonga, maiores são as oportunidades para os políticos explorarem esse tipo de negociação (Rolnik, 2012).

A autora também menciona que ao longo do processo de redemocratização brasileiro, os investimentos em urbanização ganharam importância crescente no jogo político-eleitoral. Do ponto de vista das relações de poder, o controle político é reforçado pelo caráter discricionário destas ações – isto é, as ações de urbanização são conduzidas de forma

arbitrária, dependendo da vontade e dos interesses políticos de quem está no poder, em vez de seguirem regras ou critérios técnicos bem definidos. É por esse motivo, inclusive, que muitas obras são iniciadas mas não acabadas – são apenas políticas de governo e não de estado.

Rolnik (2012) argumenta que uma política urbana deve se opor à barganha eleitoral, adotando uma abordagem baseada em direitos. Esse processo envolve a identificação e demarcação das favelas na cidade, garantindo, em primeiro lugar, o reconhecimento de sua existência e estabelecendo compromissos para sua regularização e melhoria. A autora destaca as experiências pioneiras de Recife e Belo Horizonte, que inovaram não apenas ao buscar investimentos para as favelas, mas principalmente por formularem um planejamento urbano contrário às políticas de remoção e desfavelamento. Essas cidades promulgaram legislações específicas com instrumentos de regularização fundiária e reconhecimento dos direitos de posse, conduzindo esses processos de maneira democrática e participativa. A ocupação de áreas restantes, pobres, sem infraestrutura, é vista como aquilo que é permitido ao pobre – uma tolerância que tem como fundamento o clientelismo: favor em troca de apoio político (Valencio, 2009).

É por esse motivo que, embora essa população esteja inserida de forma marginal no mercado de trabalho, ela permanece integrada à engrenagem capitalista, não sendo excluída desse processo. Isso ocorre tanto pelo fato de se constituir como uma população relativa excedente – pressionando os salários para patamares cada vez menores, quanto por sua utilidade no jogo político.

Outro desafio atual apresentado pelos moradores está relacionado aos alagamentos recorrentes no território.

Então, essa questão do beco quando alaga... fica pior do que tá ali agora. Não chega a vir pra cá porque aqui tem esse bueiro e tem o outro da esquina também. Mas antes não tinha. Antes, a água vinha até aquele bar ali do Carlinho. A gente também nadava na água ali, no beco. Enchia de água e ficava igual uma piscina. A gente nadava lá. É água de chuva e pra ajudar ainda vem a água do campo por debaixo (Rose, entrevista realizada em novembro de 2024).

Pelo relato de Rose a situação no passado era muito pior. De fato, no ano de 2010 a Secretaria de Obras (SO) construiu uma rede de captação de águas pluviais no prolongamento da Rua Humberto Campos, com o objetivo de melhorar a infraestrutura do lugar (Secretaria de Obras, 2010). A promessa era de que a drenagem e a construção de bueiros solucionariam os alagamentos, impedindo que a chuva entrasse nas casas. No entanto, os alagamentos não acabaram, eles começam já na entrada da favela, tornando muito difícil a passagem dos moradores. Além disso, em temporais muito fortes a água ainda entra nas casas.

Como exposto no relato, a água também vem do campo de futebol que faz divisa com a favela. Esse campo existe desde muito antes da formação dessa comunidade, desde 1932. É um campo desativado que traz problemas para os moradores. Com relação a essa questão, nenhuma providência foi tomada. A favela continua alagando, como mostra a foto abaixo, que foi tirada da entrada. Importante ressaltar que, no interior do território, a água se acumula e concentra, prejudicando os moradores.



Foto retirada no mês de Dezembro de 2024 da Favela do Rato -JF

Conforme Valencio (2009), a recorrente não realização das promessas públicas de melhorias resulta em desconfiança em relação às ações do Estado, que se caracterizam pela falta de transparência, efetividade e continuidade. Suas intervenções são insuficientes, muitas vezes paliativas, precárias e inacabadas. As ações pontuais se traduzem na execução de pequenas obras nunca concluídas, em iniciativas isoladas de cadastramento de famílias para

regularização fundiária, que nunca se concretizam, e em remoções para áreas supostamente mais seguras, porém sempre mais distantes e isoladas.

Embora enfrentando essa realidade, a população resiste ano após ano através das inúmeras tentativas de permanência e reconstrução da comunidade – durante as idas na favela, diversas vezes testemunhei pessoas tirando as poças de água da rua e limpando suas casas, mostrando a importância de um lugar para chamar de seu, conformando a luta por pertencimento e vinculação, frente à despossessão vivenciada, inclusive a espacial (Valencio, 2009).

No cotidiano da Favela do Rato, durante os períodos de alagamento, muitos moradores enfrentam perdas de pertences e danos às casas. Como vimos, o território que hoje abriga os moradores da favela era de posse do Estado, onde funcionava uma olaria e horta do Batalhão de Polícia, esse território foi ocupado pelos moradores, por isso, grande parte deles não possui a titularidade dos terrenos (embora exista o mercado ilegal internamente).

Aqueles que têm suas casas estruturalmente comprometidas contam, em geral, apenas com a intervenção da Defesa Civil, cuja atuação se restringe à interdição do imóvel caso haja comprometimento da estrutura da moradia – o que pode ser o motivo, inclusive, do não acionamento desse órgão. Além dessa ação, os benefícios assistenciais destinados a vítimas de desastres são concedidos exclusivamente a quem possui moradia própria e documentação em áreas legalizadas, deixando essas famílias desamparadas nesse momento. Dessa forma, os moradores estão completamente desamparados pelo Estado, caso algo aconteça com suas moradias.

O fato de não existirem possibilidades objetivas que tragam uma mudança na realidade dessas famílias faz com que vivam cotidianamente nesse contexto sem possibilidades de um futuro diferente. Vargas (2006) aponta que eventos de desastres, como enchentes e deslizamentos de terra, se apresentaram, por vezes, como mais um elemento componente do cenário de dificuldades, privações e demandas imediatas dessas populações, numa condição de pouca significância em relação a outros elementos presentes – como o risco da remoção. Dessa forma, o risco – de alagamento, por exemplo – é visto como passível de convivência. Diante das experiências diárias de privações, as conquistas raras e árduas ganham relevância em comparação com o risco existente.

Esse fato ficou claro quando Rose relatou que "(...) aqui quando chove e a água entra pelo telhado e pela rua, eu falo aos meus filhos para irem dormir, porque não tem o que fazer, e porque pelo menos a gente tem um teto pra se proteger" (Rose, entrevista realizada em novembro de 2024). Pelos relatos dos moradores durante a observação participante e durante

as entrevistas, a Favela do Rato é alvo de constantes tentativas de remoção – como já apresentamos. Esse *pode ser* um dos motivos que justificam o não acionamento da prefeitura nesse contexto – historicamente (como vimos) o "risco" é pretexto para a remoção e não para a proteção social de fato. Sobre essa questão, Valencio (2009, p.84) aponta que:

Não raro, populações em áreas de risco, uma vez afetadas por desastres, como os relacionados às chuvas, deixam de reportar à Defesa Civil as pequenas tragédias particulares vivenciadas, assim como veem com desconfiança e agem com resistência às estratégias de prevenção que são colocadas em operação, como a remoção das pessoas do lugar, o que é realizado geralmente, como deslocamento involuntário ... a associação do descaso cotidiano do poder público em relação a eles com a abordagem pontual dos serviços de emergência em épocas de chuvas, que buscam retirar as pessoas do lugar ameaçado, é passível de tomar a compreensão de que a emergência não se trata de um resqúcio de proteção social, mas de um esforço público de deslocar a vulnerabilidade em vez de resolvê-la. Portanto, trata-se de um tipo de violência. Como seria possível àqueles que são invisíveis a maior parte do tempo para o Estado e para a sociedade organizada aceitar que, ocorrendo o desastre (ou a sucessão de emergências ou a calamidade), tornaram-se, desde ali, objeto de preocupação para o outro? A desconfiança da população vitimada em relação aos seus “salvadores” justifica-se pelo histórico de abandono e silenciamento, muitas vezes violento, de suas demandas, inclusive as que mitigariam os riscos de desastres.

Essa questão evidencia a completa falência do Estado nas favelas e áreas periféricas. Há anos, a população local convive com problemas estruturais sem que medidas eficazes sejam adotadas – a única medida é a remoção. Aos olhos desses moradores, a presença do Estado se manifesta apenas como “interesse eleitoral”, sem a implementação de políticas públicas de habitação consistentes que garantam condições dignas de moradia. Dessa forma, essa parcela da população é relegada à própria sorte. Além disso, observa-se um aprofundamento dos processos de individualização diante das inseguranças e ameaças constantes da vida social. Problemas que deveriam ser tratados e assegurados por meio de instituições acabam sendo incorporados como responsabilidades individuais, agravando ainda mais os desafios comunitários.

Outra questão que apareceu nas entrevistas tem a ver com a segurança, perguntamos aos moradores se eles se sentem seguros no território. Embora todas as entrevistadas tenham relatado que sim, uma delas trouxe o seguinte depoimento:

O que tem aqui é aquilo ali que você passou e viu (pessoas usando e vendendo droga na rua). Igual eu falo, infelizmente todas as comunidades tem isso. Os outros falam "a mas vocês ficam perto", mas a gente não pode deixar de ficar num lugar porque os meninos estão ali fazendo as coisas. Quando eles têm que fazer as coisas eles ficam na deles ... Tem a questão das crianças, "mas as crianças vão ficar na rua", ah desculpa, quem tá vendendo droga é eles. Meu filho não vai deixar de brincar na rua por causa disso. Não tem como. É muito tranquilo mesmo. Umas coisas acabam acontecendo, ontem um viciado pretinho, deu uma pedrada na cara de uma mulher lá da frente que chamou ele de macaco. Aí chamaram a polícia, quando foi hoje juntou um monte de gente e bateu nele. Acontece esse tipo de coisa. Ele apanhou o dobro. Eu disse pros meninos, "porque ao invés de vocês baterem nele não colocaram ele pra desentupir os bueiros do bequim?" Por isso que tá cheio de água. Porque ele mesmo entupiu, tá? Ele mesmo pegou terra e brita e jogou nos bueiros. Ou seja, a água não tá descendo (Rose, entrevista realizada em novembro de 2024).

O relato de Rose mostra que embora eles digam que se sentem bem e aparentemente

seguros porque estão próximos a pessoas com quem têm trocas cotidianas, a realidade impôs a eles situações que infelizmente não escolheram, como por exemplo o contato das crianças com o tráfico e uso de drogas e a violência entre moradores. Essa dinâmica traz um ambiente de insegurança para as famílias, ainda que cada um compreenda e perceba o perigo em níveis diferentes. Além dessas questões, uma das entrevistadas relatou que:

Às vezes uns vizinhos brigam. Aqui já teve uma rixa, a parte de cima não gostava da parte de baixo da favela. Mas hoje em dia não tem mais briga. Igual eu falo assim, eu moro nos fundos, né? De lá pra cá, você conhece a favela inteira, são três ruas. Mas é igual lá na frente, tem essa divisão. O povo lá na frente fala que lá não é favela (das duas ruas adjacentes à principal). Eles falam que a favela é só aqui, na Humberto de Campos. As outras lá são Rua da Paz e da Vitória. Aqui só que é favela e lá não – acredita? (Rose, entrevista realizada em novembro de 2024).

Como vimos, a presença de redes de sociabilidade é determinante na condução da sobrevivência da população local – solidariedades que se manifestam como resultantes do vínculo criado no bairro com o decorrer dos anos de convivência. No entanto, é importante indicar que nem sempre essas redes de apoio têm características de acolhimento e amizade. Muitas pessoas vivenciam o distanciamento total da família, a ausência de um parceiro com quem compartilhar a criação dos filhos, a dependência constante da assistência social – trazendo um sentimento de impotência. Em muitos casos, o que se tem na favela é a “unidade na miséria e não a solidariedade entre iguais” (Yazbek, 1996), uma vez que, mesmo vivendo próximas e se conhecendo, as pessoas nem sempre se estimam e muitas vezes se temem.

Dessa forma, o discurso da comunidade e solidariedade, de que nas favelas as pessoas são mais amigáveis umas com as outras, não pode encobrir o que de fato acontece nesses territórios – mesmo com as redes de apoio, a miséria, a precariedade, a violência e a falta de infraestrutura ainda assolam essas populações – a solidariedade é um componente importante da realidade mas ele não pode ser visto como a solução para os desafios cotidianos dessa população, mesmo porque, como estamos trabalhando, nem sempre a solidariedade existe, muitas vezes essas comunidades experienciam graus de divisão interna que apontam para um esgotamento das relações de amizade e cooperação que é decorrente de tantas faltas e precariedades cotidianas.

Além dessas questões, o fato de parte dos moradores não se identificarem como habitantes da favela evidencia uma tendência mais ampla entre os residentes de áreas periféricas. Silva (2006) defende que essa é uma tentativa de fuga dos estigmas atribuídos ao lugar ocupado. Alguns dizem que moram em determinado bairro, quando na verdade moram em outro. Santos afirma:

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário tem valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser a condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhes faltam (Santos, 1987, p.81).

Dessa forma, o lugar que os indivíduos ocupam no território também impacta a forma como são apreendidos socialmente, o seu valor é adicionado ou subtraído com base na sua inserção territorial. Moradores de favelas e áreas periféricas são associados aos estigmas desses territórios e por isso não possuem as mesmas oportunidades – não acessam determinados postos de trabalho, não são bem recebidos em lugares mais elitizados como shoppings, lojas de grife, restaurantes e determinados bairros. A associação desses sujeitos à violência, perigo e ao crime é quase instantânea. Por isso não querem ser identificados como moradores de favela. Esse argumento também explica, em partes, o motivo desses sujeitos relatarem se sentir seguros, embora vivenciem cotidianamente episódios de violência, onde a presença do Estado é, sobretudo, ausente. As penalizações sociais enfrentadas por esses indivíduos pelo simples fato de residirem nessas áreas já são inúmeras. Nesse contexto, a não identificação como "favelados" representa um desejo explícito de afastamento dessa estigmatização.

Perguntamos também sobre as referências no território, se existem pessoas que desempenham papéis de liderança comunitária, levando as necessidades coletivas adiante. As respostas foram:

Não, não. Cada um é cada um. Entendeu? Os moradores são amigos. Todo mundo aqui é amigo. Mas cada um com seus problemas (Rita, entrevista realizada em novembro de 2024).

Aqui não tem ninguém que é referência, mas todos se ajudam. A gente senta e dialoga, como é e como não é. Mas quando a gente tem alguma coisa pra resolver, às vezes a gente liga pra prefeitura, mas tem que ficar ligando e insistindo e aí eles vêm, mas não tem nenhuma organização (Maria, entrevista realizada em novembro de 2024).

Sobre referência na favela, não tem... Iluminação, tem meses que a Lu<sup>12</sup> tá tentando pedir à prefeitura para ligar a luz aqui e nada, do poste ali da frente (Rose, entrevista realizada em novembro de 2024).

Nesse sentido, a partir das respostas desses participantes especificamente, constatou-se que de fato não existem figuras de referência no território e também não existem mobilizações

---

<sup>12</sup> “Lu” é uma das pessoas que fazem parte da ONG da Igreja

coletivas entre os moradores para a reivindicação de melhorias na favela. Maria cita a tentativa de contato individual com a prefeitura e Rose menciona uma pessoa que pertence a uma das instituições que dão suporte à favela – são elas a ONG A Base da Igreja e o Brothers do Bem. Durante as idas ao território, foi possível notar que a Base da Igreja vai semanalmente à favela para fazer um trabalho mais voltado ao suporte espiritual e por vezes levantam recursos para suprir a demanda de algum morador – para uma das moradoras, eles estão construindo um banheiro com os recursos da instituição.

Embora sem a oficialização de uma dinâmica de organização popular, a favela continua existindo há mais de 6 décadas. Durante esse período os moradores resistem contra ações de remoção, muito embora, esse processo tenha expulsado muitas famílias do território. Ainda, os residentes vem historicamente denunciando as condições insalubres do território por meio da participação em reportagens e pesquisas como a nossa. Podemos dizer também que as poucas melhorias implementadas no território são reivindicações antigas da população – como a drenagem e instalação de bueiros. Sem contar as obras realizadas pelos próprios moradores.

As favelas no geral são marcadas pela realização de mutirões, nos quais a população se organiza coletivamente para realizar alguma ação em prol da comunidade (Brulon e Peci, 2018) – na Favela do Rato esse processo é amplamente visível, como no caso do calçamento da rua Humberto de Campos e também em outros momentos, como a construção de moradias e anexos à moradias já existentes – atividade que foi amplamente vista durante a observação participante.

Brulon e Peci (2018) destacam que as lutas por melhores condições de vida e direitos se manifestam na iniciativa dos moradores em realizar diversas ações por conta própria, como obras, mutirões de limpeza e construção. Elas destacam que as respostas estatais são, em geral, lentas e insuficientes, levando os próprios moradores a assumirem a resolução das questões mais urgentes no território.

Partindo para a informalidade, nesses anos de “luta” em prol da comunidade, em muitos aspectos os moradores de favelas aprenderam a ser muito mais ágeis e funcionais do que o próprio Estado. Em outras palavras, eles aprenderam a resolver os próprios problemas em um ritmo de urgência compatível à natureza de suas demandas, de uma forma que o Estado, em sua lógica burocrática, não consegue fazer. Por isso, em alguns casos eles assumem a incapacidade dos representantes do Estado de resolver os problemas, reconhecem a sua funcionalidade superior, e “arregaçam as mangas”, fazem eles mesmos o que seria função do Estado (Brulon; Peci, 2018, p.79)

As autoras apontam que, devido à ineficiência, à demora ou às exigências burocráticas excessivas por parte do Estado na resolução dos problemas das favelas — muitos deles de

caráter urgente —, a lógica das "lutas" se mantém, mesmo em um contexto de maior presença estatal nesses territórios. Diante dessa realidade, os próprios moradores assumem a responsabilidade por diversas questões, como a retirada de lixo, o uso de “gatos” para obtenção de energia e a limpeza dos bueiros.

A partir de todas as respostas e questões trazidas pelos moradores da favela e confirmadas pelos demais contatos e pesquisa em jornais, foi possível reconstruir não apenas parte da trajetória histórica dessa comunidade; ainda que com algumas lacunas, as respostas permitem compreender os elementos que compõem a vida cotidiana nesse território. Esse cotidiano é permeado por diversos desafios que se originaram desde o surgimento da favela — como a precariedade das casas, de serviços básicos, de infraestrutura básica, saneamento, exposição a desastres e por demais defasagens que se mantiveram e foram aprofundadas no decorrer dos anos.

Além disso, ficou evidente que, diante da ausência ou insuficiência da atuação estatal, os moradores desenvolvem formas próprias de organização e resistência para lidar com essas adversidades. As estratégias de sobrevivência e solidariedade comunitária desempenham um papel essencial na manutenção da vida nesse território, demonstrando a capacidade de autogestão e resiliência da população — mas as análises também revelaram que o território não é apenas constituído de solidariedade e cooperação, mas de violência e divisão, apontando para um processo de individualização das demandas coletivas, retirada do Estado como agente propositor e implementador de políticas nesses territórios.

Assim, este estudo procura contribuir para ampliar o entendimento sobre a complexidade social e estrutural dessa favela em específico, ressaltando a importância de aprofundar investigações futuras que possam embasar ações concretas para a transformação dessa realidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o presente trabalho teve como objetivo explicitar e trazer à tona questões fundamentais para o debate acerca das favelas na modernidade, bem como do cotidiano das populações que habitam esses territórios. A partir de uma análise que procurou articular a formação socio-histórica do Brasil, abordamos o impacto da escravização dos povos negros e sua posterior inserção no mundo do trabalho, os processos de acesso ou negação da terra, a gênese das cidades brasileiras, a incorporação do mercado tipicamente capitalista à realidade nacional, além da formação e expansão das favelas no país, com foco em Juiz de Fora e, especificamente, na Favela do Rato. Todo esse percurso teórico foi realizado com o intuito de subsidiar a análise do cotidiano de vida das pessoas que habitam esse território através dos dados encontrados pela pesquisa de campo.

A pesquisa revelou inúmeros aspectos da vida das famílias residentes na comunidade. Inicialmente, foi possível identificar um padrão de migração forçada nas histórias dos entrevistados. Esse padrão se mostrou fortemente relacionado ao esgotamento das possibilidades de permanência e manutenção dos meios de viver nos territórios originais dessa população, levando a favela a se tornar a única alternativa viável para a reprodução social dessas famílias no espaço urbano. Através das entrevistas realizadas e do acesso à fontes bibliográficas importantes - como o jornal Tribuna de Minas, foi possível compreender os principais desafios enfrentados pelos moradores da Favela do Rato no período de gênese da comunidade, dentre os quais se destacam: a ausência de infraestrutura básica, saneamento, abastecimento de água, energia elétrica, pavimentação, habitação adequada e segura, além do acesso precário ao mercado de trabalho. Somam-se a essas questões as recorrentes inundações que assolam o território desde sua ocupação inicial.

Desde sua formação, a comunidade estabelecida no território da favela corre riscos constantes, evidenciados, por exemplo, pelo processo de solapamento das moradias ocorrido no início deste século, que afetou um grupo de residentes às margens do rio, comprometendo a segurança das habitações na região.

Além disso, constatou-se que a favela historicamente vivencia um processo de tentativas de remoção, o que resultou na redução gradativa de sua população ao longo do tempo. A análise teórica revelou que as favelas são frequentemente alvo de políticas de remoção, impulsionadas por um Estado capitalista que administra o espaço urbano de acordo com os interesses da elite e a lógica de valorização do mercado imobiliário. Observou-se, ainda, que com relação à intervenção estatal, especialmente no provimento dos serviços

básicos de saúde, assistência social, coleta de lixo, oferta de programas educacionais no contraturno escolar, iluminação pública e segurança, a realidade mostra uma falha estrutural do Estado na implementação de políticas e ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações que habitam as favelas - observamos que embora alguns serviços públicos sejam ofertados, a população sinaliza e expõe as diversas dificuldades para o acesso dos mesmos. Essa constatação deixou de ser uma hipótese para se consolidar como uma realidade vivenciada pela população local.

Ademais, embora a favela seja frequentemente retratada como um espaço de solidariedade e fortalecimento comunitário, a pesquisa demonstrou que ela também é marcada pela violência, pela fragmentação social, pela insegurança e pelo estigma, reflexo das dinâmicas predatórias, individualistas e desiguais que caracterizam a sociedade contemporânea, na qual o lucro se sobrepõe à valorização das pessoas, fazendo com que as relações sociais também conformem uma forma particular de relação humana.

Abordamos que, ainda que não haja uma organização formal consolidada entre os moradores ou lideranças comunitárias de referência, a história do território revela uma trajetória de resistência e mobilização social ao longo do tempo - fato que foi comprovado pelas mobilizações de melhoramento da favela ao longo de seu desenvolvimento, melhoras estas majoritariamente organizadas pelos moradores.

Concluimos que as estratégias cotidianas adotadas pela população para a manutenção de seus meios de vida estão profundamente ligadas a um processo de resistência e permanência no território, mesmo diante das tentativas de remoção. Entre essas estratégias, destaca-se a autoconstrução, que não se limita à edificação das moradias, mas envolve o apoio comunitário tanto na construção das casas quanto na reprodução das tarefas diárias, como o cuidado com os filhos e a manutenção do lar. Além disso, a mobilização dos próprios moradores foi e ainda é essencial para a melhoria das condições na favela.

Com relação às hipóteses levantadas, foi possível comprovar que uma parte dos habitantes da Favela do Rato de fato é originária de outras localidades da cidade ou migrante de outras regiões, tendo se estabelecido neste território devido às dificuldades de subsistência em seus locais de origem. Além disso, nossos achados corroboram a hipótese de que as trajetórias dos moradores são historicamente marcadas pela inserção precária no mercado de trabalho, refletindo-se nas condições precárias de vida e moradia.

Também consideramos que, no contexto atual de Juiz de Fora, assim como no passado, há um processo de ocultação do fenômeno da favelização, sustentado tanto pela escassez de informações sobre essa população quanto pela inviabilização de suas demandas.

A análise dos dados disponíveis sobre a favela revelou a quase inexistência de materiais sobre a mesma, com exceção de algumas reportagens em jornais. Além disso, os relatos dos moradores indicam uma percepção de que suas demandas não são atendidas pelos órgãos públicos, o que reforça a hipótese de que as favelas na cidade vivenciam um processo de ocultação.

Desse modo, este estudo busca alcançar um de seus principais objetivos: compreender o cotidiano dessa comunidade e contribuir para o registro da história de gênese e desenvolvimento da favela, além de preservar a memória de seus moradores e suas trajetórias de vida, fundamentais para a compreensão da realidade das populações que habitam favelas e periferias no contexto de Juiz de Fora.

## REFERÊNCIAS

- Abreu, C.S. Favelas em Juiz de Fora: ocultação do fenômeno. Juiz de Fora: Libertas, 2009.
- Almeida, P.L. Elos de permanência: o lazer como preservação da memória coletiva dos libertos e de seus descendentes em Juiz de Fora no início do século XX. Juiz de Fora: EDUFJF, 2008. 112 p.
- Alves, A.C.R; Barbosa, C.P.D; Martins, K; Côrrea, M.C.F. HABITAR X MORAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA- A perspectiva dos excluídos da política de habitação em Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, 2002, 82 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Amaral, J.C. Debate: industrialização e urbanismo em JF. Diário Mercantil, Juiz de Fora, 11 nov. 1979. p. 4. Caderno de Economia.
- Andrade, S.M.B.V. Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924). Juiz de Fora, MG: EDUFJF, 1987. 201 p.
- Arantes, Paulo. A fratura do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- ASCOM. MCMV 3 vai contratar 2 mil unidades e ampliar o número de famílias candidatas ao benefício. Ministério das Cidades, 30 mar. 2016.
- Azevedo, S. Ribeiro, L.C.Q (org.). A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- Baniwa, B. Tupinikim, D. Tuxá, F. Tikuna, I. Tupinambá, J. Karajá, M. Zelic, M. Baré, S. Genocídio indígena e políticas integracionistas: demarcando a escrita no campo da memória [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Instituto de Políticas Relacionais, 2021.
- Barbosa, Y.A. O Processo Urbano de Juiz de Fora – MG: Aspectos econômicos e espaciais do Caminho Novo ao ocaso industrial. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.
- Barreto, Ana Claudia de Jesus. O lugar dos negros pobres na cidade: estudo na área de risco no bairro Dom Bosco. Funalfa, Juiz de Fora, 2013.
- Batista, Rita de Cássia Souza Félix. O Negro: Trabalho, sobrevivências e conquistas. Funalfa Edições: Juiz de Fora, 2006.
- Bedendo, R. Controle social: o cárcere do modelo reativo e o policiamento comunitário como mudança de perspectiva. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Online, 2007.

Behring, E.R. Boschetti, I. Política Social: fundamentos e história (Biblioteca básica de Serviço Social). São Paulo: Cortez, 2008.

Brulon, V. Peci, A. Quando processos de organizar se chocam: hibridismos no espaço social de favelas. *Organizações & Sociedade*, v. 25, n. 84, p. 68-86, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/v3k8F3JPth6Wk9LpMK4T4mR/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Boarini, Maria Lúcia (org.). *Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil*. Maringá: Eduem, 2003.

Bonduki, N.G. Rolnik, R. Periferias: Ocupação do Espaço e Reprodução da Força de Trabalho. São Paulo: FAU USP - Fundação para pesquisa ambiental, 1979.

\_\_\_\_\_. Origens da habitação social no Brasil. Rio de Janeiro: *Análise Social*, 2004.

Botelho, M. Desenvolvimento, espaço e crise estrutural. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, 2013. doi: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.153>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Brasil. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília: INCRA, 2005.

Brum, M.S. Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973). São Paulo: *Cad. Metrop.*, v. 14, n. 28, pp. 357-379, 2012.

Câmara Municipal de Juiz de Fora. Vice-Presidente da Câmara resolve problema dos moradores da Favela do Rato. *Notícias Câmara*, 2005.

Canettieri, T. A condição periférica [manuscrito]: uma crítica da economia política do espaço em paralaxe. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

\_\_\_\_\_. O Devir-periferia do mundo: crise do capital e a condição periférica. *Geographia*, Niterói, v. 24, n. 52, 29362, 2022.

Carcanholo, Márcio. A crise econômica atual e seus impactos na organização da classe trabalhadora. *Revista Aurora*, n. 6, Marília, 2010.

Cardoso, A. L. Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, v. 20, n. 1, p. 27-48, 2006.

Castells, M. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Christo, Maraliz de Castro Vieira. Europa dos pobres: Juiz de Fora na Belle Époque Mineira. Juiz de Fora, MG: EDUFJF, 1994. 160 p.

Coletivo Aprendiz. Jovens periféricos e as dificuldades de ingresso no mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.coletivoaprendiz.org.br/post/jovens-perif%C3%A9ricos-e-as-dificuldades-de-ingresso-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 13 jan. 2025.

Comitê Central Popular. Dossiê da luta por moradia. Juiz de Fora: CCP, 2010.

Davis, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.

Engels, F. Para a questão da habitação. Editorial Avante, 1873. Disponível em: . Acesso em: junho de 2024.

Entrevistas arquivadas no MC/LABHOI (Memória do Cativo/Laboratório de História Oral e Imagem) sob os mesmos nomes referidos no texto. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), 1994.

Farage, E. A constituição dos distintos territórios da cidade: o Estado na conformação das favelas cariocas. Juiz de Fora: Libertas, 2014.

Fernandes, Isabel. Desapropriação: o fantasma das populações pobres. Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 25 dez. 1981. p. 7.

Fernandes, B. M. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. Conflitos no campo Brasil 2010. Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, p. 76-81, 2011.

Fernandes, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

Ferreira, Gracyelle Costa. *Raça e nação na origem da política social brasileira: União e resistência dos trabalhadores negros*. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2020.

Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Déficit habitacional municipal no Brasil. Belo Horizonte: FJP, 2013. Disponível em: .

GAP (Grupo de Arquitetura e Planejamento). Habitação Popular: Inventário da Ação Governamental. São Paulo: FINEP/Projeto, 1985.

Genovez, P.F. As malhas do poder: as elites de Juiz de Fora na 2ª metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

Gil, A.C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo, Atlas, 1995.

Giroletti, Domingos. Industrialização em Juiz de Fora: 1850 a 1930. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

Gomes, Aramis Horvath; Mello, Leonardo Freire de. *Racismo territorial: o planejamento urbano tem um problema de raça?*. Jundiá: Paco, 2021.

Goulart, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Conquista, 1961.

Guimarães, E. S. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito*. São Paulo: Annablume, 2006.

Granja, L. S., & Magalhães, A. F. (n.d.). *Condições de viabilidade para a regularização fundiária plena: uma problematização a partir da experiência de Juiz de Fora (MG)*. Centro Universitário do Sudeste Mineiro; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

Harvey, D. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à Revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Ianni, O. *A questão social*. São Paulo: Revista da USP, 1989.

IBGE. *Censo Demográfico: dados gerais*. Rio de Janeiro, 1950.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico: dados gerais*. Rio de Janeiro, 1960.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico: VIII recenseamento geral*. Rio de Janeiro, 1973.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico: Recenseamento geral*. Rio de Janeiro, 1991.

\_\_\_\_\_. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico: Centro de Pesquisas Sociais/Anuário Estatístico da UFJF*, 2010.

\_\_\_\_\_. *Sistema IBGE de Recuperação Automática. Tabela 202 - População residente por sexo e situação do domicílio*. 2015.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro, 2022.

\_\_\_\_\_. *Favelas e Comunidades Urbanas: Notas metodológicas nº 1 - Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2024.

\_\_\_\_\_. *Desemprego*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 13 jan. 2025.

JFTV. *Vice-Presidente da Câmara resolve problema dos moradores da Favela do Rato*. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/www/noticias/exibir/423/Vice-Presidente-da-Camara-resolve-problema-dos-moradores-da-Favela-do-Rato.html?p=1192>. Acesso em: 06 jan. 2025.

JUIZ DE FORA. *Prefeitura de Juiz de Fora. Atlas social*. Juiz de Fora: CPS/UFJF, 2006.

JUIZ DE FORA. Proposta de política municipal de habitação. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

JUIZ DE FORA. Mapa Social: Análise da Situação do Desenvolvimento Familiar em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Funalfa, 2012.

Kowarick, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. Cortiços: a humilhação e a subalternidade. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 25, n. 2, 2013.

Lefebvre, H. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Editora Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991. Tradução de Rubens Eduardo Freitas.

Lessa, Jair. Juiz de Fora e seus pioneiros (do caminho novo à Proclamação). Juiz de Fora: EDUFJF, Funalfa, 1986.

Machado, P.J.O. Saúde e Saneamento nas Posturas Legais de Juiz de Fora/MG do século XIX. In: *Revista Hygeia*, Vol. 14, Nº 29, setembro/2018b, p. 25-36.

Maricato, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Metrópole na periferia do capitalismo*. 1996. Hucitec. São Paulo.

\_\_\_\_\_. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado*. São Paulo: *Em Perspectiva*, 14(4) 2000.

\_\_\_\_\_. *Urbanização brasileira: redescobertas*. São Paulo: C/Arte, 2003.

Marquese, R. B. *A Dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX*. São Paulo: CEBRAP, 2006.

Martins, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2013.

Marx, Karl. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

Melo, M. A.. *Política de Habitação e Populismo: o caso da fundação da casa popular*. Sussex, 1985.

Mattos, Hebe. Rios, Ana. *Memórias de Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Mészáros, Iván. *A incontrollabilidade do capital globalizante*. São Paulo: Boitempo, 2009.

- Miranda, S.R. Cidade, Capital e Poder: Políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira. Dissertação. Universidade Federal Fluminense, 1990.
- Minayo, M. C. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis, Vozes, 1994.
- Moura, C. História do negro brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- Moraes, E. A campanha abolicionista. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1924.
- Moreira, R. A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.
- Mortara, G. Os fatores demográficos do crescimento das populações americanas nos últimos cem anos. In: Pesquisas sobre populações americanas, Rio de Janeiro: FGV, 1947.
- Nadalin, S.O. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. São Paulo: TOPOI, 2003.
- Nava, Pedro. Baú de Ossos: Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- Oliveira, Paulino de. História de Juiz de Fora. 2.ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria Ltda, 1966. 328 p.
- Oliveira, Mônica Ribeiro de. Famílias solidárias e desafios urbanos: os negros em Juiz de Fora. In BORGES, Célia Maia (Org). Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora – MG: Ed. UFJF, 2000.
- Oliveira, Luís Eduardo. Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920). Funalfa Edições: Juiz de Fora, 2010.
- Oliveira, Fábio Augusto Machado Soares de. A batalha simbólica: cidade do Parahybuna 1888. Anais do XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG). Mariana/MG, 2012.
- Oliveira, Fábio Augusto Machado Soares de. A luta antiescravista em Juiz de Fora, Minas Gerais: sociabilidades, justiça e trajetórias (1868-1888). 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.
- Oliveira, E. A. Crise, queda da taxa de lucro e política social no capitalismo. Florianópolis: Katálysis, v. 26, p. 193–201, 2023.
- Organização das Nações Unidas (ONU). Um bilhão de pessoas moram em assentamentos lotados e inadequados. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/10/1803062>. Acesso em: Maio de 2024.
- Pasternak, S. Ottaviano, C, D. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010\*. Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 75-99, abr 2016.

- Prado Jr, C. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- \_\_\_\_\_. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Reis, F. N. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1968.
- Rios, A.M. Mattos, H.M. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro, 2004.
- Rolnik, Raquel. 10 anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). *Leituras da Cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012.
- Romualdo, S.S. Rocha, C.H.B. Geografia Histórica de Juiz de Fora (MG): limpeza urbana, saúde pública e salubridade. *Geo Pauta*, v. 7, p. e 13489, 2023. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/13489>.
- Santos, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Humanismo, ciência e tecnologia, 1993.
- Sauer, S. Leite, S.P. *Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil*. Piracicaba: Revista de Economia e Sociologia Rural - RESR, 2012.
- Secretaria Municipal da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. [Texto sem título]. São Paulo, 2016.
- Silva, Maria Nilza da. *Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*. Brasília: Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares, 2006.
- Shi, A. How access to urban potable water and sewerage connections affects child mortality. World Bank, 2000.
- Schultz, K. *Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Tempo, 2007.
- Stédile, J. P. *A questão Agrária no Brasil: introdução*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- Stepan, Nancy. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2005.
- Souza, Lilian Aparecida de. *Panorama da situação habitacional de Juiz de Fora - MG*. 1. ed. Juiz de Fora: 2016.
- Tomich, D. *Trabalho escravo e trabalho livre: origens históricas do capital*. São Paulo: Revista USP, 1992.

\_\_\_\_\_. Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX - Coleção O Brasil Império, capítulo 8, Volume 2, 1992.

Turner, John F. C. Barreiras e canais para o desenvolvimento habitacional nos países em vias de desenvolvimento. Revista Arquitetura, n. 68, setembro 1968.

Turner, John F. C. Una nueva visión del déficit de vivienda. Lewis, David. El Crecimiento de las Ciudades. Madrid: Gustavo Gili, 1972.

TRIBUNA DE MINAS. A posse da terra. Juiz de Fora, 3 out. 1981. p. 1.

TRIBUNA DE MINAS. Favela do Rato: um reduto da miséria. Juiz de Fora, 13 out. 1981.

Valêncio, Norma (Org.). *Sociologia dos Desastres: Construção, Interfaces e Perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

Vargas, M.A.R. Construção social da moradia de risco: a experiência de Juiz de Fora (MG). Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 8, n. 1, p. 59-78, 2006. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/154>. Acesso em: 14 jan. 2025.

Vaz, L. F. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 1994.

Villaça, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Estúdio Nobel, FAPESP, 2001.

Vinuto, J. A amostragem bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Campinas: Temáticas, 2014.

Verdi, E.F. *Economia popular, reprodução social e privação do urbano: três novos conteúdos da periferia?* GEOgraphia, v. 25, n. 54, 2023.

Ximenes, L. A. Cardoso, A.C. Luft, R.M. Política de urbanização de favelas no Rio de Janeiro: dimensões institucionais e normativas. São Paulo: Cad. Metrop., v. 25, n. 58, pp. 993-1015, 2023.

Yazbek, M. C. Classes subalternas e Assistência Social. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Paulino de. História de Juiz de Fora. 2.ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria Ltda, 1966. 328 p.

## ANEXO I

### Roteiro para entrevistas

**Projeto:** Cotidiano e História: (re)construindo um registro sobre a “favela do rato” em Juiz de Fora-MG

**Pesquisador responsável:** Bruna Atalaya

#### 1. Sobre o início do vínculo do entrevistado com o território

De onde veio (se Juiz de Fora, qual bairro), porque saiu de seu local de origem e porque foi para o local onde se encontra a favela, quantos anos habita o território, se participou da formação do território desde o início - o que eles sabem sobre o início da formação da favela e seus primeiros moradores, como era a favela quando chegou.

#### 2. Sobre a história do entrevistado no território

Falar sobre a história após a inserção no território, como foi para construir a moradia, para se adaptar à nova realidade, se foi com a família ou não, quais eram os desafios iniciais, como era o relacionamento com os demais moradores, quais desafios persistiram, como era a relação dos moradores com a prefeitura.

##### 2.1 Como é morar ali hoje, como é o dia-a-dia na favela

Relação entre os moradores, como é a rotina de vida, sobre o acesso dos moradores ao trabalho, renda, alimentação, melhorias na estrutura da comunidade.

#### 3. Como é o acesso aos serviços públicos no território

Falar sobre acesso à saúde, assistência, creche, serviço de limpeza e coleta de lixo, educação, esporte, lazer. Quais são as principais necessidades básicas da comunidade, como habitação, acesso à água potável, saneamento básico e eletricidade?

#### 4. Redes de apoio que a comunidade conta

Quais as instituições públicas e privadas que auxiliam a favela nas suas demandas cotidianas.

#### 5. Dentre as dificuldades, e principalmente sobre trabalho e renda, quais as alternativas adotadas pelos moradores para se reproduzirem

Quais as percepções do entrevistado sobre o acesso dos moradores à trabalhos formais, à melhoria na qualidade de vida da favela, etc. Qual sua percepção sobre a *segurança na favela*, as pessoas se sentem seguras ou enfrentam desafios nesse sentido - Quais são os principais desafios relacionados à violência e crime na área?

#### 6. Participação comunitária

Como os moradores se envolvem na tomada de decisões comunitárias? A favela é unida? Quais são os principais canais de comunicação entre a comunidade e as autoridades locais?

## Favela do Rato: um reduto da miséria

Maria José Cardoso

Em pleno bairro Santa Terezinha está localizada a favela do Rato, com seus barracos esburacados, mulheres que lavam roupas, enquanto outras, como Maria Madalena, bebem uma "pinga cerrada", dando preferência pela marca Pittú.

Um pouco além, alguns meninos disputam uma "pelada", enquanto os cães, mansos e famintos dormem, não se importando com as pessoas que passam. Do outro lado, a garagem da 7ª Delegacia Regional de Segurança Pública, com uma faixa que diz: "Quem não trabalha, não atrapalha-seja breve".

Na cela um preso agarrado às grades diz: "o que eu mais quero agora é a liberdade". Outros levantam suas marmitas e oferecem: "aceita um ranço?", mostrando o arroz, feijão e um pedaço de linguiça. A favela do Rato sobrevive, neste ambiente, há mais de 15 anos, desde que foi desfeita a olaria e a horta pertencentes ao Batalhão de Polícia, ao lado de "cemitério de automóveis".

Maria Madalena, uma das faveladas, olha assustada e pergunta se não tem nenhum "aparelhinho de gravar", pois quando conversou com um repórter "falei tudo numa boa e depois levei a maior bronca da minha mãe". Mas Madalena acabou falando que gosta muito do local onde mora, só que falta higiene. "Estamos parecendo índios esquecidos numa mata, e vivemos num bairro próximo à cidade".

Depois estendendo a mão trêmula reclama: "O Mello Reis pegou aqui nesta mão preta e hoje ele nem lembra mais da gente aqui. Deus olha pra todo mundo e ele também é filho de Deus e está "numa boa", e poderia mandar fazer um encanamento aqui, pois esses esgotos vivem entupidos".

Madalena diz que na favela não tem brigas e ela prefere brigar com ela mesma, pois resolve tudo dentro de casa. Outra moradora, Dona Geralda, aos 63 anos, lava roupas para viver. Ela mora com o marido, que não trabalha, pois além da idade avançada-69 anos- é doente, e com a filha caçula, também doente, casada e com duas filhas. Mas dona Geralda diz que gosta muito do lugar, pois tem problemas de coração e a baixada é favorável.

Quase não sai do bairro, compra tudo o que necessita, por ali mesmo e, segundo ela, "é sempre muito pouco". Mas não reclama de nada, afirmando que "têm pessoas em piores condições que a minha". Na margem do rio também existem alguns barracos, onde os moradores reclamam de

pernilongos, mosquitos e carapatos, e as crianças se queixam das pulgas que não as deixam dormir.

Um grupo de quatro mulheres, sentadas no cano do DAE, reclamam da vida, enquanto lavam roupas numa bica adaptada ao cano. Sonham com barracos de placas de muro e esperam um emprego como arumadeiras, serventes de grupo ou mesmo nas fábricas, para poderem criar os filhos.

Entre elas está dona Conceição, que mora ali há 10 anos e vive no lugar porque não tem outro para ir. Márcia Lúcia Ribeiro faz um apelo à prefeitura para colocar luz elétrica, pois a maioria das crianças sofre de bronquite, já que os barracos são iluminados à lamparina. Já a criancada sonha com a televisão. As meninas dizem que bricam de "nada" ou ficam esperando uma "brechinha" para cair na água do rio.

Mas as mães estão sempre "em cima", fala Alexandra, de 6 anos. Nessa área as pessoas vivem sempre preocupadas com enchentes, explica Márcia: "Quando chove aqui é uma correria ganada". Já o cheiro dos esgotos e dos cadáveres de animais que descem pelo rio, já não é mais problema, "pois a gente acostuma com tudo", comentam algumas mulheres, enquanto Antônio José, de dois anos, passeia tranquilamente em seu velho velocípede em cima do cano de abastecimento de água, sem se preocupar com sua mãe dona Doli, que está preparando o almoço num fogão de lenha do lado de fora do seu barraco.

Dona Dolira gosta de pintar tecidos e costurar nas horas vagas, e disse que tem de terminar o curso de pintura para ganhar dinheiro, já que a máquina de costura foi vendida para comprar remédios, após uma operação no Hospital Escola. Na Favela do Rato é tudo calmo, raramente acontecem brigas, comenta Célia Aparecida, sentada ao lado do marido, Celso José, e do filho de dois anos, Cristiano, cuja diversão é jogar pedrinhas no esgoto.

Fernando de 13, o ponta direita do "Tupi", time formado pelos garotos da favela, é mais conhecido por "Toquinho", pois diz que não dispensa, no frio a sua "jouca branca com um pompom preto". O sr. Sérgio gosta muito de uma bola e joga também no "Tupi" e é grande torcedor do Flamengo. Assim é a Favela do Rato, onde vivem umas quarentas famílias, sem condições de higiene, pois nem fossa existe, juntas com a promiscuidade, melancolia e a incerteza.

## UNE aprova congresso em Cabo Frio

(EN-VIADO ESPECIAL, CARLOS ALBERTO PAVAN)

Em reunião iniciada sábado e encerrada na madrugada de ontem, os membros da diretoria da UNE - União Nacional dos Estudantes, aprovaram a indicação da cidade de Cabo Frio para sede do 33º Congresso Nacional e a mudança da data de sua realização para os dias 12, 13 e 14 de novembro.

Uma comissão formada pelo presidente Aldo Rabelo, e outros três membros da diretoria da entidade, inicia hoje gestões junto ao prefeito da cidade, José Bonifácio, para saber as condições materiais de alojamento dos 5 mil estudantes que estão sendo aguardados para o congresso, dos quais, 4.500 na condição de delegados.

Os 60 participantes do encontro - UEEs de São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro e 10 DCEs - aprovaram também uma pauta prévia para o congresso que prevê uma mobilização nacional pela garantia do índice de 6,2% para a educação; de um salário mínimo para o crédito educacional; e contra a liberação do índice de anuidade nas escolas particulares.

Entre as questões políticas, aprovaram a luta com o povo pela garantia das eleições "limpas em 82"; apoio às candidaturas unitárias de oposição; aprovação dos programas dos candidatos com base na Conelact; reforma agrária; congelamento da dívida externa; nacionalização dos bancos e pela Assembleia Constituinte.

O vice-presidente da Região Sudeste, José Pimenta, estará em Juiz de Fora nesta quinta-feira, quando se reunirá com membros do DCE e DAS para preparar a UFJF para os congressos da UNE e da UEE-MG que se realizarão nos dias 23, 24 e 25 deste mês. Na ocasião, fará um relato da reunião no Rio de Janeiro e falará da alteração do critério de indicação de delegados, que passará a ser de um entre cada grupo de 200 estudantes.

Na quinta-feira, a direção da UNE já terá uma decisão sobre o local do congresso e caso não seja possível em Cabo Frio, serão tentadas negociações com o Governo do Estado do Rio para sua realização em Niterói.

## Paulo René faz palestra sobre a PM

O Comandante reformado e historiador Paulo René de Andrade, estará participando de uma palestra no próximo domingo, às 10 horas, no Fórum da Cultura, à convite do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, abordando as comemorações do Sesquicentário da Polícia Militar.

A palestra faz parte de um ciclo de conferências mantido a cada terceiro domingo do mês pelo IHGJF e que teve em setembro a participação do também historiador Dormeuilly Nóbrega que falou sobre a obra do pintor Edson Motta.

O Instituto Histórico pretende ainda, fazer uma viagem ao distrito de Belmiro Braga, São José das Três Ilhas, onde visitará a Igreja de São José, construída totalmente em pedra pelos escravos.

O objetivo, é conseguir ajuda dos



os fiéis.

## fiéis droeira

difícil, mas a sua fé em judará a conseguir a

que a gente vive é uma recebe". Estas palavras de 73 anos, falou da im por Nossa Senhora em ela visita todos os dia, nesse dia. Arminda reira, reza um terço em lossa Senhora por ter rande graça referente à Drosindo Pereira, endo jovens, Alvaro e abalo consagrado por ara visitar a Gruta, os pedidos.

r um sentimento de Brasil e agradecer as de da fé que abriga os", diz o jovem Jair, ido em sua reflexões, muito emocionada, e Adriana, de 9 anos, a avó.

ita, uma Kombi, das proveitando o movieiros, terços, discos, tais, entre outros ar-

## ANEXO III

Mapa do Site | Acessibilidade | Contato | VÍDEOS | Contraste | A- | A+ | Acessar

 Acompanhe a JFTV, canal 35.1  
**JFTV** CÂMARA | 35.1

Digite o que procura



CÂMARA | VEREADORES | ATIVIDADE | TRANSPARÊNCIA | PARTICIPE | LEGISLAÇÃO | CENTRO DE ATENÇÃO AO CIDADÃO | BIBLIOTECA  
LEGISLATIVA

Home > Comunicação > Notícias

Publicada em: 03/03/2005 - 802 visualizações

### VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA RESOLVE PROBLEMA DOS MORADORES DA FAVELA DO RATO

#### ÚLTIMAS NOTÍCIAS



O tema deste ano será "A mulher e seus múltiplos..."

*Vice-Presidente da Câmara resolve problema dos moradores da Favela do Rato* O vereador vice-presidente da Câmara, Francisco Canalli (PRP), resolveu o problema dos moradores da rua Humberto de Campos, conhecida como favela do Rato, em Santa Terezinha. As 21...

**Vice-Presidente da Câmara resolve problema dos moradores da Favela do Rato**

O vereador vice-presidente da Câmara, Francisco Canalli (PRP), resolveu o problema dos moradores da rua Humberto de Campos, conhecida como favela do Rato, em Santa Terezinha. As 21 famílias haviam recebido, no dia primeiro de março, uma intimação com ordem de despejo para deixar o local no prazo máximo de 12 horas. Em visita à comunidade, hoje à tarde, o vereador entrou em contato com a Assessora de Articulação Institucional da PJF, Maria Aparecida Soares, que cancelou a ação imediatamente. Ela esclareceu ao vereador que foi uma ação ainda determinada pelo governo passado e que foi colocada em prática sem o conhecimento do atual prefeito.

Elizabeth de Moraes Silva é uma das primeiras moradoras do local, onde reside há 13 anos. Ela conta que o terreno era apenas um matagal e os moradores mais antigos construíram a rua. O local tem luz, água encanada, rede de esgoto e linha de telefone. Maria Eva Porcílio disse que foi pega de surpresa pela decisão da prefeitura e que se não fosse pela atitude do vereador não saberia como agir, já que não tem para onde ir.

Francisco Canalli afirmou que essa é a primeira das vitórias esperadas para o local. Ele prometeu lutar por melhoria para a comunidade.

Notícia da JFTV Câmara sobre intervenção na Favela do Rato em 2005.

## ANEXO IV

### Bairro Santa Terezinha: Secretaria de Obras constrói rede de drenagem na Vila da Paz



A Secretaria de Obras (SO), por meio da equipe responsável pelos serviços de drenagem, está trabalhando na construção de uma rede de captação de águas pluviais no prolongamento da Rua Humberto Campos, na Vila da Paz, no Bairro Santa Terezinha, região Nordeste da cidade. A obra antecede a outras intervenções que a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) fará na vila com o objetivo de melhorar a infraestrutura no lugar. Entre os serviços, será feita a urbanização das ruas e travessas.

A drenagem vai solucionar problemas de alagamentos, sendo que a comunidade era bastante prejudicada porque a água da chuva chegava a atingir as moradias. A rede terá cerca de 46 metros de extensão e está sendo construída com tubos com diâmetro de 300 milímetros. Ao longo do trecho, para a captação da água, serão construídos bueiros. A obra foi iniciada nessa semana e, segundo os técnicos, a previsão é de que seja concluída em mais dez dias.

\* Informações - Assessoria de Comunicação da Secretaria de Obras - 3690-7403/227.

Notícia divulgada no site da Prefeitura de Juiz de Fora a respeito de uma obra de drenagem efetuada em 2010, no território que compreende a Favela do Rato.